

DOCUMENTAÇÃO DA MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE RELATÓRIO DA 5ª CAMPANHA (1948)

Ana Cristina Roque e Livia Ferrão*

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os relatórios¹ que agora se publicam constituem um documento inédito sobre a 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique (MAM), realizada em 1948, e fazem parte do espólio documental da Colecção da MAM que integra o acervo patrimonial do Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa.

Esta colecção tem vindo a ser sistematicamente inventariada, trabalhada e divulgada desde 1998² e, presentemente, constitui um dos

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de História.

¹ Trata-se de um conjunto de três relatórios relativos à campanha de 1948. O primeiro – *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica (Maio a Dezembro de 1948)*, ICT-EspMAM, Doc.SJD406 Cx.D6/48 Capilha A7, da autoria de J.R. dos Santos Júnior, chefe da MAM, foi elaborado em 1948; o segundo – *Missão Antropológica de Moçambique. Campanha de 1948 – Relatório*, ICT-EspMAM, Doc.SJD406 Cx.D6/48 Capilha A8, da autoria de Luís dos Santos, chefe da Polícia de Viação e Trânsito da Colónia de Moçambique que integrou, desde o início, como ajudante, a equipa da MAM, foi efectuado em 1949; e o terceiro – *Missão Antropológica de Moçambique – Relatório de Actividade em 1950*, ICT-EspMAM, Doc.SJD406 Cx.D6/48 Capilha A9, assinado igualmente por Santos Júnior, foi elaborado em 1950.

² Desde 1998 que esta colecção, ou aspectos específicos da mesma, tem vindo a ser divulgada em conferências e publicações, designadamente em Moçambique, Portugal, Inglaterra e Itália. Veja-se, entre outros, ROQUE, A.C. (1998), “Moçambique: o Corpo e os Corpos”, Catálogo da Exposição *Culturas do Índico*, CNCDP, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, Maio – Set. 1998; (2002), “Espólio da Missão Antropológica de Moçambique. Parte I – Apresentação do espólio e inventário dos materiais arqueológicos do espólio, *Leba – Estudos de Pré-História e Arqueologia*, Lisboa, 8, CPHA – ICT, 244p; (2006), “Meeting Artur Mafumo and his practices”, in NICOLINI, Beatrice (coord.), *Studies in Magic, Witchcraft, War and Peace in Africa: 19th and 20th centuries*, E.Mellen Press, Lampeter, UK.; (2008), “Uma História Comum, Um Património Partilhado. A Colecção da Missão Antropológica de Moçambique” in RODRIGUES, Miguel Jasmins (Coordenação) *O Futuro*

núcleos patrimoniais que é objecto de estudo no âmbito do projeto FCT HC0075/2009 que integra uma das linhas de investigação do actual Centro de História do IICT³.

Criada em 1936⁴, a MAM desenvolveu os seus trabalhos em Moçambique ao longo de 6 campanhas – 1936, 1937/38, 1945, 1946, 1948 e 1955/56 – chefiadas por J. R. de Santos Júnior e sob a orientação de Mendes Correia⁵; sendo que, inicialmente, todo o trabalho de campo seria feito em estreita articulação com a Missão Geográfica de Moçambique (MGM)⁶, a que ficaria

e História da Lusofonia Global, IICT. Nov. 2008, pp. 243-250; (2010), “Missão Antropológica de Moçambique: Antropologia, História e Património”, Catálogo da Exposição *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010)*, IICT, Lisboa, pp.84-89; ROQUE, A.C. e FERREIRA, Livia (2004), “As Teias da História. Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique”, Actas do VIII Congresso Lusó-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Setembro de 2004, <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs>; (2004), “Olhares sobre a terra e as gentes de Moçambique ou sobre os espólios recolhidos durante o período colonial e a sua importância na recuperação de uma parte do passado da História de Moçambique”, IV Reunião Internacional de História de África, Maputo, 8-11 de Setembro; (2005), “A glimpse over the land and peoples of Mozambique: the collections assembled during the colonial period and their importance for the rebuilding of the History of Mozambique”, African Research & Documentation – *Journal of the Standing Conference on Library Materials on Africa*, 99, London, p. 27-34; (2009), “O Olhar do Outro: a terra, a gente, os usos e costumes de Moçambique em meados do século XX (espólio fotográfico da Missão Antropológica de Moçambique)” *Povos e Culturas*, 11, Centro de CEPCEP – UC, Lisboa, pp.255-263.

³ Linha de investigação *Missões Científicas e Ciência Colonial: cartografia, registos escritos e cultura material*. Importa contudo referir que, inicialmente, o estudo da globalidade desta colecção integrava um projecto específico sobre este espólio, no ex-Centro de Pré-história e Arqueologia do IICT, então sob direcção do Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos. Presentemente o estudo desta coleção integra o projecto FCT HC0075/2009 - Conhecimento e reconhecimento em espaços de influência portuguesa: registos, expedições científicas e biodiversidade na África subsariana e Insulíndia. <http://projectofct.wordpress.com/>

⁴ Decreto-lei nº 26 842 de 28 de Julho de 1936. Inicialmente, a missão, designou-se por *Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique* e só em 1945, por Decreto-lei nº 34 478 de 3 de Abril, se passou a designar *Missão Antropológica de Moçambique*. Dado que nos trabalhos e relatórios publicados e referidos às duas primeiras campanhas se emprega sempre a designação de *Missão Antropológica de Moçambique*, e não *Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique*, utilizaremos sempre a designação de MAM, adoptada em 1945.

⁵ Esta situação de chefia e orientação é explicada em SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1938), p.3.

⁶ Chefiada pelo Comandante Baeta Neves, a Missão Geográfica de Moçambique foi criada pela Portaria nº 7 379 de 13 de Julho de 193 e, posteriormente, reorganizada por Decreto-lei nº 24 171, de 13 de Julho de 1934.

agregada a MAM até à reestruturação de 1945⁷, beneficiando Santos Júnior de uma bolsa do Instituto de Alta Cultura (IAC) que, não lhe garantindo autonomia financeira viabilizava, pelo menos, a sua deslocação e estadia.

A articulação com a MGM revelar-se-ia fundamental não só pela experiência que as brigadas desta Missão já tinham no terreno, como pela maior facilidade nos contactos locais e possíveis apoios a conseguir já que, pelo menos nas duas primeiras campanhas, a MAM contava apenas com o seu chefe como único membro efectivo do que supostamente deveria ser uma equipa⁸. Por sua vez, o apoio do IAC e da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC) reforçava o carácter oficial da Missão e a ligação com o Ministério das Colónias e o então Ministro Francisco Vieira Machado que, nas palavras de Santos Júnior, desejava

“...que o conhecimento científico das nossas colónias se (fizesse) duma maneira consciente, inteligente e metódica”⁹.

Dada a natureza e o tamanho dos relatórios que agora se publicam, procuraremos sobretudo fazer um enquadramento geral dos trabalhos de campo realizados e algumas apreciações sobre a forma como os mesmos decorreram em função dos condicionalismos que lhe foram impostos, guardando para outra oportunidade a possibilidade de um estudo da relação entre estas missões e o programa geral da investigação científica portuguesa no contexto da política colonial em que estas se inscrevem¹⁰. Matéria que, pela sua natureza exigiria naturalmente um outro tipo de abordagem, pressupondo um trabalho sobre esta documentação que ainda está muito longe de estar terminado.

Tal como para outras Missões, o trabalho de campo da MAM desenvolvia-se ao longo de períodos entre 5 a 6 meses (neste caso entre Junho e Outubro de 1948) e que obrigavam a deslocações, mais ou menos

⁷ *Ibidem.*

⁸ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950).

⁹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1938), p. 5. Do mesmo espírito parece animado o sequente Ministro e Capitão Teófilo Duarte, que igualmente “... acalenta...(o) desejo ardente de se fazer o reconhecimento científico das nossas colónias, de forma consciente, inteligente e metódica” e a quem se agradece o apoio e auxílio prestados à MAM, durante a campanha de 1948. SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.1.

¹⁰ Para um enquadramento geral, mínimo, das várias Missões no quadro da política colonial pode ver-se *Ocupação Científica do Ultramar Português – Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

longas, entre locais predefinidos para a sua execução; sendo que nestes locais, o trabalho era condicionado tanto pela disponibilidade de instalações e apoios providenciados pelas autoridades portuguesas dos diversos postos administrativos com as quais se articulavam os trabalhos, quanto pelo número de indígenas que fosse possível reunir para servirem de objecto de medições e estudo¹¹. Por sua vez, a natureza do trabalho e a necessidade de o rentabilizar enquanto se permanecia no terreno, minimizando possíveis dificuldades inerentes às próprias condições dos percursos a realizar, obrigava à organização prévia de um plano sobre esses mesmos percursos – fixação de itinerários, distâncias a percorrer diariamente, estado e tipo de estradas a utilizar, tempos de viagens, logística...- que dependia em muito de quem localmente os conhecesse e pudesse, no terreno, vir a apoiar a equipa, sob pena de se tornar impossível a realização da própria Missão¹².

Todo este programa se apoiava institucionalmente na relação privilegiada com as várias autoridades administrativas de Moçambique, desde a Administração Central e os gabinetes dos Governadores dos diversos distritos, até aos chefes de posto a quem se informava atempadamente da previsão da chegada e das necessidades específicas da equipa para a prossecução dos seus trabalhos. De igual modo, se considerava importante a relação estreita com os delegados de saúde, as Missões Religiosas e as chefias militares¹³; uns e outros constituíam aliados preciosos e, não raro, associavam-se pontual e voluntariamente à equipa enquanto esta operasse nas áreas a que estavam adstritos.

Porém, ao longo do tempo, foram-se acumulando queixas, por parte do Chefe da Missão, sobre a falta de cooperação e de apoio que algumas destas instâncias deveriam providenciar à equipa no terreno, sendo comum a identificação e elogio de quem apoiava e facilitava os meios indispensáveis aos diversos trabalhos, por contraponto a quem não se prontificava de imediato a dar a pronta e atempada resposta que se espe-

¹¹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a).

¹² A este respeito, veja-se, por exemplo, o relatório de Luís dos Santos, colaborador local da MAM desde 1936 e que, em 1948, foi encarregado por Santos Júnior de apresentar este plano para a campanha de 1948. *Missão Antropológica de Moçambique. Campanha de 1948a – Relatório*, p.6.

¹³ Durante a Campanha de 1948 destaca-se o apoio prestado pelo Delegado de Saúde de Meconta, pelo Padre Mateus de Missão Católica do Mirrote, pelo Bispo de Nampula D.Teófilo de Trindade e pelo Inspector Comandante da Guarnição Militar de Nampula

rava¹⁴. Em todos os relatórios, e em particular nos de 1948 e 1950, se nota alguma prepotência na atitude da chefia da Missão relativamente ao que se considerava ser um serviço prioritário.

A recolha de dados de natureza antropobiológica constituía o núcleo central do trabalho a desenvolver visando a possibilidade de uma “apreciação somática das tribos e suas relações de similitude ou diversidade”¹⁵. Neste contexto e em jeito de balanço dos 20 anos de trabalho da MAM, Santos Júnior refere em 1956 ter mais de 12 000 fichas antropológicas, com uma média de 20 medidas cada¹⁶, tendo havido alturas em que, levado pelo entusiasmo dos primeiros trabalhos, procedeu a um registo minucioso dos caracteres descritivos que, para cada indivíduo, se fazia acompanhar de 62 determinações antropométricas¹⁷.

De par com estes trabalhos e no cumprimento das atribuições conferidas à MAM¹⁸, procedia-se à recolha complementar de dados de natureza etnográfica e arqueológica, de que se dá conta nos relatórios de trabalho decorrentes de cada missão. Uns e outros eram tidos como fundamentais para o conhecimento efectivo das populações, no pressuposto de que este conhecimento constituía um poderoso instrumento ao serviço da “política indígena” que se pretendia implementar.

“A Antropologia é um dos melhores, senão o melhor instrumento ao serviço da política indígena (...) A antropologia física, estabelecendo as afinidades somáticas, procura descobrir parentescos ou definir, com precisão, a natureza étnica das diferentes tribos. A arqueologia ou melhor a Pré-história, descobrindo e estudando criteriosamente as velhas culturas, desvenda origens, e fornece à Antropologia os rumos que a orientam no complexo estabelecimento de muitos problemas etnológicos de origens. A Etnografia observando o viver diário dos negros, as suas necessidades materiais, a maneira como os indígenas as conseguem satisfazer, e as manifestações

¹⁴ Veja-se, por exemplo, o caso do Administrador da Namapa. SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p. 58.

¹⁵ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1956), “Antropologia de Moçambique”, *Diário da Manhã*, Setembro nº extra, Lisboa, p. 6.

¹⁶ *Id.Ibid.*

¹⁷ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1938), p. 40.

¹⁸ Embora a Antropologia Física fosse o principal objectivo da MAM, esta tinha igualmente sido incumbida de outros estudos, designadamente no domínio da etnografia, pré-história e arqueologia. A este respeito veja-se, por exemplo, as “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à Campanha de 1948”, SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), pp.22a-22c.

dos seus sentimentos de origem espiritual, dá-nos a chave indispensável para entrarmos com segurança no conhecimento da vida material e moral¹⁹.

Deste modo, fosse de forma mais elaborada²⁰ ou de forma mais sintética²¹ os relatórios da MAM enunciavam sempre as áreas disciplinares e científicas onde se enquadravam as observações e os dados recolhidos – Antropologia Física ou Somatologia; Psicotecnia; Arqueologia e Etnografia – procurando evidenciar a complementaridade das informações obtidas sem deixar de sublinhar, em simultâneo, a primazia da Antropologia, entendida esta como Antropologia física ou Antropobiologia, enquanto Ciência que fornece os elementos de base para a orientação da “política indígena”²². O que de certo modo justifica que, embora considerados atribuições específicas da MAM, os trabalhos no domínio da Arqueologia e/ou da Etnografia muito raramente determinavam os itinerários a seguir, guardando-se esses trabalhos para outra oportunidade nos casos em que tal implicasse atrasos ou inviabilidade na recolha dos dados de natureza antropológica.

A visita e recolha de dados relativa ao *Minipa* de Muipire²³ é, no âmbito desta 5ª Campanha, um bom exemplo desta situação, não deixando de ser igualmente significativo que a própria publicação da informação recolhida não foi sequer considerada matéria particularmente relevante que merecesse edição imediata, como se depreende das próprias palavras de Santos Júnior

“É possível que, se tiver, tempo, um dia escreva sobre Menepas e Nissepas”²⁴.

Das seis campanhas da MAM estão apenas publicados os relatórios da 1ª, 2ª e 4ª campanha, sendo que, neste último, se dão algumas informações sobre as actividades desenvolvidas durante a 3ª campanha, cujo relatório foi feito e enviado à JMGIC mas de que não se conhece nenhum exemplar²⁵. Os relatórios das duas últimas campanhas (1948 e 1955-56), não foram nunca publicados e não se conhecem edições de textos que se

¹⁹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.4.

²⁰ Veja-se em particular os relatórios da 1ª e 2ª Campanhas. SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1938) e (1940).

²¹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1947), “Missão Antropológica de Moçambique”, *Anais*, Vol. I, JMGIC, pp. 453-463.

²² SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.5.

²³ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), pp. 49-54.

²⁴ Idem, p. 53. Só em 1973 este trabalho viria a ser publicado. SANTOS JÚNIOR, J.R. (1973)

²⁵ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), p.16.

reportem à globalidade dos trabalhos empreendidos. Os textos publicados posteriormente a 1948 respeitam sobretudo a estudos parcelares, alguns deles resultando já do conjunto das recolhas efectuadas desde 1936, designadamente as Cartas Etnológica e da Pré-História de Moçambique, os apontamentos de carácter etnográfico e linguístico ou os estudos de síntese no âmbito da antropologia física e da antropobiologia²⁶, razão pela qual pensámos em publicar o relatório relativo a 1948 (5ª campanha), que encontramos entre a documentação respeitante a esta campanha.

Por outro lado, de todas as campanhas efectuadas esta parece ter sido, pelo número de materiais que integram hoje esta colecção, extraordinariamente “produtiva”. Incluí 2373 fotografias e 497 documentos escritos (na sua maioria manuscritos), 58 objectos etnográficos e materiais arqueológicos correspondentes a 5 estações referenciadas, possuindo ainda a particularidade de nela se ter procedido a uma recolha de dados sobre a organização e estrutura dos aldeamentos indígenas das áreas percorridas, sobre as escavações arqueológicas realizadas no Amuralhado de Goméne (Mécufi) e sobre algumas particularidades do culto dos mortos e dos cemitérios indígenas da região do Larde e Mogovolas. A globalidade da documentação produzida durante esta campanha possibilita uma visão mais sistemática dos trabalhos efectuados e permite o acesso a um conjunto de dados que pode hoje vir a ser utilizado num outro contexto que não o exclusivamente colonial.

2. OS RELATÓRIOS DA CAMPANHA DE 1948

Centremos agora a nossa atenção sobre os 3 relatórios relativos à Campanha de 1948 que não foram nunca publicados.

O primeiro documento deste conjunto – *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique (Maio a Dezembro de 1948)* – é um original dactilografado com emendas manuscritas, datado de 1948, encapado em papel almaço e com a assinatura de Santos Júnior na capa. O texto termina de forma um pouco abrupta, com a referência aos trabalhos desenvolvidos em Agosto, no Ibo, correspondentes aos dois primeiros meses de trabalho de campo, de uma campanha que só viria a terminar em Outubro, desse mesmo ano, em Lourenço Marques²⁷. Deste modo, trata-se apenas de uma parte do relatório a apresentar e, mesmo

²⁶ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), Para os trabalhos posteriores a esta data pode consultar-se a listagem bibliográfica em RODRIGUES, M.C.(1999) coord. vol. I, pp.15-16.

²⁷ SANTOS, Luís dos (1948), pp. 6-12.

assim, numa espécie de primeira versão marcada por várias correcções e/ou acrescentos manuscritos, que terá servido de base a um texto mais extenso que não integra o espólio da MAM no IICT.

Aliás, como o próprio Santos Júnior refere, foram feitas cinco cópias desta primeira versão²⁸ e, destas cinco, referenciamos até agora apenas uma cópia completa nos Arquivos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas²⁹.

Com base na versão final deste documento existe uma versão sumariada, dactilografada e datada de 1950 – *Missão Antropológica de Moçambique. Relatório de Actividade em 1950* –, eventualmente feita para atender a alguma solicitação oficial, mas que também não foi publicada. Neste caso, trata-se de um texto em forma final, datado e assinado – Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 25 de Novembro de 1950, O Chefe da Missão.

De notar que nesta versão, sob o título de *Síntese da Actividade da Missão em 1950*, se listam os trabalhos (publicados ou para publicação) decorrentes dos trabalhos da MAM desenvolvidos até à data, bem como a indicação das 7 brigadas que deveriam ter operado durante a 5ª Campanha e que, por falta de pessoal (chefe e/ou respectivo ajudante) não puderam funcionar, ou viram os seus trabalhos consideravelmente limitados, designadamente, as brigadas de:

1. *Antropologia Física, Somatologia e Raciologia* (J.R. dos Santos Júnior e Norberto dos Santos)
2. *Psicotecnia* (António Augusto)
3. *Etnografia* (Luís dos Santos)
4. *Aldeamentos e Deslocamentos de Populações* (Simões Martinho)

²⁸ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1948a), p.38, nota 21.

²⁹ *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique. Maio a Dezembro de 1948*, pelo Prof. Doutor Santos Júnior. Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências. Universidade do Porto. Arquivo do ISCP, 57(679). Trata-se de um documento dactilografado com 131 páginas de texto com fotografias de premeio a que acresce ainda um apêndice de fotografias respeitantes a diversos aspectos desta campanha. Esta cópia inclui todos os trabalhos desenvolvidos durante a Missão de 1948, designadamente toda a informação posterior a 11 de Agosto, quando a Missão estava então a trabalhar em Mécufo. O enquadramento do que atrás se referiu sobre o Amuralhado de Goméne, sobre os cemitérios ou sobre todos os outros aspectos dos trabalhos desenvolvidos até ao final da 5ª Campanha (Outubro) não consta da cópia do IICT pelo que não se publica aqui e só poderá ser consultado no ISCP. Ainda que não na perspectiva da sua publicação aspectos deste documento integram um estudo de Rui M. PEREIRA publicado em 2005.

5. *Pré-História* (-)

6. *Antropobiologia* (-)

7. *Linguística* (-)

Destas 7 brigadas, cuja designação apresentada neste documento difere da designação oficial³⁰, apenas a primeira dispunha dos elementos mínimos – Chefe e respectivo Ajudante – necessários ao seu funcionamento e por isso terá funcionado a 100%. Em contrapartida, as três últimas viram o seu trabalho condicionado pela possibilidade dos poucos membros da equipa poderem dispor de algum tempo para recolher e tratar dados nestes domínios; o que se traduziu muitas vezes pela não realização de trabalhos que estavam previstos, como se expressa amiúde nas páginas destes relatórios.

“A falta de pessoal bastante não me permitiu fazer a determinação dos grupos sanguíneos, nem o estudo sistemático das mutilações, nomeadamente das tatuagens”³¹.

Porém, e como adiante se verá, as três últimas áreas científicas não tinham sido contempladas como prioritárias pelo próprio Ministério das Colónias que, também por essa razão, não tinha atendido ao pedido de pessoal previsto para assegurar estes trabalhos mesmo quando, persistentemente, o chefe da MAM tentava demonstrar a sua importância para um melhor conhecimento dos povos de Moçambique.

Anexo ao *Relatório* de Santos Júnior existe um outro documento também da mesma campanha – *Missão Antropológica de Moçambique: Campanha de 1948 – Relatório* –, da autoria de Luís dos Santos, colaborador da Missão desde 1936, dando conta de aspectos práticos e técnicos da campanha, designadamente a organização do percurso (dia a dia), o rendimento e estado de conservação das viaturas, e do seu próprio desempenho enquanto Auxiliar de Antropometria, embora Luís dos Santos fosse ajudante da Brigada de Etnografia. O Relatório está datado e assinado. – Lourenço Marques, 19 de Maio de 1949. O Auxiliar Graduado de 1ª Classe, Luís dos Santos.

Este relatório, sobretudo no que respeita ao capítulo em que Luís dos Santos apresenta a justificação dos seus trabalhos foi, pelo próprio autor, considerado uma surpresa dada a sua qualidade de colaborador e

³⁰ *Vd.* “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à Campanha de 1948”, SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), pp.22a-22c.

³¹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p. 47.

a legislação em vigor só exigir a apresentação de relatórios de actividade aos Chefes ou Adjuntos da Missão³². Todavia, a sua existência faz supor que, à semelhança do que lhe foi exigido, os outros dois responsáveis por brigadas de estudos específicos dentro da MAM, nomeadamente o Dr. António Augusto e o Capitão José Simões Martinho, devem ter recebido igual solicitação, apresentando cada um relatório das actividades desenvolvidas. Porém, se o fizeram, essa documentação não consta do espólio da MAM em depósito no IICT.

No caso dos trabalhos do Dr. António Augusto, publicações com data posterior fornecem alguns elementos sobre o trabalho por ele desenvolvido. Porém, no caso dos do Capitão Simões Martinho, os dados recolhidos não tiveram qualquer resultado em termos de publicação sendo apenas parcialmente referidos por Santos Júnior, enquanto chefe da MAM, no *Relatório de 1948*. O que não deixa de ser interessante, uma vez que tudo indica ter sido esta brigada, mais ou menos imposta pelo então Ministro das Colónias, o Capitão Teófilo Duarte, ao inscrever a área de estudos sobre os aldeamentos e deslocamento de populações, nas “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à campanha de 1948”³³ e indicando para seu responsável o Capitão José Simões Martinho. Um antigo administrador de Timor que se dedicara também a estudos sobre os aldeamentos timorenses e eventuais possibilidades de deslocamento de populações³⁴ e que, ao ser integrado na MAM, levava como incumbência o estudo da possibilidade de deslocamento “...de populações vivendo em regiões doentias e pobres, para centros de trabalho industrial e agrícola em que elas trabalhariam por conta de outrem”³⁵.

Embora no Relatório da 2ª Campanha se informe, com algum detalhe, sobre as observações e dados recolhidos sobre a habitação indígena³⁶, esta temática surgia enquadrada nas atribuições genéricas da Missão, no âmbito da recolha de dados etnográficos e não constituía matéria específica a ser individualizada no contexto das diferentes actividades. A proposta de “quadro de pessoal” elaborada em 1947 pelo chefe da Missão para a

³² Decreto-lei nº 35.395 de 26 de Dezembro de 1945 e Portaria Ministerial nº 12.215 de 26 de Dezembro de 1947.

³³ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.11.

³⁴ MARTINHO, Capitão Simões (1945)

³⁵ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.22b.

³⁶ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1940), p.43-45.

campanha de 1948, não deixa dúvidas sobre este aspecto. Quatro pessoas da “Metrópole” – Santos Júnior, Norberto dos Santos, Francisco Coelho de Sousa e Fernando Eurico da Silva Teles, a que eventualmente acresceria, se possível, um fotógrafo e um contabilista –, mais treze funcionários a requisitar na “Colónia” e ainda, se possível, mais um fotógrafo, um “desenhista”, dois auxiliares e três motoristas, compunham o quadro de pessoal proposto. Esta equipa asseguraria o funcionamento das 7 brigadas previstas pelo Chefe da MAM – Antropologia Física ou Somatologia, Psicotecnia, Antropologia Social, Etnografia, Linguística, Hematologia e Pré-História³⁷ – incluindo-se os estudos sobre a alimentação e a habitação no cumprimento do que designava como um objectivo de natureza cultural³⁸, do domínio da brigada de Etnografia, não se prevendo, assim, nenhuma brigada específica, dedicada ao estudo dos aldeamentos e deslocamentos da população.

Aliás, do pessoal previsto, apenas 6 membros seriam oficialmente indicados e aceites para integrar a equipa em 1948 e a estes, o Ministro das Colónias, por iniciativa própria, juntou mais um – o Capitão José Simões Martinho, dando assim o seu aval à constituição de uma equipa de 7 membros.

Do mesmo modo, e em relação ao plano de trabalhos, o mesmo ministro fez introduzir alterações. Passou de 7 para 6 o número de brigadas, fez desaparecer a brigada de Hematologia e as designações de Antropologia Física e Somatologia englobando todas estas áreas científicas numa só brigada que passou a designar-se por estudos Antropo-biológicos, e criou uma nova brigada de Deslocação de população indígena e seu aldeamento, tornando esta área matéria a tratar de forma individualizada relativamente à brigada de estudos etnográficos³⁹. Em simultâneo definia, por despacho, as prioridades de trabalho da MAM para 1948, a saber, a continuação dos trabalhos anteriores nas zonas ainda não percorridas e o ultimar das investigações em curso, de par com a continuação dos estudos psicotécnicos e os trabalhos no domínio do deslocamento das populações.

Ainda assim, apesar da imposição desta brigada e das alterações ao programa proposto pelo Chefe da MAM, é talvez nos aspectos relativos aos aldeamentos e deslocamento de populações que o *Relatório* se revela mais interessante. Por um lado, apresenta-se uma síntese das observações feitas e dados recolhidos pelo Capitão Martinho e que este documentou criteriosamente.

³⁷ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), pp. 5-9. Veja-se igualmente o Programa da Campanha apresentado por Santos Júnior em Outubro de 1947, transcrito na p.20.

³⁸ Idem. p.19.

³⁹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), pp. 6-10.

mente como dezenas de fotografias sobre os diversos aspectos observados – estrutura, organização das diferentes dependências, utensílios domésticos, celeiros, cozinhas... (vd. fig. 1-12) – e, por outro lado, expressam-se opiniões que, de algum modo, pretendem responder a preocupações concretas do governo central sobre a forma e a viabilidade da iniciativa de promover aldeamentos e proceder ao deslocamento de populações.

Daí que o Chefe da MAM chegue mesmo a transcrever excertos do relatório elaborado em 1947 pelo Administrador de Nampula e onde este, não só dá conta que “não existe nenhum aldeamento no concelho. (porque) O indígena do concelho tem tendência a dispersar-se”, como afirma não ter intenção de “promover aldeamentos sem ordens superiores”⁴⁰.

Apesar de partilhar do ceticismo do Administrador de Nampula, a recolha feita por Simões Martinho dá-lhe, no entanto, a oportunidade de discorrer sobre a importância da questão do “aldeamento indígena” e a necessidade de conjugar estudos de natureza disciplinar e científica diversa no sentido de viabilizar novos aldeamentos, bem como sobre as razões que devem ser tidas em conta de forma a minimizar a oposição das populações ao seu possível deslocamento. E, neste aspecto, passando em revisão trabalhos de inestimável valor etnográfico⁴¹ e apelando a conhecimentos de natureza muito diversa visando a fundamentação da sua posição, a opinião do chefe da Missão não deixa margem para dúvidas sobre qual deveria ser o caminho a seguir, ao afirmar que

“A solução que parece impor-se é a fixação de gente, sobretudo dos excedentes populacionais, em regiões cujo solo possa ser explorado em regime de irrigação, e permita aldeamento fixo”⁴².

Remetendo ainda assim para os especialistas – médicos, agrónomos, engenheiros e veterinários –, a responsabilidade de determinar as áreas onde se impõe o deslocamento ou a fixação de populações indígenas⁴³.

Infelizmente não dispomos das notas nem do relatório de Simões Martinho que serviram de base a estas asserções mas, se tivermos em conta as opiniões deste sobre esta mesma matéria em Timor, podemos supor que a sua opinião, com a devida distância que separa a situação de Timor da de Moçambique, seria eventualmente diferente. E que esta

⁴⁰ “Relatório do Administrador de Nampula, João Teles de Castro Quadros, em 1948”, transcrito em SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.34.

⁴¹ JUNOD, H. (1944).

⁴² SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.39.

⁴³ *Ibidem*.

diferença resultaria sobretudo do facto de Simões Martinho ter, a este respeito, uma opinião que privilegiava a aldeia como “uma necessidade dos seus próprios habitantes” no quadro de um conjunto de factores, de entre os quais não se deveriam negligenciar os de natureza cultural, sobre os quais assenta a estrutura base das comunidades⁴⁴.

Outro aspecto particular deste relatório diz respeito aos inquéritos etnográficos e ao levantamento dos *nibimos*⁴⁵. Uns e outros permitem traçar um quadro amplo e diversificado das populações, suas características e distribuição regional, tornando evidentes as especificidades de cada grupo, e de cada grupo no contexto regional, tornando notório que o estudo antropológico das populações não esgota o objectivo dos inquéritos.

Sob a designação de inquéritos etnográficos, de *nibimos* ou outros, desenvolve-se um esquema-tipo de abordagem que pretende comportar dados sobre o perfil social e étnico do indivíduo inquirido, num quadro regional (geralmente bem identificado) que se faz acompanhar do vocabulário base necessário e adequado às perguntas e respostas pretendidas, e que podemos considerar uma versão rudimentar dos modernos guiões de entrevistas usados por antropólogos e sociólogos. Contudo, importa sublinhar que a recolha destes dados, embora pareça ser sistemática revela, por parte da equipa da Missão ou pelo menos por parte do seu chefe, uma grande dificuldade na compreensão dos sistemas de parentesco e do próprio conceito de grupo cultural⁴⁶.

Por sua vez, a informação recolhida varia consideravelmente de grupo para grupo e de região para região, havendo naturalmente tendência para que o registo base se complemente com dados que constituem particularidades seja do grupo analisado, seja do grupo no contexto regional (tatuagens, mutilações auriculares, dentárias ou nasais, tipo e variedade de adornos...).

Em certas situações, e quando se compara o *Relatório de 1948* com a restante documentação produzida e/ou recolhida durante esta campanha somos, de facto, surpreendidos não tanto pela síntese que o relatório faria

⁴⁴ MARTINHO, Capitão Simões (1945), p. 159-161.

⁴⁵ “nome que tem todo o preto e que é transmitido por herança, umas vezes por via materna outras por via paterna. Assim, *nibimo* é um nome familiar”. SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p.44.

⁴⁶ Embora apenas afluída na versão incompleta do Relatório que agora se publica, esta dificuldade é claramente manifesta nas observações feitas, por exemplo, em relação às recolhas feitas em Mécufi que constam da versão completa existente no ISCP. SANTOS JÚNIOR (1948b), p. 73.

supor mas antes pela homogeneidade e complementaridade de informações que deles resulta. No caso dos inquéritos, por exemplo, muitos são os que apresentam correcções em função de outros dados e tem correspondência não só nas muitas tabelas de medidas e caracteres descritivos, como nas fotografias, constituindo um vasto registo de informações sobre as diferentes regiões percorridas e os usos e costumes de quem as habita(va).

Outros aspectos focados, designadamente as tatuagens e a determinação de grupos sanguíneos ou as pontuais recolhas de vestígios arqueológicos, têm destaque idêntico nos relatórios anteriores, eventualmente até mais minucioso em alguns casos, acabando por se diluir aqui num texto onde predominam sobretudo os dados de natureza antropológica.

De uma forma geral, *O Relatório de 1948* e o de *1950*, são muito críticos relativamente ao contexto em que se desenvolveram os trabalhos das várias campanhas da Missão, em particular durante esta última, e sobretudo no que respeita ao apoio e incentivo ao acompanhamento dos trabalhos, indispensáveis à concretização dos objectivos da Missão e ao êxito dos seus resultados.

Esta situação, que aparentemente havia sido discutida e resolvida após a realização da 2ª campanha⁴⁷, nunca se verificou de facto e, ao longo do tempo, foi sendo cada vez mais difícil não só alargar o quadro dos membros da MAM como dos seus colaboradores.

As críticas são particularmente severas no que se refere ao escasso número de pessoas envolvidas, ao processo de escolha das mesmas e à inexistência de um plano de formação de pessoal que, nas colónias, pudesse assegurar a continuidade dos trabalhos independentemente de campanhas pontuais a realizar por esta ou outras Missões.

Como frequentemente se refere nos vários relatórios, o Chefe da MAM considerava da maior importância

“...preparar pessoal da colónia para o prosseguimento dos estudos antropológicos poder ser feito em maior continuidade do que a que se observa no regime das Missões de 4 ou 5 meses de duração. Há que preparar funcionários coloniais para levarem a cabo os estudos que competem a uma Missão Antropológica”⁴⁸.

⁴⁷ Sobre esta questão veja-se, SANTOS JÚNIOR (1940), p. 90 onde se lê que tendo sido recebido pelo então Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, este terá manifestado “o maior interesse pelo prosseguimento dos trabalhos a cargo da Missão Antropológica, autorizando que, numa próxima campanha, mais pessoal lhe possa ser agregado.”

⁴⁸ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), p.14.

Razão pela qual, o plano de pessoal proposto para esta 5ª campanha incluía 13 funcionários a requisitar na “colónia”, sublinhando-se que estes, ou outros, poderiam mesmo vir a fazer uma formação complementar na África do Sul⁴⁹, que os credenciasse para a prossecução dos vários trabalhos.

Este pessoal era considerado fundamental para o êxito da actividade da Missão. Agregado às diferentes brigadas da MAM em função das necessidades específicas das mesmas e do conhecimento particular da situação das várias regiões que cada campanha se propunha percorrer, dele dependiam tanto a maioria dos contactos locais e o apoio logístico quanto a possibilidade de comunicação com as diferentes comunidades ou o registo exaustivo das observações feitas.

Os colaboradores a requisitar eram, em geral, funcionários do estado, o que implicava que os mesmos fossem dispensados do serviço que habitualmente faziam. Situação que, à partida, não deveria constituir problema na medida em que, de acordo com a legislação que regulamentava as Missões Antropológicas “os serviços oficiais... (deveriam) prestar às missões a assistência e colaboração”⁵⁰ de que estas necessitassem. O que sempre se verificou até à campanha de 1945 (4ª) em que, pela primeira vez, a autorização de dispensa foi negada sob alegação de que os funcionários requisitados não poderiam ser dispensados dos serviços em que estavam⁵¹.

Esta questão, sublinhada várias vezes tanto no Relatório de 1948 como no de 1950, surge como vital e como razão do muito desagrado por parte do chefe da MAM relativamente à forma como eram encarados os seus trabalhos, não se coibindo ele de introduzir igualmente a questão do escasso ou inexistente pagamento a quem se dispunha a trabalhar, por vezes de forma graciosa,

“nas nossas colónias, expostos a todas as consequências resultantes duma estadia nas regiões tropicais”⁵²

Porém, mais do que as dificuldades financeiras, as constricções de pessoal constituíram, para Santos Júnior, o maior obstáculo à concretização dos objectivos desta campanha. As críticas são severas, testemunhando oposição às decisões da Administração Colonial, e o tom dos dois relatórios prenuncia os desentendimentos futuros quanto à acção da Missão Antropológica de Moçambique cuja última campanha terá lugar em 1955-56.

⁴⁹ *Ibidem.*

⁵⁰ Citado em SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), p. 28.

⁵¹ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), p.15.

⁵² SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), p.10.

REFERÊNCIAS NO TEXTO

1. Documentação do espólio da MAM

- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948a), *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique (Maio a Dezembro de 1948)*, EspMAM, Doc.SJD406 Cx.D6/48 Capilha A7,67fls.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), *Missão Antropológica de Moçambique – Relatório de Actividade em 1950*. EspMAM, Doc.SJD407 Cx.D6/48 Capilha A9, 18 fls.
- SANTOS, Luís dos (1949), *Missão Antropológica de Moçambique. Campanha de 1948 – Relatório*, EspMAM, Doc.SJD407 Cx.D6/48 Capilha A8, 36 fls.

2. Documentação da MAM no ISCSP

- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948b), *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique (Maio a Dezembro de 1948)*, Arquivo da Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 57 (679)

3. Bibliografia

- AGC (1945), *Ocupação Científica do Ultramar Português – Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- JUNOD, H. (1944), *Usos e Costumes dos Bantu – a vida de uma tribo sul-africana*, Imp.Nacional, Lourenço Marques
- MARTINHO, Capitão Simões (1945), “Aldeamentos indígenas – Um dos problemas da colonização de Timor”, **Boletim Geral das Colónias**, n.238, vol. XXI.
- PEREIRA, R. M. (2005), “Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física Colonial Portuguesa”, *Cadernos de Estudos Africanos*,7-8, Centro de Estudos Africanos, ISCTE.
- RODRIGUES, M.C (1990) coord., *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*, 2 vols., ICT, 1990
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1938), *Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique. 1ª Campanha de trabalhos – 1936*, Porto.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1940), *Missão Antropológica de Moçambique. 2ª Campanha (Agosto de 1937 a Janeiro de 1938)*, AGC.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1947), “Missão Antropológica de Moçambique”, *Anais*, Vol. I, JMGIC, pp. 453-463.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1950), *Lista dos trabalhos da Missão Antropológica*, Porto
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1956), “Antropologia de Moçambique”, *Diário da Manhã*, Set. nº extra, Lisboa, p. 6.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1973), “O Minepa e o Malaíca. Fantasmas Moçambicanos”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Etnologia*, vol. XXII (2), Porto, pp. 127-144

RELATÓRIOS DA 5ª CAMPANHA DA MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE¹

I – Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique² (Maio a Dezembro de 1948)

Mais uma campanha realizou a Missão Antropológica de Moçambique. Mais uma vez o Governo da Nação mostrou interesse pelo reconhecimento científico do nosso ultramar, no que respeita aos seus indígenas.

Sua Excelência o Ministro das Colónias, Senhor Capitão Teófilo Duarte está animado do mesmo espírito que acalenta e excita³ os centros universitários portugueses no desejo ardente de se fazer o reconhecimento científico das nossas colónias, de forma consciente, inteligente e metódica. A sua Excelência agradeço todos os auxílios prestados à Missão que me honro de chefiar.

Ao Prof. Mendes Correia, Mestre eminente da Antropologia portuguesa, que continua a orientar superiormente os trabalhos da Missão, é-me especialmente grato testemunhar o meu agradecimento por todas as suas ajudas e conselhos amigos.

Moçambique bem merece pela sua importância, sob múltiplos aspectos, que se lhe preste atenção. É por demais sabido que a maior riqueza dum região, qualquer que seja, é a sua gente, o seu elemento humano.

¹ De modo a facilitar a leitura destes documentos, e sem que por isso se alterasse o seu conteúdo, optámos por uniformizar os três relatórios no que respeita à sua forma de apresentação e actualizar a sua ortografia. Por outro lado, porque os três exemplares dactilografados apresentavam paginação, margens e espaços não homogéneos, optámos por editá-los obedecendo aos critérios que, habitualmente, são usados na transcrição de manuscritos para, deste modo, se tornar mais fácil a localização das referências nos diversos textos.

² Este relatório é um documento original, dactilografado, com a indicação na capa escrita a lápis azul: "Exemplar emendado. As emendas vão todas modificadas por uma cruzinha na margem". As emendas referidas pelo autor serão devidamente registadas em notas de pé de página.

³ Palavra emendada no texto manualmente.

Pelo que respeita Moçambique é nossa opinião que os seus indígenas constituem a sua maior riqueza viva.

Tudo quanto se faça para o conhecimento das características somáticas e psíquicas das diferentes tribos moçambicanas, bem como das suas virtualidades demográficas, será contribuir de modo bem eficaz para a exacta avaliação da importância económica do elemento humano da colónia de Moçambique, quer sob o ponto de vista estático quer dinâmico.

Sob o ponto de vista estático há que atender não só ao número total dos seus negros, digamos ao factor quantidade, mas também às capacidades de ordem física e psíquica de cada nativo digamos ao factor qualidade. A Somatologia por um lado e a Psico// [1] técnica por outro fornecem elementos que permitem avaliar essas capacidades.

Sob o ponto de vista dinâmico há que atender às capacidades demográficas das diferentes tribos, à sua potencialidade de aumento progressivo, naturalmente dependente dos valores relativos dos índices de natalidade e de mortalidade.

É dentro deste aspecto dinâmico que se podem fazer previsões demográficas. Pode dizer-se que demografia implica previsão⁴. Estudar demografia é não só apurar com segurança a situação populacional presente mas também, e muito especialmente, prever a evolução populacional.

A previsão, assente quer nas condições do presente quer nos factos colhidos na observação do passado, permite calcular antecipadamente qual será a população daqui a 10 ou 20 anos, desde que se mantenham as condições económicas e de sanidade, e não varie a fecundidade ou capacidade de procriação ou seja o número de filhos por mulher.

Ninguém se atreverá a negar a estes problemas a sua grande importância e económica e política.

Ora a Antropologia está na base dos estudos demográficos.

Mas à Missão Antropológica de Moçambique competem outras importantes tarefas. O estudo da possibilidade de agrupamento dos indígenas em aldeamentos bem organizados, o estudo dos seus usos e costumes, o estudo dos seus dialectos, o estudo da Antropobiologia que tantos elementos de interesse médico pode fornecer, o estudo da Psicotécnica e o estudo da Pré-história, são importantes capítulos cuja análise deve ser atribuída a brigadas especiais com pessoal convenientemente adestrado para a sua integral execução.

⁴ Palavra emendada manualmente.

Perante um programa de tal natureza é óbvia a enorme importância dos estudos antropológicos coloniais, importância não só científica, mas também social e política. Conforme em tempos escrevi e me parece oportuno repetir, a política e a legislação coloniais são hoje um todo complexo que se aproxima cada vez mais das Ciências para delas receber luz e auxílio.

A Antropologia com os seus vastos e importantes capítulos da Etnografia e Psicologia comparadas, mostra-nos que a estrutura // [2] íntima do Homem dos diversos povos e raças não é independente do seu espírito nem das suas actividades características.

Malvezzi de Medici, no *Archivo da Sociedade Italiana de Antropologia e Etnologia*, de 1932, afirma: “Senonché sono appunto gli studi antropologici, etnografici e psicologici quelli che oggi finalmente vengono riconosciuti d’importanza fondamentale e pregiudiziale per la scelta di un’adeguata politica indigena nelle colonie.” Na verdade assim é. Só o conhecimento científico do indígena em todas as suas qualidades, que são muitas, e nos seus defeitos que quase sempre são fáceis de corrigir, pode fornecer as suas normas para uma atitude de comando certo, ou seja, do governo justo que melhor se adapte às circunstâncias, as quais⁵, em certos casos, podem variar ampla e profundamente. A política que, no dizer de Malvezzi de Medici, é por sua natureza feita de adaptação e aproximações, requer um sentido justo da relatividade, e uma intuição muito especial do contínuo variar das circunstâncias e da mutabilidade das paixões humanas. A política, como ciência social que é, preocupa-se especialmente com a actividade gregária e as manifestações colectivas do Homem.

A Antropologia, estudando o Homem em todos os seus aspectos, procura descobrir as causas, mesmo as mais remotas e profundas, que tantas vezes condicionam a maneira de ser da natureza humana. Por seu lado a Etnografia, estudando os hábitos, usos e costumes, por vezes põe em evidência factos de importância mínima aparente, que por isso escapam à observação vulgar, mas podem, no entanto, levar-nos a apreciar notáveis qualidades de ordem psíquica e moral, com que há sempre entrar em linha de conta. Quantas vezes as manifestações são o resultado de um somatório de factos que parecem de importância secundária e

⁵ As palavras ías quaisí foram introduzidas posteriormente no texto.

que, dispondo-se em sentido unilateral se somam e⁶ adquirem força dinamizante inesperada.

Nada no mundo escapa à lei inflexível da evolução. Não se julgue que se conseguiu evoluir o Homem mudando o seu *habitat* e aparência externa se ele conserva a alma antiga, se não mudaram os seus conceitos acerca dos princípios de verdade, justiça e moral, valores eternos que devem ser os guias das relações entre os Homens qualquer que seja a sua raça ou o seu grau de cultura.

Cabe aqui uma especial referência ao papel importantíssimo que as Missões católicas desempenham para a formação espiritual dos indígenas dentro dos sagrados e justos princípios da moral cristã. // [3]

É o ensino da língua, é a pregação da doutrina, é o exemplo da austeridade da vida eclesiástica, é o conselho paternal, é o ensino de artes e ofícios, é o estabelecimento de preceitos higiénicos e normas de boa sanidade, e, numa palavra, a obra de valorização geral dos indígenas que faz o Missionário um dos mais importantes factores de colonização, entendendo-se por Colonização o aperfeiçoamento constante dos negros, cada dia mais são por menos viciosos, cada dia de melhor índole por mais cristãos, cada dia mais civilizados por menos selvagens, cada dia mais portugueses. As Missões católicas são um dos melhores, senão o melhor instrumento da Colonização.

A Antropologia é um dos melhores, senão o melhor instrumento ao serviço da política indígena. Entenda-se por política indígena as relações entre brancos e negros e das tribos umas com as outras. A Antropologia física, estabelecendo as afinidades somáticas, procura descobrir parentescos ou definir, com precisão, a natureza étnica das diferentes tribos. A Arqueologia ou melhor a Pré-história, descobrindo e estudando criteriosamente as velhas culturas, desvenda origens, e fornece à Antropologia os rumos que a orientam no complexo estabelecimento de muitos problemas etnológicos de origens. A Etnografia observando o viver diário dos negros, as suas necessidades materiais, a maneira como os indígenas as conseguem satisfazer, e as manifestações dos seus sentimentos de origem espiritual, dá-nos a chave indispensável para entrarmos com segurança no conhecimento da sua vida material e moral.

Do trabalho do ilustre Prof. Doutor⁷ Pires de Lima, “Estudos de Antropologia colonial – o que temos feito e o que precisamos fazer” publicado

⁶ As palavras “se somam e” foram introduzidas posteriormente no texto.

⁷ Palavra acrescentada a lápis.

no Vol. I dos Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (pags. 105 a 133, Porto, 1934) faço a larga transcrição que segue, a qual é bem demonstrativa do interesse político do Estudos de Etnografia colonial. Ao abordar a importância desses estudos diz o Prof. Joaquim Pires de Lima – “A necessidade de os desenvolver foi há pouco bem salientada pelo Prof. Leite de Vasconcelos na sua monumental Etnografia Portuguesa, onde se lêem as seguintes palavras: Tomando em consideração a Etnografia dos povos incultos, e no nosso caso a da maior parte das colónias portuguesas ... pois não só o viver das tribos selvagens aclara, por comparação, bom número de obscuridades da história antiga e resolve problemas de sociologia, mas nenhuma administração colóni // [4] al será digna, quando na posse do respectivo governador não esteja de antemão o conhecimento pormenorizado da província que administra. Ao falar, embora não de selvagens mas de gentios da nossa Índia antiga, lembra Diogo do Couto que os milagres de administração que lá fez certo governador, resultaram da experiência que tinha da terra, do conhecimento dos homens dela. No congresso Internacional de Etnologia e Etnografia celebrado em Neuchâtel em 1914, o Prof. Bezemer leu uma comunicação acerca da importância da Etnografia na política colonial, sustentando que convinha que os administradores coloniais soubessem Etnografia e que muitas vezes era por causa de não se conhecerem os usos e crenças dos indígenas que rebentavam guerras sangrentas.”

Mas não precisamos de ir ao estrangeiro buscar exemplos, temo-los, e brilhantes, nos diversos períodos da nossa História. A propósito do “Dia de Timor”, na Exposição Colonial, diz uma brochura comemorativa: “O Governador Celestino da Silva soube primeiro ver, soube depois governar ... Comandava no mais alto significado do termo –depois ter decifrado a alma do nativo.”

Quer dizer: a Antropologia fornece, como nenhuma outra Ciência, elementos basilares para a orientação da política indígena. Além disso e, pelo menos, do mesmo modo que tôdas as outras Ciências, os estudos de Antropologia Colonial, constituem uma prova flagrante da preocupação inteligente e serena, de fazer-se o reconhecimento científico colonial, espécie de novo descobrimento e conquista dos nossos domínios ultramarinos, pedaços sagrados do corpo da Pátria, parte integrante do todo uno e indivisível do nosso quási milenário Portugal.

*
* *

Vejamos⁸ como decorreram os trabalhos da 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique. // [5]

PESSOAL

A Missão Antropológica de Moçambique tem como pessoal efectivo apenas o chefe e um ajudante.

No 2º semestre de 1947 tratei da organização do plano da 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique.

Em 12 de Novembro de 1947 recebi da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais o ofício nº2184, Proc. 2/47, datado de 10 do mesmo mês e ano, em que se comunicava que desejando sua Excelsa o Ministro das Colónias “possuir as notas biográficas dos prováveis componentes das missões para Moçambique” se me solicitava que as remetesse com urgência.

A esse ofício respondi nestes termos:

- a) Prossigo na organização do quadro do pessoal da próxima campanha⁹, parte do qual é muito possível que só à minha chegada à colónia possa ser definitivamente estabelecido. Nesse sentido oficiei já para Moçambique nomeadamente ao Director dos Serviços de Saúde e dos Serviços de Administração civil. Requisitei um médico hematologista que viesse a encarregar-se, como adjunto, dos trabalhos de hematologia.
- b) Do pessoal da colónia não posso portanto enviar todos os dados concretos por V. Exa. pedidos no ofício acima referido. Não deixarei, no entanto, de dar informações que de momento me são possíveis e que só ultimamente obtive.
- c) Do pessoal que poderá seguir da Metrópole, além do chefe e do ajudante, único pessoal efectivo da Missão, citarei para já o seguinte:

FRANCISCO COELHO DE SOUSA, de 35 anos de idade, preparador conservador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, dese-

⁸ Palavra emendada manualmente.

⁹ Palavra inserida a lápis no texto.

nhador de muito mérito. Tenciono propô-lo como assistente desenhista, e estou certo que prestará aos trabalhos da Missão ótimos serviços.

FERNANDO EURICO DA SILVA TELES, de 24 anos de idade, com o curso dos liceus, 7º ano de ciências incompleto por falta duma única cadeira (Matemática); aspirante do quadro dos Serviços Prisionais, destacado na colónia Penal de Sta. Cruz do Bispo.

Já há anos prestou serviços aos trabalhos de gabinete da Missão. Tenho dele boa impressão. Tenciono propô-lo como ajudante. // [6]

Ainda não tenho terminadas as “démarches” no sentido de levar como fotógrafo um distinto artista e notável investigador, bem como um auxiliar que pelos seus conhecimentos de contabilidade seria um indispensável colaborador para a boa organização das contas da Missão.

Até este momento da Metrópole iríamos pois 4 pessoas e possivelmente mais dois que seriam o fotógrafo e o contabilista.

Na colónia além do

Dr. ANTÓNIO AUGUSTO que foi um excelente adjunto da 4ª campanha da Missão (1946) e prossegue com entusiasmo nos seus estudos de Psicotecnia, desejaria agregar as seguintes pessoas:

LUÍS DOS SANTOS, chefe da Polícia de Viação e Trânsito da Colónia de Moçambique. Desde 1936 que tem sido meu ajudante nas 4 campanhas já realizadas. É um excelente colaborador que tem prestado à Missão muito bons serviços. Já escrevi em alguns relatórios que parte dos êxitos dos trabalhos da Missão se devem à colaboração dedicada deste prestimoso companheiro desde a 1ª hora da Missão. Continuará a ser o ajudante fiel e dedicado.

Dr. JOSÉ REBELO BASTOS, tenente¹⁰ da 1ª Companhia dos Engenhos em Lourenço Marques, licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade do Porto onde foi discípulo do eminente¹¹ Mestre Prof. Doutor Mendes Correia. Tirou a cadeira de antropologia com a média final de bom (15 valores). Desejaria propô-lo para adjunto, especialmente encarregado da parte da Somatologia.

Dr. GONÇALVES COTA, autor de notáveis trabalhos de Etnografia dos indígenas de Moçambique, de entre os quais se destaca o seu belo livro sobre direito consuetudinário dos mesmos. Desejaria agregá-lo como adjunto especialmente encarregado dos trabalhos de Etnografia no aspecto antro-po-sociológico.

¹⁰ Palavra emendada.

¹¹ Palavra emendada.

Dr. BARROS LIMA, médico do quadro de saúde da colónia que em 1946 encontrei em Vila Cabral como subdelegado de saúde da colónia daquela circunscrição. Auxiliou-me na determinação dos grupos sanguíneos nos quais tinha já trabalhado. Reconheci-lhe apreciáveis qualidades, pelo que desejaria agregá-lo à Missão, como adjunto, especialmente encarregado do estudo dos grupos sanguíneos.

Dr. ALBERTO COSTA, médico parteiro da Maternidade de Lourenço Marques. Pessoa amiga informou-me que este colega há anos vem trabalhando // [7] em grupos sanguíneos. Seria outro colaborador a trabalhar no importante capítulo da hematologia. Sobre ele e o anterior colega, officiei há tempos ao meu ilustre colega e amigo Dr. Aires Pinto Ribeiro, director dos Serviços de Saúde da Colónia de Moçambique.

MIGUEL JOSÉ VIANA, chefe de posto do quadro dos serviços administrativos da colónia. Está actualmente na Metrópole em gozo de licença graciosa. É autor dum belo artigo sobre tatuagens na tribo dos Au-Yaos ou (Aiauas, Niassa) que mereceu ser publicado no nº de Dezembro corrente do Boletim Geral das Colónias. Revi há alguns dias as provas desse artigo que ao ilustre Agente Geral das Colónias Senhor Dr. Banha da Silva mereceu encomiásticas e justas referências. O Sr. Miguel Viana tem também em preparação, e grandemente adiantado, um dicionário de língua chi-yao que está a dactilografar para poder ser presente aos serviços respectivos da colónia, os quais se pronunciarão sobre se merece ou não ser publicado.

Desejaria propô-lo para adjunto da secção de Etnografia.

JÚLIO DOS SANTOS PEIXE, secretário da circunscrição de Magude, distrito de Lourenço Marques.

Não conheço directamente este funcionário do quadro administrativo da colónia, mas por informações que reputo exactas, sinceras e fiéis, dada a categoria das pessoas que mas fizeram, suponho¹² que o Sr. Júlio Peixe poderá prestar à Missão muito bons serviços na secção de Etnografia.

SÉRGIO ALVES, distinto funcionário do quadro administrativo da colónia de Moçambique que em 1945 trabalhou connosco como ajudante da secção de Etnografia especialmente no capítulo da linguística. Quis de novo agregá-lo em 1946, mas Sua Exa. o Senhor Governador Geral não pôde dispensar-mo por absoluta impossibilidade de o substituir no lugar de administrador que então desempenhava em Murrambala.

¹² Palavra emendada.

A série de materiais colhidos em 1945 pelo Sr. Sérgio Alves continuam em seu poder: em 1946 passei por Murrumbala, onde trabalhei alguns dias. Examinei alguns desses materiais, nomeadamente belos desenhos respeitantes ao capítulo da habitação indígena. O Sr. Sérgio Alves prometeu enviar-me um trabalho, espécie de relatório, sobre a habitação e respectivo mobiliário dos indíge // [8] nas das regiões do distrito da Beira que no ano de 1945 a Missão Antropológica de Moçambique percorreu na sua 3ª campanha. Infelizmente, o Sr. Sérgio Alves não pôde até agora enviar-me o prometido trabalho. Espero não deixará de o fazer na primeira oportunidade. Desejaria agregar o Sr. Sérgio Alves especialmente para a secção de linguística. O Sr. Sérgio Alves iria estudar a língua indígena dos Zimbas do distrito de Tete, da qual tem já especiais conhecimentos.

Finda a campanha de 1945 propus a sua Excelência o Governador, General Tristão de Bettencourt, que o Sr. Sérgio Alves fosse enviado como bolseiro da colónia para a Universidade de Cape Town onde se especializaria em linguística nos serviços do eminente Professor Lestrade, que conheço desde 1936 e com quem à minha passagem no Cabo tinha trocado impressões sobre a possibilidade de ele receber nos seus serviços alguns portugueses que quisessem especializar-se em linguística banto. Infelizmente o Sr. Sérgio Alves declinou o convite que lhe foi feito pelo Sr. Governador General Tristão de Bettencourt.

MUSSOLINI PERFUME FAJARDO, ajudante de taxidermista do Museu Álvaro de Castro de Lourenço Marques. Foi auxiliar da Missão na 4ª campanha, de 1946. desejaría de novo agregá-lo em 1948 como ajudante.

Por último resta abordar a organização do pessoal da secção de Pré-história.

Eng. LERENO ANTUNES BARRADAS, tem especial preparação para dirigir a secção de estudos pré-históricos. É o descobridor da célebre estação paleolítica de Magude, sem dúvida a mais notável das até agora conhecidas na colónia de Moçambique, publicou vários e importantes trabalhos de pré-história quer na metrópole quer na colónia.

Dr. ARTUR FIGUEIREDO ANTUNES, licenciado em ciências geológicas pela Universidade de Lisboa, que encontrei em 1946 na Metolola como chefe a 6ª brigada geológica da colónia. Este geólogo sei, por informações do Sr. Eng. Lerenó Barradas, que se prestaria a fazer o estudo da estratigrafia dos terraços fluviais onde são frequentes as estações líticas e nos quais já encontrámos uma boa dúzia delas. // [9]

BETTENCOURT DIAS que foi assistir ao congresso de Nairobi enviado pela colónia de Moçambique, e posteriormente se especializou em tipo-

logia nos serviços do eminente Professor van Riet Lowe¹³ da Universidade de Johannesburg, seria agregado para, em colaboração com os dois anteriores, trabalhar na tipologia dos achados pré-históricos. Há necessidade de agregar na colónia mais um fotógrafo e um desenhista, não tendo neste momento quaisquer elementos no sentido de poder dar indicações sobre as pessoas que virão a desempenhar funções. Talvez se precisem ainda de dois ajudantes ou auxiliares. Isto quanto a pessoal técnico.

Seríamos pois da metrópole 4 e possivelmente mais 2; da colónia 13 e possivelmente mais 4. Ao todo 17 pessoas (no mínimo) que se distribuiriam pelas secções ou brigadas de Antropologia Física ou Somatologia, Psicotecnia, Antropologia social, Etnografia (especialmente alimentação e habitação), Linguística, Hematologia e Pré-história.

Há também que agregar 3 motoristas para a condução dos carros da Missão. Um destes motoristas tem de possuir especiais conhecimentos de mecânica automobilística, para ser o encarregado de vigilância e boa conservação dos 4 carros da Missão, 1 caminhão, 3 caminhetas, 1 station-wagon e 3 atrelados.

Após uma série de ofícios e troca de impressões em conferências com sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias e a Comissão Executiva da Junta ficou assente que o pessoal metropolitano seria apenas o seguinte:

Prof. Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, chefe da Missão.

Capitão José Simões Martinho, adjunto chefe da brigada de deslocamentos da população indígena e seu aldeamento.

Joaquim Norberto de Campos Rodrigues dos Santos, ajudante equiparado a 1º assistente, antropometrista e encarregado da brigada de dermo-papiloscopia.

À minha chegada à colónia de Moçambique só pude agregar os seguintes colaboradores:

Dr. António Augusto, adjunto da chefia da Missão e chefe da brigada de Psicotecnia.

Luís dos Santos, ajudante equiparado a 2º Assistente, // [10] valioso colaborador de vários sectores dos serviços da Missão e nomeadamente dos trabalhos de antropometrista.

Mussolini Perfume Fajardo, auxiliar de vários serviços da Missão.

Quer dizer a 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique teve apenas 6 pessoas a trabalhar nela, o que é pouco.

¹³ Palavra emendada manualmente.

Nas “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique, referentes à campanha de 1948” que me chegaram à mão em Nam-pula no dia 20 de Julho de 1948, embora os trabalhos tivessem começado em 18 de Junho com a chegada do pessoal à Ilha de Moçambique, estabelecem-se 6 brigadas a saber:

- 1) de estudos antro-po-biológicos¹⁴
- 2) de estudos etnográficos
- 3) de estudos psicotécnicos
- 4) de deslocação de população indígena e seu aldeamento
- 5) de estudos de linguística
- 6) de estudos de pré-história

Para o estudo sério dos assuntos respeitantes a estas 6 brigadas e ainda da brigada

de dermo-papiloscopia que em todas as campanhas tem recolhido amplos materiais, seriam necessárias entre 15 a 20 pessoas.

Circunstâncias independentes da minha vontade não permitiram que nesta 5ª campanha da Missão fossem mais de 6 companheiros o que é pouco, mesmo muito pouco, para a enorme tarefa que há a realizar.

MATERIAL

Além das bagagens pessoais havia que transportar 3 tendas de campanha com respectivos pertences, trem de cozinha e necessárias reservas de alimentos, material técnico (antropológico, psicotécnico, fotográfico e cinematográfico), material para recolha de amostras de alimentos e produtos naturais, material de expediente, livros, máquinas de escrever, etc. etc. para o que dispúnhamos dos seguintes carros automóveis:

- 1 Jeep Station-Wagon. Willys // [11]
- 2 caminhetas Studebaker de 1000 kg de carga
- 1 caminhão Chevrolet de 4 toneladas
- 2 reboques de 750 kg cada um

¹⁴ Palavra emendada manualmente.

VIAGEM PARA MOÇAMBIQUE

No dia 22 de Maio embarquei em Lisboa no “Pátria” com o adjunto Capitão José Simões Martinho e o ajudante Joaquim Norberto de Campos Rodrigues dos Santos.

Em 10 de Junho chegamos a Lourenço Marques. Aí tive a honra de ser recebido pelo Senhor Governador Geral com quem tratei de vários assuntos da Missão.

Com sua Eminência o Senhor Cardeal Gouveia, ilustre Arcebispo de Lourenço Marques tive a honra de tratar da colaboração que nos poderiam prestar as missões católicas da colónia.

Avistei-me com o meu colega Director dos Serviços de Saúde e procurei o Sr. Director dos Serviços de Administração Civil; a um e a outro tinha oficiado antes do embarque na metrópole, de acordo com o que estabelece o único do art. 2º do decreto-lei nº 34.478.

Tratei de vários assuntos da Missão no Almoarifado de Lourenço Marques, na Direcção Geral da Fazenda e no Banco Nacional Ultramarino.

DESEMBARQUE NA ILHA DE MOÇAMBIQUE E TRANSPORTE DAS BAGAGENS PARA O LUMBO

O “Pátria” chegou à Ilha de Moçambique na madrugada do dia 17 de Junho e nele os companheiros Dr. António Augusto, Cap. Simões Martinho e Norberto dos Santos. Eu e o ajudante Luís dos Santos chegámos no dia 18 de Junho vindos de Lourenço Marques de avião.

Graças às facilidades concedidas pelo Senhor Director da Alfândega de Moçambique e pelo Sr. Secretário dos Serviços da Fazenda, e ainda à colaboração prestante do Sr. Cristóvão Júlio, Administrador de Moçambique pudemos transportar os múltiplos caixotes e os carros para o Lumbo, no dia 19 de Junho à boca da noite. // [12]

NAMPULA – PREPARATIVOS DE MARCHA PARA MATO

No dia 20 de Junho, domingo, manhãzinha cedo, aproveitando a maré iniciámos a descarga do batelão. Fez-se o despacho do grosso da bagagem pelo caminho de ferro de Nampula. O Sr. Custódio do Carmo

Almeida, Inspector dos C.F.M. no Lumbo, foi muito solícito. Só com a sua ajuda foi possível naquela manhã fazer a descarga dos carros e da caixotaria e despachar a maior parte para seguir de combóio.

Eram 13 horas e meia quando partimos do Lumbo no nosso Jeep Wagon-Station. Chegámos a Nampula já passava das 9 horas da noite.

CAMINHETAS – Por força de contrato celebrado entre mim e o Senhor Governador do Niassa, devia receber 2 caminhetas novas em troca das que em 1946 entreguei no fim da campanha.

Logo que me foi comunicado que a Missão deveria realizar-se em 1948, escrevi ao Sr. Capitão Abel Moutinho, ilustre Governador do Niassa (Nov. 1947)¹⁵.

Em 28 de Janeiro de 1948 voltei a escrever ao Senhor Governador do Niassa agradecendo a comunicação de que já haviam sido tomadas disposições para a entrega das caminhetas à minha chegada a Nampula. Nesta carta escrevi: “Peço a V. Exa. para determinar que nessa data as duas camionetas possaM ser-me entregues devidamente carroçadas”.

Em 3 de Maio officiei ao Sr. Capitão Abel Moutinho, ilustre Governador do Niassa, comunicando que Sua Excelência o Ministro determinara que o pessoal metropolitano da Missão seguisse no “Pátria” cuja partida estava anunciada para 20 de Maio. Nesse officio escrevi “Peço a V. Exa. para determinar que as duas camionetas que vão ser entregues por esse Governo, de acordo com o contrato firmado com o antecessor de V. Exa. estejam prontas e devidamente carroçadas quando aí chegarmos”.

No dia 22 de Maio, data da nossa partida de Lisboa enviei o seguinte telegrama: “Governador Niassa. Nampula: Ao iniciar viagem apresento Vexa cumprimentos pedindo ordene apresto camionetas nossa chegada aí”. // [13]

No dia 14 de Junho tive o prazer de encontrar o Senhor Governador do Niassa, no Palácio do Governo Geral em Lourenço Marques. Falámos¹⁶ de vários assuntos da Missão e mais uma vez dos carros automóveis.

À minha chegada a Nampula lá estavam as camionetas mas sem a armação de madeira e respectivo tejadilho revestido a folha de zinco, carroçamento complementar a que explicitamente aludia o contrato. Nas cartas, officios, telegramas e conversa pessoal em Lourenço Marques, eu pedira insistentemente para que as caminhetas estivessem devidamente carroçadas à nossa chegada.

¹⁵ Data acrescentada posteriormente, a lápis.

¹⁶ Palavra emendada.

O Senhor Governador não estava em Nampula por ter ido a Lourenço Marques à habitual conferência dos Governadores. O Encarregado do Governo, intendente Sr. Encarnação Vieira foi duma solicitude cativante, ordenando após nossa chegada que as caminhetas fossem carroçadas na Empresa Sul do Save, do rio Monapo. Dois dos meus companheiros lá foram levar as caminhetas no dia 23 de Junho.

Para ganhar tempo, e nesse mesmo dia poderem começar o serviço, saíram de Nampula às 3 horas e meia da madrugada, para chegarem às 7 da manhã, como chegaram, à Empresa do Rio Monapo. As caminhetas só ficaram prontas no dia 3 de Julho.

Esta demora obrigou-nos a estar em Nampula mais tempo do que era necessário para o desencaixotamento dos materiais que lá tinham ficado em 1946, e repartição e carga desses materiais e dos que conosco trouxéramos, pelos 4 carros da Missão.

Os dias que tivemos de permanecer em Nampula à espera das caminhetas foram aproveitados ao máximo.

PESSOAL INDÍGENA – Tínhamos requisitado à Intendência de Tete um motorista dos Serviços do Almojarifado, e o cabo da Polícia, Carlos Fernando, que desde há 11 anos vem prestando serviços à Missão em todas as campanhas desde então realizadas.

Em Nampula contratámos 2 auxiliares de motorista. // [14]

PROGRAMA DA CAMPANHA

Em 10 de Outubro de 1947, satisfazendo uma solicitação da Comissão Executiva da Junta de Investigações Coloniais, mandei uma nota sobre Estudos Antropológicos destinada a uma reimpressão do “Plano de Valorização Económica de Moçambique”, conforme se me comunicava no ofício em que tal solicitação me era feita.

Estimei que tal sucedesse pois, conforme dizia no ofício que enviei acompanhando a nota, os elementos referentes à Missão antropológica que há meses enviara para a primeira impressão do citado Plano “foram tão mutilados que tudo saiu diferente do que tinha preconizado”.

Essa nota era assim redigida, e dela constava, como se vê, o programa de trabalhos da Missão.

Estudos Antropológicos

A). Importância dos estudos antropológicos

A utilização racional e equitativa do factor humano da colónia de Moçambique exige o prévio conhecimento científico das características somato-fisio-psicológicas dos seus elementos étnicos. É uma importante tarefa a do reconhecimento global dos valores humanos da colónia e das suas respectivas culturas.

À Missão Antropológica caberá propor medidas para preservar os melhores valores da cultura indígena, de harmonia com as exigências da vida moderna.

Sobre a importância e alto interesse dos estudos de Antropologia, o americano Heine Geldern escreveu na revista "American Anthropologist", vol.48, April – June, 1946, nº2, pag. 153: "The war with its constant demand for anthropological information should have opened the eyes even of those who, unable to take a wider view, are willing to acknowledge the justification of scientific research, only so far as it yields immediate practical results. Important tasks were performed by anthropologists in numerous branches of military and political // [15] planning".

Não se pode ignorar o valor e o alcance da investigação científica desinteressada.

Os trabalhos, em curso, da Missão Antropológica de Moçambique que facultaram e facultarão o conhecimento de um certo número de elementos da colónia, havendo já dados mais ou menos amplos, sobre um grande número de tribos. É necessário ultimar as investigações em curso. Delas resultarão materiais que esclarecerão entre outros os seguintes pontos:

1º Origem e relações das populações.

2º Condições de vitalidade e robustez dos vários grupos étnicos.

3º Aptidões e tendências predominantes dos mesmos grupos.

Para ultimar o reconhecimento antropológico geral da colónia faltam duas zonas sensivelmente iguais; uma ao norte, formada pelas regiões litorais das províncias do Niassa e da Zambézia e outra, a sul, abrangendo toda a província do Sul-do-Save.

Consideram-se fundamentais as pesquisas linguísticas, quer do ponto de vista de ciência pura e do nosso prestígio colonial, quer do ponto de vista do interesse que há na compreensão dos indígenas para qualquer actividade: administração, educação ou fomento.

B). Programa

Os trabalhos ficarão a cargo das seguintes secções ou brigadas, submetidas a uma orientação especializada comum.

Secção ou brigada de estudos antro-po-biológicos

Estudará a somatologia dos negros tendo em vista também a recolha de outros elementos de ordem antro-po-biológica, especialmente nos capítulos da constitucionalística, da hematologia e da robustez. // [16]

Secção ou brigada de estudos etnográficos

Como nas campanhas anteriores prosseguirão sobretudo os estudos da habitação, da alimentação indígenas, de forma a termos perfeito conhecimento duma e doutra e, depois disso, poderem preconizar-se alterações tendentes à melhoria das condições de higiene alimentar e da habitação.

Secção ou brigada de estudos linguísticos

Estudará não só as grandes línguas mas também as variações dialectais, de molde a fornecer valiosos elementos ao capítulo da raciologia, sobretudo no estabelecimento de afinidades e na destrinça do complicado mosaico tribal moçambicano.

Secção ou brigada de estudos psicotécnicos

Prosseguirá na determinação do nível de inteligência dos negros e suas capacidades e aptidões.

Secção ou brigada de estudos de pré-história

Nas 4 campanhas já realizadas pela Missão Antropológica sempre se trabalhou na arqueologia. Fez-se o reconhecimento arqueológico das regiões visitadas pela Missão. Publicaram-se vários trabalhos sobre este capítulo entre eles uma tese apresentada ao congresso Colonial das Comemorações Centenárias em 1940, sob o título “Pré-história de Moçambique” de que se publicou uma tradução ampliada “On the prehistory of Mozambique”. Em lógico aproveitamento dos estudos feitos prosseguir-se-á no reconhecimento da pré-história da colónia.

De acordo com este programa a campanha de 1948 (a 5ª campanha da Missão) deverá aproveitar ao máximo a época seca para completar o reconhecimento antropológico das províncias do Niassa e da Zambézia, depois do que, se houver tempo e as condições meteorológicas o permitirem, a Missão passará a trabalhar no Sul-do-Save, cujo reconhecimento deverá ficar feito, o mais tardar, em 1949. // [17]

Resumo e constituição da Missão

a) Objectivos

Conforme se discriminam no desenvolvimento do Programa, são estes os objectivos da Missão:

- 1 – de natureza antropológica (somatologia, robustez, constitucionalística e hematologia);
- 2 – de natureza cultural (especialmente alimentação e habitação);
- 3 – de natureza linguística (grandes línguas e dialectologia);
- 4 – de natureza psicotécnica (medição da inteligência e pesquisa das aptidões dos indígenas para os vários mesteres);
- 5 – de natureza pré-histórica (estudo das estações pré-históricas indispensáveis ao esclarecimento do problema das origens).

b) Zona de actuação

Como nas 4 campanhas anteriores a Missão trabalhou no norte da colónia, tendo sido feito o reconhecimento antropológico dos distritos da Beira e Tete (Província de Manica e Sofala) e o interland das províncias da Zambézia e do Niassa, e como para completar o norte só falta a faixa litoral destas duas últimas províncias, a 1ª fase da campanha próxima (1948) será destinada a completar¹⁷ o reconhecimento das províncias do Niassa e da Zambézia, depois do que, se ainda houver tempo e as condições meteorológicas o permitirem, a Missão passará a trabalhar no Sul-do-Save.

c) Constituição da Missão

O pessoal necessário, a recrutar na metrópole e nas colónias, é o seguinte:

1 chefe; 5 adjuntos; 2 fotógrafos; 2 desenhadores; ajudantes e auxiliares. // [18]

Posteriormente, respondendo a um ofício da C. E. da J.I.C. no qual entre outras coisas se me pedia “indicação da constituição da Missão, mencionando todo o pessoal branco e indígena”, comuniquei:

1. – “Indicação da constituição da Missão, mencionando todo o pessoal branco e indígena”:

1 chefe; 4 ou 5 adjuntos; 2 fotógrafos; 2 desenhadores; ajudantes e auxiliares.

¹⁷ A frase “norte só falta a faixa litoral [...] para completar” foi acrescentada posteriormente a lápis.

Pessoal indígena:

3 ou 4 motoristas; 5 ajudantes de motoristas; 5 criados negros para prestar serviços nas cargas e descargas das camionetas e como auxiliares no arrumo e desencaixotamento do material que se for recolhendo.

Mais tarde, 10 de Novembro, foi-me enviado um ofício pela C. E. da J.I.C. informando que “desejando Sua Excelência o Ministro possuir notas biográficas dos prováveis componentes das Missões para Moçambique”, se me solicitava o seu envio urgente. Respondi num longo ofício, que já vai transcrito no capítulo em que falo do pessoal.

Na viagem para Moçambique, a bordo, fui trabalhando em múltiplas coisas da Missão. Não posso deixar de referir a colaboração, que como dactilógrafo diligente me prestou e continua a prestar dentro das possibilidades dos seus serviços, e muitas vezes nas horas que deviam ser de descanso, o ajudante da Missão Joaquim Norberto Rodrigues dos Santos.

Entre múltiplos assuntos em que fui trabalhando, a organização dos serviços da campanha que íamos iniciar à nossa chegada a Moçambique, como é natural, ocupava lugar de primazia. // [19]

De Luanda enviei ao Senhor Governador Geral de Moçambique, por via aérea, o plano do programa da 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique, do qual também, na mesma data, enviei cópias aos Senhores Governadores das províncias do Niassa e da Zambézia, onde, especialmente, iam decorrer os nossos trabalhos.

Transcrevo-o a seguir.

Plano do programa da 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique

Em princípio a prospecção e colheita de materiais a realizar no litoral do Niassa e da Zambézia será fixada em torno das seguintes bases de concentração de materiais e de combustível de reabastecimento para os carros da Missão:

Nampula
Porto Amélia
Moçambique (Lumbo)
António Enes
Quelimane

Na lista anexa figuram as circunscrições que a Missão ainda não percorreu, as quais deverá visitar e onde possivelmente estagiará, se as circunstâncias o aconselharem, o número de dias que vai indicado.

Nas campanhas anteriores tem sucedido, por vezes, que determinadas circunscrições se nos apresentarem cheias de interesse para os estudos antropológicos, interesse que o conhecimento prévio através das informações colhidas estava longe de fazer prever. Quer dizer, teremos de visitar (ao menos o chefe da Missão) as sedes de todas as circunscrições para em rápida observação directa, e sobretudo troca de impressões com as autoridades administrativas, com médicos, com militares e com missionários, e ainda na consulta dos relatórios em arquivo, podermos ajuizar do maior ou menor interesse da região para os estudos antropológicos.

Por princípio, impõe-se a estadia de alguns dias em cada circunscrição. Dado porém o facto de se tratar de um reconhecimento antropológico a que há anos vimos // [20] procedendo a nossa estadia em cada localidade tem de ser reduzida ao mínimo.

A duração dos trabalhos de prospecção no litoral do Niassa e da Zambézia está prevista em cerca de 120 dias. Ótimo será que as condições de trabalho e do pessoal a agregar permitam reduzir essa duração de modo que, ainda este ano, se possam iniciar os trabalhos na Província do Sul-do-Save, a única que nos falta estudar, e onde os problemas etnológicos assumem, mercê de várias circunstâncias, uma especial importância e grande interesse prático.

A realização da campanha far-se-ia, tanto quanto possível dentro do programa que provisoriamente estabeleci assim:

	Julho
	Dias de demora provável
IMALA – Mecuburi	4
RIBAUÉ – Ribauè	4
ALTO MOLÓCUÈ – Inago e Alto Molócuè	3
Errêgo, Mugêba e Mulevula (Mag. da Costa)	5
ALTO MOLÓCUÈ – Alto Ligonha	2
NAMPULA – Murrupula e Chinga	3
NAMPULA –	1
MECONTA – Meconta e Imala (IMALA)	7
ERÁTI- Nacarôa e Namapa	6
	Agosto
	Dias de demora provável
LÚRIO – Chiúre	2
MOCÍMBOA DA PRAIA	4
MUCOJO	4

QUISSANGA E IBO	5
PORTO AMÉLIA	5
LÚRIO	2
MEMBA	3 // [21]

Setembro

Dias de demora provável

NACALA – Nacala e Itoculo	4
MOSSURIL E MOÇAMBIQUE	8
MOGINCUAL	6
ANTÓNIO ENES	3
MOGAVOLAS – Nametil e Iululi	5
MOMA	4

Outubro

Dias de demora provável

PEBANE – Regone, Mualama e Pebane	6
MACANJA DA COSTA – Nabúri, Mocubela e V. Maganja	7
BOROR – Mocuba	3
NHAMACURRA – Nhamacurra	3
QUELIMANE	5
CHINDE	5
ZAMBÉZIA	4

O número de dias que se indicam para estadia em cada uma das circunscrições constitui um número base que, consoante as circunstâncias e as necessidades de trabalho, poderá ser nuns casos aumentado noutros diminuído. Faz-se esta indicação tendo apenas em vista dar a conhecer a data aproximada da nossa chegada a cada uma das circunscrições de modo a que as autoridades administrativas possam concentrar nos locais convenientes duas ou três centenas de indígenas adultos de ambos os sexos e, se possível, de idades entre os 25 e os 40 anos.

À chegada a uma circunscrição pelo telefone ou por via telegráfica comunicarei com antecedência de alguns dias à circunscrição imediata o dia preciso da nossa chegada.

Comunicando aos Senhores Governadores das províncias onde íamos trabalhar, o programa provisório da nossa actuação, tivemos em vista fornecer elementos que permitissem às autoridades administrativas

o conhecimento antecipado da data provável da nossa chegada às respectivas circunscrições. // [22]

Quando na véspera da partida de Lisboa passei pelo ministério para apresentar cumprimentos de despedida sua Excelência o Ministro das Colónias deu-me a honra de me receber. Nessa entrevista mais uma vez se falou da nova campanha que a Missão ia realizar, tendo-me o ilustre Ministro das Colónias, Senhor Capitão Teófilo Duarte, dado instruções concretas para os nossos trabalhos.

Chegado a Nampula dei imediato começo à recolha de materiais de estudo dentro das escassas possibilidades de pessoal que dispunha.

Após o nosso regresso do Ribaué, Ile e Alto Molócuè recebi em Nampula no dia 20 de Julho as “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à campanha de 1948” que eram assim redigidas:

A missão deverá:

- 1) Continuar os trabalhos anteriores nas zonas não percorridas;
- 2) Ultime as investigações em curso;
- 3) Executar os trabalhos preconizados no plano de valorização económica da colónia de Moçambique, elaborado pela Junta de Investigação Coloniais;
- 4) Obter informes que esclarecerão, entre outros, os seguintes pontos:
 - a) Origem e relações das populações;
 - b) Condições de vitalidade e de robustez, dos vários grupos étnicos e suas perspectivas biológicas;
 - c) Capacidade e tendências predominantes dos mesmos grupos;
 - d) Possibilidades de deslocação de populações indígenas e seu aldeamento.
- 5) Os trabalhos ficarão a cargo das seguintes secções ou brigadas, submetidas a uma orientação especializada comum.
 - a) De estudos antro-po-biológicos.

Estudará a somatologia dos negros tendo em vista também a recolha de outros elementos de ordem antro-po-biológica, especialmente nos capítulos da constitui // [22a] onalística, da hematologia e da robustez.

- b) De estudos etnográficos

Como nas campanhas anteriores prosseguirão sobretudo os estudos da habitação e da alimentação indígenas, de forma a termos perfeito conhe-

cimento duma e doutra e, depois disso, poderem preconizar-se alterações tendentes à melhoria das condições de higiene alimentar e da habitação.

c) De estudos psicotécnicos

Prosseguirá na determinação do nível de inteligência dos negros e suas capacidades e aptidões.

d) Deslocação de população indígena e seu aldeamento

Estudará as possibilidades de deslocação, a título definitivo, de populações vivendo em regiões doentias e pobres, para centros de trabalho industrial e agrícola em que elas trabalhariam de conta de outrém. Tal estudo deverá ser feito tendo em atenção as características psicológicas das ditas populações no referente ao seu modo de ser nómada ou não, aos hábitos de trabalho, aptidões, semelhança com os povos para junto dos quais vão viver, etc. Deverá indicar pois quais as populações a deslocar e os locais, onde isso convenha fazer-se, dando preferência àqueles em que estejam localizadas grandes empresas.

Estudará a possibilidade do aldeamento das populações de modo a dar incremento às grandes povoações. Tal concentração conviria ser orientada no sentido de se tirar maior rendimento das culturas por elas feitas, de modo a diminuir o seu preço de custo e permitir uma maior fiscalização sobre os processos de trabalho por elas empregado.

e) De estudos de linguística

Estudará não só as grandes línguas mas também as variações dialectais, de molde a fornecer valiosos elementos ao capítulo da raciologia, sobretudo no estabelecimento de afinidades e na destrinça do complicado mosaico tribal moçambicano. // [22b]

f) De estudos de pré-história

Em lógico aproveitamento dos estudos feitos e de acordo com as directrizes do recente Congresso Panafricano de Nairobi, prosseguir-se-á no reconhecimento da pré-história da colónia.

6) Os trabalhos da Missão deverão ser orientados de modo a ela regressar no princípio das chuvas e ficar concluídos com a presente campanha.”

Conforme se me comunicava no ofício que acompanhou estas “Instruções”, sua Excelência o Ministro das Colónias nele exarava o seguinte despacho: “A prioridade dos trabalhos a executar deve pertencer aos nºs 1, 2 e às alíneas c) e d) do nº5.”

Dentro das possibilidades de tempo, do pessoal de que dispúnhamos e da cooperação dos respectivos serviços coloniais, procurámos realizar os nossos trabalhos cumprindo as directrizes que nos foram dadas. // [22c]

ORGANIZAÇÃO DEFINITIVA DA 5ª CAMPANHA DA MISSÃO

De acordo com o que se estabelece na portaria nº12.215 (D.G. I série, 27 de Dezembro de 1947) e após duas entrevistas com sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias, a uma das quais assistiu também o Sr. Presidente da C.E. da J.I.C., ficou assente que a 5º campanha da Missão a realizar em 1948 teria a seguinte constituição:

Chefe-----	1
Adjuntos-----	4
Equiparado a 1º Assistente -----	1
Equiparado a 2ª Assistente -----	1

Conforme comuniquei no meu ofício de 7 de Março de 1948, tinha ficado assente, em princípio, que o pessoal constante do quadro supra seria, além do chefe o seguinte:

Adjuntos:

Dr. ANTÓNIO AUGUSTO, que foi adjunto na 4ª campanha (1946) para os estudos de Psicotecnia. Continuou a trabalhar em 1947. Apresentou um relatório que, em meu parecer, bem merece a devida publicação. Presentemente prossegue, em Lourenço Marques, na colheita de elementos de ordem psicotécnica, devendo sobre eles apresentar um trabalho ao Congresso da Associação Sul-Africana para o Progresso das Ciências, a realizar em Lourenço Marques, em Junho próximo.

Há poucos meses (Dezembro de 1947) a revista do Instituto Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, de que é director o meu ilustre colega Prof. Dr. Victor Pontes, publicou um trabalho do Sr. Dr. António Augusto sobre "A inteligência da criança portuguesa", no qual vêem alguns resultados dos seus estudos em crianças negras de Quelimane. // [23]

Dr. REBELO BASTOS, tenente miliciano da 1ª companhia de Engenheiros, Lourenço Marques.

É licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde foi discípulo do eminente Mestre Prof. Doutor Mendes Corrêa. Tirou a cadeira de Antropologia com a média final de Bom (15 valores). Na campanha de 1945 encontrámo-lo em Vila Gouveia e acompanhou-nos numa árdua excursão à serra Chôa, onde fomos visitar as ruínas muralhadas de Molanda.

Dr. ANTÓNIO JORGE DE BARROS LIMA, médico do quadro de saúde da colónia de Moçambique e subdelegado de saúde na circunscrição de Namapa, província do Niassa.

Na campanha de 1946 encontrámo-lo em Vila Cabral e auxiliou-me eficazmente na determinação de algumas dezenas de grupos sanguíneos, matéria em que já trabalhara. Mostrou-me os resultados da determinação dos grupos sanguíneos em soldados da companhia indígena ali aquartelada que tinha levado a cabo uns meses antes.

CAPITÃO JOSÉ SIMÕES MARTINHO, antigo administrador em Timor. Pessoa da mais alta categoria me informou que se trata de um homem dotado de grandes qualidades. Durante muitos anos lidou com indígenas de Timor e da Índia.

Li o livro do Sr. Capitão Martinho intitulado *Timor – Quatro séculos de colonização portuguesa*, que me deixou muito boa impressão. Este livro foi premiado no concurso de literatura colonial em 1943. Estou agora a ler o seu livro *problemas administrativos e de colonização da província de Timor*. Pelas 2 ou 3 dúzias de páginas de entrada que, neste livro, li até agora, confirma-se a impressão colhida na leitura do livro anterior.

JOAQUIM NORBERTO DE CAMPOS RODRIGUES DOS SANTOS, antigo ajudante da Missão (contrato publicado no D.G. II série de 27 de Julho de 1945). Este ajudante da Missão tem já duas campanhas de trabalhos de campo em Moçambique, em 1945 e em 1946, frequentou a cadeira de Antropologia // [24] na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto de Janeiro a Maio de 1945, publicou em Espanha um trabalho intitulado “Mutilações auriculares na tribo dos Suaílis (Moçambique)”. Tem quase pronto um trabalho sobre impressões digitais em negros de Moçambique que deve apresentar ao congresso de Lourenço Marques e em preparação um outro trabalho sobre o índice esquelético em indígenas de Moçambique. O ajudante Joaquim Norberto de Campos Rodrigues dos Santos tinha sido contratado com o vencimento de 2.250\$00 esc. mensais que é, precisamente, aquele que a portaria 12.215 de 26 de Dezembro de 1947, estabelece para o cargo de 1º assistente, a que sua Excelência o equiparou pelo seu referido despacho verbal.

Equiparado a 2ª assistente

LUÍS DOS SANTOS, chefe da Polícia de Viação e Trânsito da Colónia de Moçambique. Tem sido o meu ajudante desde a 1ª hora da Missão. A partir de 1936, data em que fiz a 1ª campanha no distrito de Tete, o Sr. Luís dos Santos tem sido, em todas as campanhas até agora realizadas, o colaborador a quem a Missão deve os melhores serviços de lealdade, dedicação e dinamismo.

No mesmo officio de 7 de Março escrevi:

b) Convencido da vantagem da continuidade dos trabalhos, lembro a necessidade que haveria de algum ou alguns dos componentes da Missão poderem, após os trabalhos de campo, vir às universidades da Metrópole ou a outros centros de investigação, quer nacionais ou estrangeiros, para levarem a cabo, nas melhores condições, os trabalhos de gabinete complementares.

[...]

f) Prevê-se para 1948 a duração de trabalhos de campo de 6 meses (Maio a Novembro) de maneira a aproveitar-se em pleno a época seca. Nesta 5ª campanha da Missão os trabalhos de campo incidirão especialmente no norte da colónia (províncias do Niassa e da Zambézia). Se houver tempo, e as condições meteorológicas o permitirem, pro // [25] curar-se-á ainda trabalhar na província do Sul-do-Save, única região que depois falta estudar para o reconhecimento antropológico de toda a Colónia.

g) Apresenta-se a seguinte distribuição de verbas para o orçamento de 1948:

Pagamento de pessoal -----	950.000\$00
Despesas de material -----	350.000\$00
Pagamentos de serviços e diversos encargos----	550.000\$00
Total	<hr/> 1.850.000\$00

A verba que neste officio propus foi pelos serviços officiais mais tarde reduzida para 1.500 contos.

Também foram pela C. E. da J.I.C. reduzidas as hierarquias de 3 dos colaboradores da Missão. Tenho pedido insistentemente que lhes seja atribuída a hierarquia que propus e que corresponde à justa categoria dos lugares por eles desempenhados.

Não foi publicada a Portaria a regular a Missão, apesar de ter enviado, a pedido da C. E. da J.I.C., dois projectos da mesma, de acordo com as directrizes antecipadamente fornecidas.

Após a chegada a Lourenço Marques, em 12 de Junho, o Senhor Governador Geral da colónia de Moçambique autorizou a agregação, além do Sr. Dr. António Augusto que desde a 4ª campanha tem continuado na colónia com os seus estudos de psicotecnia, dos Srs. Luís dos Santos e Mussolini Perfume Fajardo.

Quer dizer: a 5ª campanha da Missão ficou constituída apenas pelo seguinte pessoal:

Prof. Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior – Chefe da Missão
Dr. António Augusto – Chefe da brigada de Psicotecnia
Capitão José Simões Martinho – Chefe da brigada do deslocamento
de populações indígenas e seu aldeamento // [26]

Joaquim Norberto dos Campos Rodrigues dos Santos ã Ajudante
antropometrista e encarregado da brigada de Dermopapiloscopia

Luís dos Santos – Ajudante dos serviços de Antropometria e Raciologia
Mussolini Perfume Fajardo – Auxiliar

Com este pessoal apenas, não foi possível, como dei conta repetidas
vezes, abordar o estudo dos vários capítulos correspondentes às 6 briga-
das em que a Missão foi repartida. No entanto e graças à dedicação dos
meus companheiros, que não se pouparam a fadigas pôde colher-se um
lote de materiais de estudo que reputo apreciável.

A seguir dou conta da forma como decorreram os trabalhos da
Missão no seu dia-a-dia. Disso, fui dando conta pessoalmente em cur-
tos sumários, de molde a ter a Junta e o Senhor Governador Geral de
Moçambique ao par do andamento dos nossos serviços. // [27]

LOURENÇO MARQUES

Como já disse atrás, chegámos a Lourenço Marques no dia 1º de
Junho com 22 dias de viagem. Embarcamos no “Pátria” em Lisboa, no
dia 22 de Maio.

Na tarde da chegada fui ao Palácio do Governo apresentar cumprimentos a sua Excelência o Senhor Governador Geral Comandante Gabriel Teixeira.

No dia do desembarque soube que os respectivos serviços não dispunham nenhum dos 6 funcionários que eu requisitara para colaborar na 5ª campanha da Missão. Fiquei desolado.

Além dos dois companheiros que tinham vindo comigo da metrópole e do Sr. Dr. António Augusto, desde 1946 excelente adjunto para os estudos de psicotecnia, não teria mais ninguém. Nenhum dos funcionários requisitados me seria dispensado, informavam-me, porque faziam falta aos serviços.

Dizer-se que os funcionários de determinado quadro fazem falta ao serviço, afigura-se-me tão descabido e desnecessário como ilógico persistir num tal conceito. Indubitavelmente que se¹⁸ os funcionários não

¹⁸ Palavra acrescentada posteriormente a lápis.

fizessem falta ao serviço os lugares deviam ser extintos. Ora como os lugares existiam e estão preenchidos, implicitamente que o desempenho dos mesmos é necessário aos serviços.

O que em meu humilde parecer se me afigura que devia, e deve, ser considerado em circunstâncias similares, é saber se o serviço para que determinado funcionário é requisitado, por estas ou aquelas circunstâncias sobreleva as funções normais do referido funcionário.

De resto, o art. 7º do decreto 34.478 que regula as Missões Antropológicas estabelece que: “Os serviços oficiais, e especialmente os museus de história natural e os serviços de administração civil, de saúde e de estatística da colónia, devem prestar às missões a assistência e colaboração de que careçam”. É intuitivo, e mais do que sabido, que há serviços de serviços.

A Universidade do Porto não teve dúvida em dispensar-me. // [28] Como Professor tive de deixar os meus alunos, não lhes pude fazer o 2º exame de frequência, não pude também, como era natural, fazer os exames finais das duas cadeiras que regi no ano de 1948. A ninguém pode ficar a menor dúvida de que fiz falta ao serviço, do qual para mais ia ficar afastado durante 5 ou 6 meses. Os serviços da colónia entenderam que não deviam dispensar os funcionários que com antecedência de alguns meses requisitei.

Com o quadro de pessoal que preconizara os trabalhos de campo teriam a duração provável de 2 meses e meio, no máximo 3 meses. Quer dizer: os funcionários que trabalhassem na Missão estariam afastados dos seus serviços apenas algumas semanas.

Há além de tudo o mais que atender a uma circunstância que se me afigura ponderosa. Julgo de grande utilidade a preparação de funcionários da Colónia para poderem prosseguir no estudo de alguns capítulos ou brigadas em que foi repartida a enorme tarefa da Missão Antropológica.

É meu parecer que isto só traria vantagens. Haveria continuidade de contacto dos respectivos funcionários com os problemas em estudo, o que lhes permitiria apreender melhor, não só os aspectos gerais de tais problemas nas suas variadas manifestações em extensão, mas também, e muito especialmente, recolher pormenores o que, é de suma importância e, em muitos casos, só é possível depois de prolongada observação.

Sobretudo para as brigadas de estudos etnográficos, de deslocação da população indígena e seu aldeamento, de estudos de linguística e mesmo da brigada de estudos de pré-história, só haveria vantagens, parece, em preparar funcionários da colónia para a chefia das mesmas. Estes, termi-

nada a campanha dos trabalhos de campo, voltariam ao desempenho das suas funções, mas não deixariam de estar em contacto com os indígenas, o que lhes permitiria aumentar os seus conhecimentos sobre os assuntos que cada um tivesse tomado o encargo de estudar, dentro dos gostos e tendências naturais de cada um.

De entrada conviria agregar o maior número possível de funcionários garantindo-lhes uma compensação material razoável. // [29] À medida que os trabalhos decorriam havia ensejo de apurar em cada um não só as qualidades de gosto pelas diferentes especialidades que a Missão abrange, mas também as aptidões de dinâmica e rendimento no trabalho e sobretudo os predicados de seriedade nos estudos, manifestados pela exactidão de observação e seu registo.

Foi por isso que na organização da lista do pessoal que, em meu entender, poderia ser agregado à 5ª campanha da Missão para 4 ou 5 pessoas da metrópole indiquei 12 da colónia que podiam ser encarregadas da chefia de algumas brigadas ou como ajudantes das mesmas.

Deixemos porém estas considerações que não deixarão no entanto de ser oportunas e passemos adiante.

No dia seguinte ao da chegada fui recebido por Sua Excelência o Senhor Governador Geral. Consegui que um dos funcionários requisitados me fosse dispensado. Tratava-se do Sr. Luís dos Santos, que à Missão tem prestado a sua colaboração valiosa desde 1936.

O Sr. Dr. Rebelo Bastos, licenciado em Ciências Biológicas, antigo aluno de Antropologia do Sr. Prof. Doutor Mendes Corrêa, que em Lourenço Marques é o Secretário da Escola Técnica de Sá da Bandeira, não pôde ser dispensado. Foi pena. O Dr. Rebelo Bastos que connosco trabalhou uns dias na 4ª campanha em 1946, seria bom colaborador como antropometrista. Foi-me prometido que se ia tratar de conseguir que o Dr. Rebelo Bastos pudesse ser dispensado para trabalhar connosco durante uma parte das férias grandes, possivelmente de 15 de Agosto a fins de Setembro. Infelizmente nem nesse curto período de 5 ou 6 semanas pude ter a colaboração daquele colega que, estou certo, prestaria à Missão muito bons serviços.

Consegui apenas que nos fosse cedido como auxiliar o Sr. Mussolini Fajardo que em 1946 trabalhara na 4ª campanha da Missão.

Em Lourenço Marques nos 5 dias que lá passei tratei duma multiplicidade de assuntos, no Gabinete do Governo Geral, na Direcção dos Serviços de Fazenda, na Administração Civil, nos Serviços de Saúde e no Banco Nacional Ultramarino. // [30]

No dia 18 de Junho segui de avião de Lourenço Marques para o Lumbo. Acompanhou-me o ajudante Sr. Luís dos Santos.

Na madrugada do dia anterior chegara à Ilha de Moçambique o “Pátria” com os outros colaboradores da Missão, os caixotes com material trazido da metrópole e os carros que despacháramos em Lourenço Marques.

Os companheiros, e nomeadamente o ajudante Norberto dos Santos, providenciaram no sentido de os caixotes da Missão serem descarregados prontamente e de satisfeitos todos os preceitos regulamentares se conseguir o transporte de tudo para o Lumbo.

As facilidades concedidas pelo Sr. Director da Alfândega e pelo Sr. Secretário dos Serviços de Fazenda e bem assim o auxílio prestado pelo Sr. Administrador permitiram que no dia 19, à noitinha, a bagagem da Missão e os carros fossem transportados para o Lumbo.

Na maré da madrugada do dia 20 fez-se a descarga dirigida pelos ajudantes Norberto dos Santos e Luís dos Santos, os quais, em boa verdade se diga, nunca se pouparam a fadigas para o bom rendimento dos serviços.

Pelo caminho de ferro despachámos para Nampula o grosso da bagagem e bem assim os 2 atrelados que trouxemos de Lourenço Marques e se destinavam às camionetas que íamos receber do governo de Niassa em troca das que entregámos em 1956 no fim da 4ª campanha.

O Inspector dos Caminhos de Ferro de Moçambique Sr. Custódio do Carmo Almeida foi connosco muito atencioso auxiliando-nos grandemente no despacho dos atrelados e da bagagem.

NAMPULA

Chegámos no dia 20 de Junho já passava das 19 horas da noite. No dia imediato, logo de manhã, fui apresentar cumprimentos ao Sr. Intendente Encarnação Vieira, encarregado do Governo.

O Sr. Governador da Província do Niassa estava ausente para Lourenço Marques, na habitual conferência dos Governadores. // [31] Com Sua Excelência me tinha encontrado na sala de espera do Palácio do Governo Geral de Lourenço Marques, e pedira-lhe informações sobre as camionetas que devia receber por troca das duas que entreguei em 1946. Infelizmente, à minha chegada a Nampula as camionetas não estavam prontas, faltava-lhe a armação com tejadilho impermeável que, por força do contrato, as mesmas deviam ter.

O Senhor Intendente Encarnação Vieira que foi muito amável conosco, destinou a forma de se mandarem fazer com urgência as armações para as referidas camionetas. Como já atrás se disse, as mesmas só ficaram prontas no dia 3 de Julho.

Os dias que estivemos em Nampula foram aproveitados no máximo. Os primeiros 5 dias trabalhámos na administração. O rendimento do serviço não foi o que desejaríamos que fosse. Nesses dias mediram-se apenas 90 homens Macuas, o que foi pouco. No último dia só conseguimos medir 11 indivíduos, o que foi muito pouco.

As concentrações de indígenas para nós estudarmos não foram sequer razoáveis. Apenas podemos medir os indígenas que apareciam a pagar imposto¹⁹. O dia em que conseguimos mais foi o 2º, em que medimos 21. Em consequência do pequeno número de pretos que conseguimos para estudo, tirámos em cada um 49 medidas.

Se é certo que os estudos em profundidade, digamos intensivos, interessam grandemente, não é menos certo que num trabalho de reconhecimento antropológico, como é aquele a que há 12 anos se vem procedendo em Moçambique o que, fundamentalmente, importa “é realizar estudos em largueza, digamos extensivos, observando e medindo um grande número de indivíduos, embora tirando em cada um pequeno número de medidas.

Foi por isso que, perante a pobreza das concentrações que tivemos na Administração, procurei trabalhar no quartel da guarnição militar de Nampula.

Pelo Sr. Major Abranches Neves, distinto Inspector Comandante da referida guarnição fomos recebidos com a maior solicitude autorizando prontamente a realização dos nossos trabalhos, pelos // [32] quais manifestou o maior interesse.

Contraste flagrante com certas autoridades administrativas. Permitiu a observação e estudo dos soldados indígenas e concedeu instalações e pessoal auxiliar.

As facilidades tão inteligentemente proporcionadas pelo Sr. Major Abranches Neves permitiram que os nossos trabalhos tivessem óptimo rendimento. Assim é que em 6 dias tivemos possibilidade de estudar sob o ponto de vista antropológico 444 recrutas da tribo dos Macuas e de

¹⁹ A frase “Apenas pudemos [...] a pagar imposto”, foi acrescentada posteriormente a caneta de tinta permanente .

determinar o grupo sanguíneo em 731 soldados da mesma tribo. Em cada preto medido tirámos 11 medidas.

Foi um excelente rendimento, que se deve, em grande parte, à maneira como o Sr. Comandante daquela guarnição militar nos recebeu, concedendo-nos, em notável cooperação de esforços, as facilidades necessárias à realização da nossa tarefa. Por isso aqui deixamos, bem expreso, o testemunho do nosso reconhecimento ao Sr. Major Abranches Neves.

É-me grato registar a excelente impressão colhida quanto à compleição dos soldados examinados, todos reflectindo um bom estado de nutrição e uma robustez digna de nota, de resto bem demonstrada pelos altos valores registados na avaliação dinamométrica da pressão, nas mãos direita e esquerda, e na tracção.

O meu colega Dr. Saúl Jorge, médico do quadro de Saúde da colónia, que havia pouco tinha sido transferido para o Sul-do-Save, embora em preparativos de abalada, ainda por três vezes me ajudou na determinação dos grupos sanguíneos. Aqui lhe deixo o meu agradecimento.

O sumário dos nossos trabalhos sob o ponto de vista antropológico foi o seguinte:

Macuas medidos -----534
Grupos sanguíneos-----731

O Sr. Dr. António Augusto, adjunto da chefia da Missão e chefe da brigada dos estudos de Psicotecnia trabalhou na escola de S. Pedro. O Sr. D. Teófilo da Trindade, ilustre Bispo de Nampula, concedeu todas as facilidades para os trabalhos do Sr. Dr. António Augusto que determinou a inteligência global de 30 // [33] crianças pela escala de Yerkes.

O Sr. Capitão José Simões Martinho, especialmente encarregado da brigada de estudos de deslocamento das populações indígenas e seu aldeamento, teve de estudar, como é natural, os aspectos etnográficos da habitação e da alimentação. Percorreu os arredores de Nampula onde visitou 34 habitações indígenas (palhotas) com seus pertences, celeiros, cozinhas, galinheiros, etc., tendo medido 15. Palhota em língua macua, que é a língua falada em Nampula, diz-se *tôco* e ali tem, como regra, a forma rectangular. Em Nampula a palhota redonda é mais rara como habitação, embora do lado da palhota rectangular (*tôco*) destinada a residência, possa parecer, às vezes, uma palhota mais pequena redonda onde está instalada a cozinha. A distribuição das palhotas é muito disseminada.

Em determinado local visitado pelo Sr. Capitão Martinho nem o próprio régulo Momola²⁰ tinha em volta da sua palhota moradias de súbditos seus, mas apenas as das suas mulheres.

É raro encontrarem-se habitações a menos de 300 metros umas das outras. Isto em volta de Nampula, porque a maiores distancias ficou-nos a impressão de que, quando existem, o seu afastamento é ainda maior.

Como nota a referir sobre o assunto direi que, de algumas autoridades administrativas, com quem troquei impressões sobre o importante problema dos aldeamentos, recebi informes que me deixaram céptico quanto às possibilidades de criar aldeias nesta região e com esta gente.

Do relatório da Administração de Nampula do ano corrente e subscrito pelo administrador João Teles de Castro Quadros extracto a passagem que segue respeitante ao assunto: “Não existe nenhum aldeamento no concelho. O indígena do concelho tem tendência a dispersar-se. Não penso em promover aldeamentos sem ordens superiores”.

O problema do aldeamento indígena é de suma importância. Há que meter ombros a uma tarefa de tal natureza e de tanto interesse económico e político, como muito bem realçou Sua Excelência o Ministro, Senhor Capitão Teófilo Duarte. Afigura-se-nos vantajoso de entrada proceder com todo o cuidado, para evitar que qual // [34] quer insucesso ou êxito menos brilhante possa servir de cavalo de batalha aos derrotistas, àqueles que possuídos de espírito anquilosado levam a vida em atitude búdica, de mãos cruzadas sobre o ventre, num ramerrão estagnado de ideias, de atitudes e de conceitos, apenas diligentes e activos no combate sem tréguas que fazem às ideias novas. E estes constituem, infelizmente, a maioria.

No importante problema do aldeamento entra em jogo uma série complexa de factores. Interferem nele, condições naturais, históricas, sociais e económicas, condições de vida (agricultores, pastores, caçadores, pescadores, traficantes, etc.), hábitos alimentares e, sem dúvida, os métodos de técnica agrária. Todas estas circunstâncias condicionam e justificam, como é intuitivo, o modo de ser dos diferentes agregados populacionais. Como é lógico, o problema dos aldeamentos está intimamente ligado aos recursos alimentares da terra. Parece pois que na base deste problema deve ocupar lugar proeminente o estudo da agrologia, ou seja, o estudo dos solos. No entanto e enquanto se não elaborar a carta dos

²⁰ Palavra inserida posteriormente a caneta de tinta permanente.

solos poderá talvez começar-se com os aldeamentos, um pouco empiricamente é certo, mas com cuidado, digamos em ensaio.

Os resultados colhidos nestes ensaios, conjugados com os elementos fornecidos pela carta dos solos e pelas directrizes que forçosamente têm de ser dadas por um certo número de técnicos tais como médicos, engenheiros, agrónomos e veterinários, constituirão o esqueleto bem vertebrado que permitirá realizar trabalho seguro na escolha conveniente das regiões onde se farão as novas aldeias.

Os recursos alimentares da terra que, como é sobejamente conhecido, têm origem quer nos produtos naturais (plantas silvestres) e na caça e pesca, quer na agricultura e na criação de gados, são os condicionantes rígidos e inflexíveis do modo de ser dos diferentes tipos de distribuição populacional e das suas condições gerais alimentares. O homem tem necessidade imperiosa de comer, de se alimentar. A terra onde vive ser-lhe-á tanto mais agradável quanto mais fácil e abundantemente lhe fornecer alimentos. // [35]

Como é bem sabido há uma grande instabilidade dos agregados populacionais indígenas, não só de Moçambique como de muitíssimas outras regiões de África.

É certo que a repetida e fácil deslocação do agregado tribal ou da aldeia indígena para novo local, pode ser fruto da volubilidade ou da ignorância infantil dos negros, eivados de credices e de superstições. Para este particular chama a atenção o eminente missionário suíço Henri Junod, no seu belo livro “Usos e costumes dos bantos – a vida de uma tribo sul-africana”, Impr. Nacional, Lourenço Marques, 1944, quando, a pág. 329, aborda o tema da transferência duma povoação e fundação de povoação nova.

Averiguou que o desmembramento das antigas grandes aldeias *tongas* resultou da crença supersticiosa nos sortilégios, e exemplifica: “morre a mulher dum dos irmãos mais novos”, o adivinho, que é sempre chamado em tais casos, deita os “ossinhos” pelos quais descobre que a morte foi devida a feitiço, prossegue nas suas manobras de adivinhação e aponta a mulher causadora da referida morte; a culpada pode ser até indicada entre as mulheres do chefe da povoação. As questões ou “milandos” que então surgem são, em regra, complicadas com o estabelecimento de multas que a visada como culposa ou o seu senhor, o marido, se nega geralmente a pagar. Há audiências sucessivas, ouvem-se depoimentos testemunhais dum e doutro lado. Quanto mais se arrasta o *milando* tanto mais se exacerbam as opiniões; formam-se partidos. Daí em diante a vida em comum

não é possível. O viúvo com as suas mulheres e filhos, alguns parentes, e outros que com ele fizeram coro, abandona a povoação onde lhe morreu a mulher e vai fixar-se algures. Em torno do conjunto das novas palhotas, com medo dos sortilégios, erguerá uma sebe que seja defensora eficaz contra os malefícios das pretensas feiticeiras. Henri Junod remata: “Dum modo geral, a aldeia *tonga* não pode manter por muito tempo dimensões consideráveis e tende a desmembrar-se”.

Ainda outros factos aponta Junod como causas determinantes da transferência de povoações, e são: a morte do chefe da povoação, a simples queda de um raio, o esgotamento das machambas e “apenas pela razão de os habitantes estarem fartos do sítio e desejarem mudar”. // [36]

Se é certo, como acabamos de ver, que a deslocação duma aldeia indígena pode ser fruto de simples singularidade de tédio pelo sítio, do arreigado preconceito de que “se morre o chefe a aldeia morre também”, e do supersticioso temor da queda do raio, facto considerado de muito mau agouro, o que é certo é que o esgotamento dos seus campos de cultura ou *machambas* é a causa mais geral das mudanças de povoações.

Neste caso a deslocação da aldeia é a consequência formal e categórica das condições especiais da terra. Estas mudanças estão, de resto, solidamente estabelecidas pela prática colhida em séculos de tradição. As *machambas* desarborizadas, esgotadas por alguns anos de culturas sucessivas, a que a queimada inicial aumentou algum tanto a capacidade de produção são abandonadas.

Pode revestir-se lentamente de vegetação herbácea, depois arbustiva e mais tarde arbórea, e refaz-se; ou, como consequência da desarborização, e sobretudo nos terrenos ladeirantes, sofre a acção erosiva das chuvas o que lhe faz perder a delgada camada de terra arável e, consequentemente, caminhar para a transformação laterítica, árida e improdutiva.

É este um dos inconvenientes, e grave, a que levam as sucessivas mudanças dos agregados populacionais indígenas num verdadeiro nomadismo agrário. Evitar-se-á este e outros inconvenientes levando os indígenas a fixarem-se em locais convenientemente escolhidos de antemão e onde o aldeamento possa ter condições de estabilidade.

É certo que não é em qualquer região que tal se pode fazer, de molde a garantir por longos anos não só a possibilidade da alimentação dos habitantes, mas até a de²¹ colher quantidades excedendo as necessidades, e que possam constituir fundo de receita aos indígenas.

²¹ Palavra inserida manualmente.

É certo que o emprego de máquinas agrícolas convenientes nomeadamente a simples charrua, o uso de adubos naturais e químicos e a utilização oportuna de regas podem modificar profundamente as condições agrárias duma região beneficiando-a altamente. Mas tudo isto joga com a quantidade grande de elementos que têm que conjugar-se. // [37]

Há porém circunstâncias de outra ordem que é preciso não desconhecer. O metropolitano, que não saiba que a maioria dos solos de Moçambique é pobre, espanta-se por o indígena empregar apenas a singelíssima enxada, sem utilizar na lavoura os animais domésticos (sobretudo bovídeos) sem lançar mão de outros meios de trabalho agrícola que não sejam o braço sempre pronto das pretas e a primitiva enxada. Pensam, como é natural que a introdução de máquinas agrícolas e de novos métodos de cultura de norte a sul da colónia determinariam uma acentuada melhoria de produção.

Raciocínio simples que não pode de nenhum modo generalizar-se.

Formula perigosa se generalizada, por desprezar o estudo minucioso da terra e dos homens. E tanto mais perigosa quanto é certo que constitui uma verdadeira revolução.

O negro tem a sua psicologia, o seu modo de ser, resultante de um somatório de condições naturais, históricas e sociais. As condições ecológicas do seu viver não podem sem perigo modificar-se bruscamente.

Mas há, e fundamentalmente, que atender às condições agrológicas da terra. Que me perdoem os especialistas a ousadia de meter a foice em seara alheia. Se o faço é somente por me parecer que se o não fizesse, não apreenderia em toda a sua extensão o problema da alimentação.

A terra é um ser vivo. A terra tem vida incessante. É uma entidade biológica cujo estudo é, por vezes, muito complexo.

O negro moçambicano desconhece a essência dos fenómenos vitais da superfície da terra, da complicada correlação da sua constituição química e das correlações ecológicas duma infinidade de bactérias que nela vivem. Mas ele sabe, por intuição, que a terra é coisa viva, susceptível de se exteriorizar em exuberantes manifestações vitais, capaz de prodigalidades magníficas, mas sujeita a cansar-se.

Impossibilitado de reavivar a terra empobrecida, abandona²² a machamba cansada e vai cortar as árvores da floresta numa área que será no próximo ano a // [38] sua nova machamba em cultura seca extensiva,

²² A seguir a “abandona”, foi cortada a frase “em cada ano, ou de 2 em 2 anos” com a indicação escrita a lápis na margem: “cortar esta parte da linha nas outras 5 cópias”.

quase sempre insuficiente para as suas necessidades. Esgotada a produtividade desta machamba outra lhe sucederá, talhada na floresta, mais além, e esta entrará em pousio para refazer as suas capacidades procriadoras.

Na maior parte dos terrenos de Moçambique o período de pousio necessário ao reavivamento da terra anda à roda de 5 anos. Quer dizer, se determinado agregado populacional necessitar de cultivar 20 hectares cada ano, ao fim de 5 anos terá desarborizado, 100. Quer dizer, um período apenas de 5 anos, raras vezes 10, será preciso destruir vegetação primitiva numa área 5 vezes maior do que aquela que se cultivou em cada ano. E 5 anos volvidos o indígena poderia de novo arar a *machamba* que há 5 anos abandonou e neste tempo ficou de pousio. Mas quase sempre prefere talhar a *machamba* nova na velha floresta depois de esgotar a terra em 2 ou 3 anos de cultura sucessiva, e²³ a desarborização continua, lenta é certo, mas implacável.

A solução que parece impor-se é a fixação da gente, e sobretudo dos excedentes populacionais, em regiões cujo solo possa ser explorado em regime de irrigação, e permita aldeamento fixo. Estas regiões em cultura intensiva assegurarão não só a alimentação dos que nela trabalharem e residirem, mas produzirão excedentes apreciáveis que os indígenas venderão em proveito próprio constituindo fonte de riqueza.

Deste modo se impõe o problema demográfico do deslocamento e fixação dos indígenas naquelas regiões que os técnicos (médicos, agrónomos, engenheiros e veterinários) indiquem como as mais aconselháveis. Talvez deva deixar-se às diferentes populações das cercanias das regiões a povoar, a faculdade de escoarem os seus excedentes demográficos para as novas áreas agrícolas.

As condições de instalação em aldeamentos definitivos, a assistência técnica, sanitária e espiritual, e, o que não é menos de considerar, a justa compensação aos indígenas comprando-lhe os produtos por preços razoáveis, determinarão o êxito da obra demográfica de fixação dos excedentes populacionais em regiões que ofereçam especiais condições para a exploração agrícola intensiva.

Pelo que respeita à deslocação e fixação de indígenas para a mão de obra dos centros industriais que venham a criar-se // [39] isso depende, fundamentalmente, das condições de instalação que lhe forem criadas, de

²³ A frase “depois de esgotar a terra em 2 ou 3 anos de cultura sucessiva, e” foi inserida manualmente.

tal modo que o negro ganhando um salário compensador possa viver em relativo bem estar.

Neste particular da mão de obra para as indústrias parece ser de considerar a conveniência de fazer o recrutamento dos primeiros artífices nas tribos ou nos agregados populacionais que se apresentem sob o ponto de vista psicotécnico com melhores condições de adaptação aos serviços a que se destinarem.

Os preceitos da orientação profissional manejados convenientemente em testes adequados darão a indicação daqueles que poderão prestar²⁴ melhor serviço.

Não basta porém o conhecimento das faculdades de ordem psíquica, é necessário que às mesmas se juntem qualidades de ordem somática, de persistência física.

O estudo antropológico geral fixando as características somáticas e o estudo médico complementar permitirão seleccionar convenientemente os lotes de artífices a empregar nos primeiros ensaios de adaptação à mão de obra industrial. Desta forma a antropologia em estreita colaboração com a técnica concorrerá para a resolução de um importante problema de ordem demográfica da maior importância social e política.

No capítulo da Etnografia tive ensejo de estudar algumas mutilações auriculares e dentárias, tendo feito destas alguns desenhos.

Se a Missão dispusesse dum desenhador a documentação iconográfica seria muito maior.

Tirámos bastantes fotografias²⁵. Faz falta à missão um fotógrafo, que quis agregar, e que tomaria não só o encargo de tirar fotografias durante os trabalhos de campo, mas também o da revelação e das provas e ampliações. Quantas vezes tive de largar mão de observações do maior interesse para vir tirar fotografias aos negros que se tinham medido.

Adquiriram-se alguns objectos de uso indígena e produtos naturais, mapira, mandioca, feijão, etc., bem como um instrumento musical de nome chitata.²⁶ // [40]

²⁴ As palavras “poderão estar” foram inseridas manualmente.

²⁵ A colecção de fotografias da MAM (1948) integra 62 imagens relativas a Nampula, 6 das quais sobre habitações tradicionais.

²⁶ A chitata adquirida em Nampula faz parte da colecção etnográfica da MAM no IICT (EspMAM Mt 60414)

CONFERÊNCIAS EM NAMPULA

Cumprindo o que determina o art. 3º da Portaria 10.997 (D.G., I Série, de 19 de Junho de 1945), que criou a Missão Antropológica de Moçambique, fizeram-se duas conferências que foram presididas pelo Sr. Encarregado do Governo do Niassa.

A 1ª foi feita por mim no dia 28 de Junho e subordinada ao título: “Missão Antropológica de Moçambique – O Que Está Feito, O Que Pode e Deve Fazer-se”.

A 2ª foi feita pelo adjunto da chefia da Missão e chefe da brigada de Psicotecnia, Sr. Dr. António Augusto que tratou o seguinte sugestivo tema: “Estudo Psicotécnico da Criança Indígena de Lourenço Marques”.

Acedendo a um convite amável e em homenagem à colónia transmontana fiz uma outra conferência que intitulei: “Alguns Aspectos da Etnografia de Trás-Os-Montes”.

RIBAUÈ

No dia 7 de Julho partimos de Nampula à meia manhã. Chegámos a Ribauè pouco passava das 16 horas.

O Sr. Administrador Flávio Fernandes aguardava-nos cheio de interesse pelos estudos que íamos realizar.

Tinha comunicado telegraficamente a minha chegada, que contava fosse por volta do meio dia e assim pedira indígenas para estudarmos naquela tarde após a nossa chegada. Naturais demoras atrasaram a nossa partida de Nampula e quando chegámos a Ribauè já ia a tarde em mais de meio.

À chegada lá tínhamos 200 indígenas adultos de ambos os sexos acompanhados das respectivas autoridades indígenas, régulo e chefes da povoação. Nesse fim de tarde procedeu-se à nossa instalação; não deixei, no entanto, de fazer uma rápida observação àquela gente toda.

No dia seguinte iniciámos os estudos de investigação nos vários capítulos que estão a cargo da Missão e se prosseguiram em 9 e 10²⁷. // [41]

Continuou a sentir-se a falta de mais um antropometrista, de um desenhador, de um fotógrafo e de um linguista. Por falta de pessoal também alguns aspectos da etnografia indígena não puderam ser suficien-

²⁷ Assim no texto.

temente estudados. Assim sucedeu com as tatuagens (*egbucu* em língua indígena), que demandam muitos desenhos e fotografias, além do inquérito minucioso das práticas inerentes ao modo como são feitas, muitas delas nas festas de puberdade, circuncisão ou outras. Nestas festas os feiticeiros (*nígangas*) e os doutores indígenas (*nbabézis* ou *muculucanas*) desempenham papel importante.

O estudo das tatuagens deve fazer-se quanto antes.

Dum modo geral a tatuagem está a cair em desuso pelo menos nas regiões mais em contacto com os centros civilizados. E onde elas se mantêm como uso bem alicerçado vão sofrendo modificações neste ou naquele sentido.

Como atributo de beleza, como tal é considerada muitas vezes, para não dizer quase sempre, a tatuagem é influenciada pelas modas. Certas tatuagens só hoje se vêem nos velhos e nas velhas. Há, por isso, que proceder ao seu estudo pormenorizado antes que de todo desapareçam certos tipos ou desenhos que, como digo, só usam as pessoas de idade.

Os diferentes desenhos da tatuagem, as regiões tatuadas, algumas com seu significado próprio, os tatuadores, os instrumentos utilizados, a purificação dos mesmos, as substâncias empregadas para as tornar mais exuberantes ou coloridas, os diferentes tipos de técnica de tatuagem, por impregnação, por incisão mais ou menos profunda e por causticação, o seu reavivamento e a investigação da sua evolução histórica e simbolismo dentro de cada tribo, constituem outros tantos aspectos deste importante capítulo da etnografia dos indígenas de Moçambique.

Sempre que pude fui tirando apontamentos e fotografias e fiz alguns desenhos das tatuagens que se me afiguraram mais características. Mas o tempo de que para isso dispus foi sempre pouco e com sacrifício de outros serviços, nomeadamente os caracteres descritivos que quase exclusivamente me deviam ocupar.

O funcionário do quadro administrativo de Moçambique. Sr. Miguel José Viana, que é agora secretário na circunscrição // [42] de Cuamba, por sugestão minha, coordenou os apontamentos que tinha sobre tatuagens da tribo dos Ajaus ou Ajauas que vivem especialmente no recanto noroeste da província do Niassa. Este trabalho mereceu ser publicado no Boletim da Agência Geral das Colónias. Ao Sr. Miguel José Viana, que requisitei para trabalhar na 5ª campanha e não me foi dispensado, destinava entre outras tarefas, o estudo das tatuagens.

Oxalá que em próximas campanhas não seja negada, a mim ou àquele que a venha a dirigir, a colaboração do pessoal indispensável à

perfeita e completa realização da tarefa que à Missão Antropológica compete levar a cabo.

Deixemos porém estas lamentações que não são senão o reflexo do sincero desejo de realizar trabalho completo e perfeito, e passemos ao sumário das nossas observações no Ribauè, que é o seguinte:

Mediram-se 60 mulheres Macuas (com 54 medidas cada uma).

Mediram-se mais 38 mulheres Cherimas (com 7 medidas cada uma).

Estudaram-se os caracteres descritivos em 20 mulheres Macuas.

O Sr. Dr. António Augusto mediu a inteligência global pela escala de Yerkes em Macuas adultos (20 homens e 5 mulheres).

O Sr. Capitão Martinho prosseguiu nas suas observações e colheita de elementos para o estudo do importante problema dos aldeamentos.

Tive ensejo de estudar um curioso instrumento musical de uma só corda feita fibras torcidas da folha do sisal, e caixa de ressonância constituída por uma cabaça. É uma espécie de rabeca que se toca com um arco de bambu também feito de fibras de sisal. Tirei fotografias e fiz um desenho do instrumento que se chama *Tacarre*. Adquiri um exemplar²⁸.

Nos inquéritos a que procedíamos para apurar a tribo de cada um, e dos seus ascendentes, averiguávamos também o respectivo nihimo. Este, é como se sabe, um nome que pode ser de um rio, de uma serra, ou apenas de um monte, de um objecto ou até de um atributo ou qualidade, nome que tem todo o preto e // [43] que é transmitido por herança, umas vezes por via materna outras por via paterna. Assim o nihimo é um nome familiar. Os pretos que têm o mesmo nihimo consideram-se irmãos. Em muitas regiões que visitámos é absolutamente vedado o casamento entre pretos do mesmo nihimo; isso seria incestuoso. Noutras regiões já casam dentro do mesmo nihimo, mas ficou-me a impressão de que tais casamentos são relativamente raros.

Eis a lista dos *nibimos* que se registaram entre 103 mulheres que em Ribauè foram inquiridas neste particular. *Mucheledge* (20) e a sua variante *Asséledge* (14), *Amalôa* (18), *Alucási* (12), *Mulapôni* (10) e a sua variante *Alapôni* (2), *Munela* (8), *Amulima* (6), *Miage* (5), *Aiage* (4), *Amale* (3), e *Amirazi* (1). Os números que entre parênteses vão a seguir a cada *nibimo*, indicam o número de vezes que cada um apareceu na série de 103 mulheres inquiridas.

²⁸ O espólio da MAM integra este *Tacarre*, também designado por Viola de pau espetado, (EspMAM Mt 6043) e 12 fotografias do instrumento e respectivo tocador mas, até à data não foi ainda referenciado nenhum desenho deste instrumento.

O Sr. Administrador Flávio Fernandes todos os dias aparecia para se informar se tudo corria à medida do bem rendimento dos serviços, tendo manifestado sempre o maior interesse pelos serviços que íamos realizando.

Na véspera da nossa abalada fomos, como de²⁹ costume visitados pelo Sr. Administrador desta vez acompanhado pela esposa. Esta teve mesmo a gentileza de distribuir pessoalmente às 6 mulheres do régulo uns enfeites, brincos, broches de fantasia, e alguns alfinetes de bebé, objectos que compráramos na metrópole com destino a estes presentes ou “saguátes”. // [44]

ALTO MOLÓCUÈ

No dia 11 de Julho, domingo, partimos de Ribauè pouco passava das 9 horas da manhã.

Uma *paine* num dos carros da Missão obrigou à reparação da mesma na estrada, em plena zona de mosca tsé-tsé. O ajudante da Missão Sr. Luís dos Santos teve de reparar a avaria debaixo de uma nuvem destas moscas. Valeu-lhe a bomba de flit que, manejada por um dos nossos pretos, conseguiu manter à distância as importunas visitantes.

A mosca tsé-tsé é muito sensível ao flit. Por várias vezes fomos atacados pela mosca tivemos ensejo de verificar a eficácia de meia dúzia de bombadas que as matava prontamente. Chegavam a entrar às 15 e 20 no nosso Wagon-Station Jeep no espaço de tempo que decorria entre a paragem do carro e³⁰ o alarme dado por qualquer dos companheiros seguido do³¹ correr das vidraças. Poucas vezes encontrámos tanta mosca tsé-tsé como numa faixa de cerca de 15 km., uns 30 ou 40 antes de chegar ao Alto Molócuè.

Enquanto esperava pelos companheiros atrasados a repararem a avaria a que me referi, fiz algumas observações sobre o modo como a tsé-tsé atacava o nosso carro. Cada vez que parávamos, e logo a seguir à paragem, as moscas surgiram de todos os lados e vinham pousar nos vidros das janelas, do pára-brisas e em vários pontos da “carrosserie”. A pouco e pouco, agora uma, depois outra e outra, deixavam os sítios onde tinham

²⁹ As palavras “como de” foram acrescentadas manualmente.

³⁰ As palavras “a paragem do carro e” foram acrescentadas manualmente.

³¹ As palavras “seguido do” foram acrescentadas manualmente

poisado no carro e não mais as víamos. Então podíamos abrir devagarinho a porta do automóvel sem sermos importunados pelas moscas. Chegámos a ter a porta quase meia aberta durante períodos de mais de 5 minutos sem que uma só mosca viesse até nós. Avançávamos com o carro uma ou duas dezenas de metros e parávamos, imediatamente as moscas acorriam dum lado e doutro.

Numa das paragens o nosso carro foi atacado por uma grande quantidade de moscas e nele entraram umas duas dúzias. Capturei algumas. Felizmente ninguém foi picado.

Chegámos ao Alto Molócuè por volta das 16 horas.

Fomos cumprimentar o Sr. Administrador a quem, havia // [45] dois dias, por telegrama, anunciara a nossa vinda.

Na tarde desse dia fomos levantar o nosso acampamento junto do rio Molócuè. No dia imediato, 12 de Julho do nosso acampamento viemos à circunscrição para iniciar os trabalhos. Eram 7,45 horas ainda não havia negros. Pelo Sr. Administrador nos foi dito que às 9 horas já devíamos ter gente para estudar. De facto a essa hora voltámos e tínhamos à nossa espera cerca de 150 negros, quase todos velhos e velhas.

De 69 mulheres todas se disseram Cherimas com excepção de duas que se afirmaram Lómuès.

No lote de 67 homens havia: 16 Macuas, 50 Cherimas e 1 Chuabo ou Achuabo (de Quelimane).

Feito o inquérito tribal iniciámos, como de costume, a averiguação dos “nihimos”, de cada um, bem como do número de filhos que cada mulher teve, registando destes os que vivem e os que morreram.

Os resultados deste inquérito da natalidade são deveras curiosos pelo que respeita à natalidade em si, e alarmantes quanto à mortalidade infantil.

Encontrámos um grande número de mães que geraram e pariram 6, 8 e 10 filhos. A média do número de filhos calculada em 100 mulheres é de 5,5 por mulher. Número muito bom e que indica um belo índice de procriação ou fecundidade.

Infelizmente a taxa de mortalidade atingiu nessas 100 mulheres 52,5%.

O sumário dos nossos trabalhos no Alto Molócuè até ao dia 15 é o seguinte: Observámos e medimos:

23 homens Macuas com 21 medidas;

101 mulheres Cherimas com 7 medidas e

100 homens Cherimas com 7 medidas.

O ajudante da Missão Norberto dos Santos iniciou a colheita das impressões dermopapilares tendo-as tirado de 50 homens. // [46]

O Sr. Dr. António Augusto prosseguiu no inquérito intelectual dos indígenas tendo observado um total de 30 homens das tribos Macua e Cherima.

O Sr. Capitão Martinho visitou um grande número de habitações, sobretudo à roda do nosso acampamento na margem direita do rio Molócuè. Tirou bastantes fotografias e mediu várias casas e seus pertences, tais como celeiros e cozinhas³². Tem, como é natural, tomado nota do escasso mobiliário de cada uma das casas que tem visitado³³.

A falta de pessoal bastante não me permitiu fazer a determinação dos grupos sanguíneos, nem o estudo sistemático das mutilações, nomeadamente das tatuagens.

Ile

No dia 13 de Julho, fui de Alto Molócuè ao Ile com o Sr. Capitão Martinho.

Averiguando que no Ile havia quase exclusivamente Lómuè e como esta tribo foi largamente estudada em 1946 nas circunscrições do Gurué e de Nhamarroi, bastava fazer este ano uma rápida prospecção.

Foi o que fiz. Parti do Alto Molócuè às 5 horas da manhã. No Ile trabalhei até às 15 e meia da tarde, tendo medido um lote de 50 Lómuè (25 homens e 25 mulheres com 15 medidas em cada indivíduo).

O Sr. Capitão Martinho visitou e estudou 27 habitações das quais 22 eram rectangulares e apenas 5 redondas³⁴.

À meia tarde, e após a chegada ao Ile de Sua Excelência o Governador Geral, regressámos ao Alto Molócuè onde chegámos já de noite. // [47]

³² A colecção de fotografias da MAM (1948) integra 11 fotografias relativas a esta temática referenciadas para o Alto Molócué.

³³ Não há no espólio da MAM qualquer registo destas notas.

³⁴ Até à data não foram ainda referenciadas informações relativas a este trabalho.

NAMPULA II

Em 16 de Julho partimos do Alto Molócuè tendo chegado a Nampula ao fim da tarde. Era nosso propósito visitar Alto Ligonha e Murrupula para, numa rápida prospecção, averiguar da constituição antropológica populacional respectiva.

Em Murrupula tencionava mesmo demorar um ou dois dias. Uma ponte que continuava caída na estrada do Alto Ligonha a Murrupula obrigou-nos a regressar pelo mesmo caminho que seguíramos à ida para o Alto Molócuè, ou seja pelo Ribauè. Isso, além de tudo o mais, ainda alongou a viagem nuns 80 km.

Conforme atrás referi na ida para o Alto Molócuè houve uma avaria num dos carros da Missão, a qual consistiu na quebra da peça de ferro que engatava o reboque à caminheta. A peça similar da outra caminheta também estalou. Só em Nampula, nas oficinas do Almojarifado era possível substituir aquelas peças por outras novas mais resistentes. Foi o que se fez. O concerto demorou 4 dias.

Mais 4 dias tivemos, portanto, que trabalhar em Nampula privados como estávamos das nossas caminhetas.

Para aproveitar o pessoal indígena que trabalhava na fábrica de descaroçamento de algodão da Companhia Algodoeira de Moçambique instalámos junto dela o nosso acampamento. Ficámos a uns 3 km d Nampula.

O sumário dos nossos trabalhos pode resumir-se assim:

Determinámos mais 157 grupos sanguíneos tendo totalizado 863 determinações em Macuas, 13 em Muanes e 12 em Macondes, todos soldados da guarnição militar de Nampula.

Colheram-se impressões dermo-papilares em 52 Macuas. Mediram-se mais 22 Macuas adultos alguns deles em estudo exaustivo, com 51 medidas cada indivíduo.

Prosseguiu-se no estudo dos *nibimos*.

O Sr. Dr. António Augusto continuou com os seus estudos de Psicotecnia, tendo aumentado a sua série com mais 30 observações. // [48]

O Sr. Capitão Martinho visitou mais habitações e continuou a colher elementos para o estudo do problema do aldeamento³⁵.

O Sr. Norberto dos Santos prosseguiu na recolha de novos elementos na brigada de dermo-papilosopia a seu cargo.

³⁵ Até à data não foi ainda referenciada nenhuma informação relativa a este trabalho.

Colheram-se vários apontamentos respeitantes à língua macua. Fizeram-se alguns desenhos e tiraram-se bastantes fotografias.

Num dos dias, 19 de Julho, acompanhado pelo ajudante Luís dos Santos, e enquanto os outros companheiros prosseguiam nas suas tarefas, visitei um Menepa junto da ponta leste da serra Muipire, mais conhecida por serra da Mesa, colossal monte de granito a poucos quilómetros de Nampula.

Embora eu chegue a supor que o cipai que nos serviu de guia não me levou precisamente ao sítio Menepa, não dou por perdidos aqueles 8 a 10 km que tivemos de fazer a pé para além do ribeiro de Mutomote.

Depois de hesitações, tanto do cipai como dum preto que ali apareceu e serviu de guia, fomos a corta mato pelo meio de capim de mais de 2 metros e altura. O que é curioso é que na descida do Menepa já não atravessámos o capim a corta mato mas seguimos um carreiro de piso razoável. Note-se que o preto que serviu de guia morava no sítio e, portanto, conhecia perfeitamente o carreiro. Não no-lo indicou seguramente com o propósito de nos desviar ou de nos fazer desanimar.

A cara daquele pobre preto denunciava manifesta preocupação, misto de admiração e de receio. Na verdade ao seu espírito infantil muito devia impressionar o interesse que tínhamos de visitar aquele Menepa atravessando resolutos aquele mar de capim alto de 2 metros e tão espesso que a 5 ou 6 metros deixava de ver os companheiros. Depois de nos termos desviado umas centenas de metros de Menepa que me apontavam a pouca altura da base do enorme rochedo de granito da serra da Mesa, à procura do caminho que se me afigurou os pretos não queriam descobrir, dei ordem de marchar // [49] a direito. O não termos procurado caminho nem carreiro, o engatinharmos pelas fragas e veredas da base da serra para chegarmos a uma espécie de degrau ou plataforma com alguma terra e meia dúzia de árvores e arbustos, mais deve ter espantado aquele preto, e daí o seu ar de admiração bem estampado no fácies.

O receio soube-o depois no acampamento, em conversa com o cipai era bem justificado. Este com o ar mais convicto e solene que se pode imaginar, afirmou categórico: – “Senhor Doutor foi ao Menepa, agora vai morrer gente”.

Perante o nosso espanto ele prosseguiu inflexível, positivo, terminante – “Quando branco vai àquele *Menepa* de Muipire naqueles dias a seguir há de morrer qualquer pessoa daqueles sítios”. Compreendi então os motivos da cara de espanto e de receio com que o pobre preto que serviu de guia nos olhava.

Vejamos no que consiste aquele *Menepa*.

Na tal plataforma ou degrau a que me referi, com cerca de 40 metros de largura e uma altura acima da planície no máximo dos seus 30 metros, havia várias árvores. O local que me foi indicado como sendo o *Menepa* consistia num pequeno terreiro com blocos irregulares de granito saindo da terra aqui e acolá e com vários fragmentos de lenha partida de fresco, tendo à direita uma árvore designada *Morrapa* que lembrava um pouco a árvore da borracha, à esquerda um conjunto de árvores esguias a que dão o nome de *Murrale* e no fundo a superfície de um enorme rochedo da serra de Muipire ou da Mesa, que ali se ergue a prumo em ampla superfície lisa de talvez 20 ou 25 metros de altura, por onde escorrem, num ou noutro ponto arregoeirado, as águas das chuvas. Não vi naquele terreiro nenhuma vasilha de barro, nem um caco sequer.

O que é afinal um *Menepa*?

É um local que os pretos consideram sagrado e onde vão realizar cerimónias religiosas de finalidade propiciatória, tributadas a uma entidade sobrenatural a que chamam *Menepa*. Por extensão o local onde se faz a invocação toma o mesmo nome dessa entidade sobrenatural e fantástica que, como veremos, os pretos concebem como singular e gigantesca figura antropomórfica. // [50]

Àquele *Menepa Muipire*, pedra venerável das terras do régulo Nampula, disse-me o cipai, costumavam ir os pretos fazer as suas cerimónias para terem boa sorte nos negócios de venda aos *monbés* dos seus produtos agrícolas, para obterem as melhores dos seus doentes ou alívio das suas dores ou sofrimentos, para implorarem chuva nos anos em que por falta dela as culturas das suas *ematas*, vulgo *machambas*, definham a olhos vistos comidas pela seca, etc., etc. Dum modo geral pode dizer-se que um preto não vai à caça ou à pesca, não inicia uma viagem ou realiza um negócio, não toma uma resolução na vida ou uma atitude decisiva, sem ir levar a oferenda ao *Menepa* e implorar a sua protecção e auxílio.

Cada régulo tem na sua área pelo menos um *Menepa*. Noutras regiões de Moçambique a designação é diferente mas na essência o atributo religioso conferido ao sítio, geralmente árvore ou pedra, é o mesmo, a invocação duma entidade sobrenatural.

A cerimónia é simples e nisso consiste, seguramente a sua maior beleza.

Imaginemos que um preto tem o seu amendoim para vender ao *monbé*, o negociante indiano que parasita desapiedadamente o indígena comendo-lhe os olhos da cara. Negociar com um *monbé* deve ser um caso sério, por isso o preto não o faz, ou fazia, sem ir antes ao *Menepa*.

Informava o cipai, não sei se com verdade se para despistar, que ele não vai fazer cerimónia ao *Menepa*; que hoje já são poucos os pretos que lá vão, mas que dantes ia lá toda a gente.

Chegado ao sítio sagrado o preto espalha farinha de milho fino no chão junto da pedra, e ao mesmo tempo dirige-se ao *Menepa* falando-lhe em voz alta nestes termos – “Venho trazer-te esta farinha para tu me dares sorte na venda do meu amendoim fazendo com que o *monbé* me dê por ele noventa escudos”. Sirvo-me das próprias palavras do *cipai*.

Se se trata dum caçador a cena repete-se com o mesmo espalhar da farinha, mas então a fala será esta: -“Venho trazer-te esta farinha para tu me dares sorte para eu matar carne de 4 ou 5 cabeças e para que a caça me não faça mal”. // [51]

As invocações “ad petendem pluvium” eram em regra de grande solenidade, visto serem quase sempre colectivas e presididas pelo régulo ou feiticeiro que se dirigia ao *Menepa* nos seguintes termos: – “Deitamos-te esta farinha para nos dares chuva pois as nossas *ematas* estão a morrer de sede”.

Tudo simples. Um singelo espalhar de alguns punhados de farinha e um pedido feito ao *Menepa* em termos claros e cheios de simplicidade, enchem a alma dessa criança grande que é o preto daquela confiança magnífica em si e na sua boa estrela, que é absolutamente essencial para a alegria de viver.

Vejamos agora como é que os pretos de Nampula concebem o *Menepa*. Trata-se de um homem gigante que, pelo que tentei averiguar ouvindo alguns pretos, deve ter uma altura dos seus 10 a 15 metros, e tem uma só perna, um só braço, uma só orelha e um só olho.

Já na 4ª campanha da Missão (1946), quando passei por Nampula ouvira falar do tal *Menepa de Muipire* ou da serra da Mesa mas não tive ensejo de, então, visitar o local onde se faz a adoração de tão estranho personagem do quadro religioso dos negros daquela região. Então, como agora, averigui que é ao *Menepa* que se pede para vir chuva, e que *Menepa* significa diabo.

A alguns pretos de Nampula perguntei se sabiam o que era Deus, a que chamavam *Molungo*. Responderam-me que sim, que *Molungo* estava lá em cima. E apontavam para o céu, e manda em tudo.

Se assim era, dizia-lhe eu, *Molungo* é que manda na chuva e a faz cair ou não, e daí resultar a fartura ou a fome. Não houve um só que discordasse deste modo de ver.

Mas sendo assim, perguntava-lhes eu, porque é que sendo a chuva um bem de Deus vocês pedem ao *Menepa* e não a *Molungo*? Que sim, que era Deus quem fazia a chuva mas o diabo também ajudava.

O cipai que nos acompanhou ao Muipire confirmou que *Menepa* significa diabo e é “Alma da gente que morreu” e acres // [52] centou: – “*Molungo* manda em tudo, e o *Menepa* entende-se com ele, por isso é ao *Menepa* que preto vai pedir”.

Este cipai, que se chamava Sabonete, informou que conhecia mais dois *Menepas* nas terras do Cabo Cocola e que podia ir-nos ensinar onde eles eram, e acrescentou: – “*Menepa* das terras do cabo Cocola chama-se *Nacurro*. O *Nacurro*, informava, – é muito comprido” (na aceção de alto), só tem uma perna, um só braço com um dedo, um único cabelo, uma só orelha e um só olho, as nádegas muito grandes e salientes e uma grande barriga. Acrescentava, para reforçar a ideia das suas proporções gigantescas e grande poder, que o “*Nacurro* pode com um automóvel na mão”.

Em face duma descrição tão pormenorizada, inclusive a particularidade da mão monodigitada, eram naturais certos reparos que apresentei. O cipai apressou-se a explicar: – “O *Nacurro* já tem vindo a Nampula e algumas pessoas o têm visto”.

Havia mesmo poucos dias que ele entrara na fábrica de descaroçamento de arroz de João Ferreira dos Santos, às portas de Nampula. As pessoas que o vêm têm sempre sorte.

O *Nacurro* vive na serra Cocola onde ninguém se atreve a subir. Só lá podem ir grupos de 10 ou 20 pessoas e acompanhadas pelo feiticeiro. Este ao subir, faz a cerimónia da farinha e a invocação ao gigantesca personagem para que não faça mal aos que com ele estão. Era opinião do cipai que tais grupos de visitantes são constituídos, quase sempre, por aprendizes de feiticeiros.

Na serra Cocola onde vive este *Nacurro* “que é ajudante de Deus”, ouvem-se às vezes grandes estrondos. Quando tal sucede os pretos comentam: – “Lá dentro anda *Nacurro* aos tiros”.

Dizia o cipai com o ar mais convicto que se pode imaginar: – “Ele dá, às vezes tiros na serra, e às pessoas a quem aparece e lhe falam com respeito, corta pedaços de carne (queria referir-se a carne de caça) e entrega-lha.

Mais nos disse que quando o *Nacurro* quer indicar aos pretos que vai chover incendeia a parte alta da serra. // [53] É certo e sabido quando tal sucede que dentro de dois dias começam as chuvas. Perante um sinal

de tanta infalibilidade não há preta que não vá imediatamente proceder à sementeira.

Pus a hipótese de ir visitar um *Menepa* de tanta importância, tanto mais que me dizia o Sabonete poderíamos ir de automóvel por estrada até próximo da serra Cocola. Com um ar muito singular o cipai explicou-nos: – “Nós estar aqui a falar esta noite para ir amanhã a Cocola, *Nacurro* vai sonhar que nós vamos lá amanhã. Ele vai ver branco quando subir na serra, mas branco não vai ver *Nacurro*, porque ele é ajudante de Deus e pode muito”.

Mais declarou que ia connosco mas não subia à serra que tinha medo de morrer; e mais: que não conseguiríamos um só indígena daquela região para nos acompanhar, “todos vão fugir quando virem branco ir para a serra”. Por último, exaltando a importância de tão estranho personagem rematou solene: – “*Nacurro* é o chefe de todos os *Menepas* da região de Nampula”.

Sem cipai para subir connosco a serra e com os pretos todos a fugirem quando nos vissem caminhar para a serra, não havia que hesitar: a solução era uma só. Desistimos.

Estes fantásticos personagens encerram em toda a sua singular compleição um conceito teológico adiantado, pelo menos nos aspectos da sua grandeza, enorme força, e ainda pela unidade de todos os seus órgãos, o que nos leva a pensar na ideia da unidade de Deus.

Noutras regiões de Moçambique colhi apontamentos sobre estes *Menepas* e de um outro igualmente estranho personagem que a fantasia dos pretos descreve como pequeninos de 70 ou 80 centímetros com grandes barbas, este é o *Nissepa*. É possível que, se tiver tempo, um dia escreva sobre *Menepas* e *Nissepas*.³⁶

Por agora prossigamos com o nosso Relatório, no qual há forçosamente, que omitir muito do excelente material recolhido. // [54]

MECONTA

No dia 20 de Julho à tarde, ficaram prontos os novos engates das nossas caminhetas para atrelar os reboques. No dia 21 seguimos para Meconta onde chegámos ao princípio da tarde. Lá tínhamos indígenas

³⁶ SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1973) “O Minepa e o Malaica. Fantasmas Moçambicanos”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Etnologia*, vol. XXII (2), Porto, pp.127- 144.

concentrados para serem por nós estudados. Acompanhava-os a régula conhecida por “rainha de Meconta”.

Logo iniciámos os trabalhos, que prosseguiram nos dias imediatos.

É-me grato registar o interesse que os trabalhos da Missão mereceram ao administrador Sr. José Diniz Calado da Mota Paralta. Do meu colega e amigo Dr. Costa Campos, distinto delegado de saúde na circunscrição, recebeu a Missão auxílios e atenções que não posso esquecer.

Os nossos trabalhos em Meconta podem sumariar-se como segue:

Mediram-se 101 *Macuas* (51 homens e 50 mulheres) com 21 medidas cada um.

Colheram-se impressões dermo-papilares em 124 indivíduos.

Determinei os grupos sanguíneos em mais 36 *Macuas*.

Estudei os caracteres descritivos em 25 homens *Macuas*.

Proseguiram os estudos de Psicotecnia em homens e mulheres adultos.

Colheram-se novos elementos sobre habitação e possíveis condições de aldeamento³⁷.

Tiraram-se algumas notas de interesse linguístico.

Fizeram-se alguns desenhos de mutilações dentárias e auriculares, bem como dum caso de hexadactilia simétrica dos pés.

Tiraram-se algumas dezenas de fotografias³⁸.

O razoável rendimento dos nossos trabalhos em Meconta devem-se, em parte, à cooperação inteligente do administrador e // [55] do médico que manifestaram pelos trabalhos da Missão o maior interesse.

IMALA

Em 26 de Julho levantámos de madrugada o nosso acampamento para abalar de manhã cedo para Muecate, sede da circunscrição de Imala. Avisara a nossa passagem e pedira a concentração de indígenas. Lá estavam quase duas centenas deles.

Chegámos pouco passava das 9 horas e meia. Às 10 horas todos trabalhávamos em cheio.

³⁷ Até à data não foram ainda referenciados registos relativos a este trabalho.

³⁸ A colecção de fotografias da MAM (1948) integra 16 fotografias referenciadas para Meconta.

Durante 4 horas consecutivas fez-se a observação e o estudo daquele lote de mais de 150 indígenas.

Apartámos 50 *Macuas* (25 homens e 25 mulheres) que foram medidos, 7 medidas em cada um.

Fez-se o costumado inquérito tribal e dos *nibimos*.

Fiz um desenho dum enfeite constituído por 4 anéis de ferro introduzidos num buraco da concha da orelha e abraçando o rebordo da hélice. Ao buraco, onde podia encher um lápis chamam *serreu*, e aos anéis de ferro *niquerinba*.

Tirámos bastantes fotografias³⁹.

Adquiriu-se um curioso instrumento musical feito de delgada barra de ferro de secção losângica e dobrado segundo uma linha que podemos aproximar da forma duma pêra. Da concavidade desta barra desprende-se uma vareta de ferro que vem passar entre os extremos daquela ultrapassando-os depois do que é dobrada algum tanto para um dos lados como se fora o pé duma pêra em direcção⁴⁰ não concordante com o eixo da mesma. Este instrumento, a que chamam Estorotoro, coloca-se na palma da mão esquerda que o abrange completamente e o encosta à boca entreaberta. Com a mão direita fazem vibrar o extremo da vareta de ferro que ultrapassa as pontas da barra de secção losângica. Com a boca ora mais aberta ora mais fechada fazem variar a caixa de ressonância e conseguem dessa forma efeitos musicais simples mas de grande suavidade. Escusado será dizer que este instrumento musical é quase para deleite exclusivo do tocador e para um pequeno número de pessoas que lhe fiquem muito próximas. // [56] Adquiri o Estorotoro por 10\$00 esc. e dei um abonado saguáte (gratificação) ao seu tocador⁴¹.

O administrador da circunscrição Sr. Pires Veloso acompanhou os trabalhos com certo interesse fornecendo-nos alguns esclarecimentos sobre matérias dos nossos estudos nomeadamente sobre o problema do aldeamento.

Trabalhámos no tribunal. Este edifício, ao que me informaram, único em toda a colónia, é um belo edifício de cimento de linhas simples, aberto aos lados e ao fundo, tomando o conjunto o aspecto duma alpendre cheio de luz e bem arejado. Tem bancadas de cimento para a assistência.

³⁹ Na colecção da MAM (1948) não existem fotografias referenciadas para Imala.

⁴⁰ As palavras “em direcção” foram inseridas no texto manualmente.

⁴¹ Este instrumento não consta da colecção etnográfica da MAM existente no IICT. Todavia, existe uma fotografia do instrumento a ser tocado.

Podem comportar duas a três centenas de pessoas. Para além da teia, em grade de cimento, estão aos lados 30 ou 40 cadeirais, também de cimento para as testemunhas e assessores. Ao fundo um patamar com duas plataformas, a superior para a mesa do juiz e a inferior para o escrivão.

Fui informado que esta obra se deve ao dinamismo do Sr. José de Castro Cabral que administrou aquela circunscrição durante alguns anos.

O esplêndido pomar e outras construções atestam as muitas qualidades deste antigo administrador, a quem a Missão na sua campanha de 1937 ficou devendo auxílios valiosos de inteligente cooperação em manifesto interesse pelos nossos estudos. // [57]

NAMAPA

Em 26 de Julho, e em consequência de termos demorado 4 horas em Muecate (Imala), para estudar o lote de indígenas que ali tínhamos à nossa passagem, quando chegámos a Namapa já passava das 20 horas. Àquela hora não podíamos instalar acampamento.

Ao administrador, Sr. A. Magalhães Alves, telegrafara avisando da nossa chegada e pedindo para organizar a concentração de indígenas para os nossos estudos. Como era bastante tarde pedi ao administrador instalação, qualquer casa coberta de telha onde, naquela noite, pudéssemos armar as nossas camas de campanha. Mesmo um armazém, a própria secretaria (já noutras circunscrições no-la tinham cedido em condições semelhantes) serviriam para o caso.

Em face das restrições, do ar de circunspeção, mesmo de retraimento e das dificuldades postas pelo Sr. Administrador em atitude singular, tivemos de, nessa noite, dormir nos nossos carros. Uma noite passa-se depressa.

No dia seguinte fomos instalar o nosso acampamento na margem do Lúrio, depois do que logo demos início aos nossos trabalhos. O nosso colega Dr. Jorge de Barros Lima, que pensei agregar à Missão como adjunto, o que não consegui por razões de vária ordem, auxiliou-nos na determinação dos grupos sanguíneos.

De 27 de Julho a 1 de Agosto trabalhámos em Namapa. Neste último dia, domingo, fomos à Missão de Mirrote onde determinámos cerca de uma centena de grupos sanguíneos de Macuas-Chacas.

Quando chegámos ao Mirrote havia pouco que tinha começado a missa à qual assistimos todos. Logo a seguir demos início aos trabalhos.

Não posso deixar de referir a forma como o Sr. P^o Mateus e as irmãs de caridade da Missão nos receberam, rodeando-nos de atenções e dando todas as facilidades para os nossos estudos numa atitude de inteligente cooperação. Exemplo a apontar a algumas autoridades administrativas.

O sumário dos trabalhos nesta circunscricção pode resumir-se assim:
// [58]

Mediram-se 58 Macuas-Chacas (25 homens e 33 mulheres com 21 medidas cada um) e mais 50 homens também Chacas com 7 medidas; 61 Macuas-Erátis (31 homens e 30 mulheres, 21 medidas em cada um) e mais 50 homens também Erátis com 7 medidas.

Colheram-se as impressões dermo-papilares em 84 indígenas.

Estudei os caracteres descritivos em 23 mulheres Macuas-Chacas.

Determinou-se o grupo sanguíneo em 672 indígenas.

O Sr. Dr. António Augusto fez o estudo da inteligência global (escala de Yerkes) em mais algumas dezenas de Macuas, uns Chacas outros Erátis.

O Sr. Capitão Martinho prosseguiu no estudo da habitação e da alimentação indígena e das condições do seu aldeamento.

Tiraram-se muitas fotografias⁴² e fizeram-se alguns desenhos⁴³.

O resultado dos nossos trabalhos em Namapa não foi mau, embora a falta de pessoal não permitisse que fossem convenientemente estudadas as mutilações dentárias de que no entanto, fiz alguns desenhos. Mal pude examinar as tatuagens por falta de tempo. Menos ainda apurar o seu significado, datas em que são feitas, simbolismo especial de algumas, preparação e purificação dos instrumentos tatuadores, reavivamento das tatuagens, etc.

Às vezes, quando as autoridades administrativas acompanham de perto, e interessadamente, os trabalhos da Missão, peço-lhes para apurarem certos elementos da natureza destes que cito a propósito das tatuagens, e que se conseguem com relativa facilidade inquirindo as autoridades indígenas, régulos, inhacuaus, samassôas, etc., ou os seus velhos conselheiros.

As muitas autoridades administrativas, administradores, secretários, chefes de posto e simples aspirantes, ficou a Missão devendo óptimos serviços, prestados em louvável cooperação de esforços e, por vezes, até

⁴² A colecção de fotografias da MAM (1948) integra 119 imagens relativas a Namapa.

⁴³ Até à data não foram ainda referenciados quaisquer destes desenhos.

num ambiente de franca cordialidade e de cativante amabilidade que me apraz registrar. // [59]

Como nota final referirei que no nosso acampamento apareceram e foram apanhadas e mortas 2 cobras. Fora dum cercado dum velho alpendre que servira às obras da grande ponte do Lúrio, ponte “Freire de Andrade”, inaugurada em 13 de Setembro de 1945, que, com os seus 500 metros de comprimento, é a maior das pontes das estradas da colónia, apareceu a primeira. Era uma *Lumatano*. Foi apanhada viva pelo auxiliar da Missão, Sr. Mussolini Fajardo junto da nossa cozinha.

Eis que os nossos pretos nos disseram desta pequena cobra, ao que parece, muito venenosa.

– A cobra *Lumatano* pica 5 vezes.

– Quando a cobra pica, a gente foge, mas ela há-de vir picar mais 4 vezes, mesmo que preto deite a fugir. Ela corre mais do que preto.

– Se for de noite e picar 5 vezes a gente já sabe que é *Lumatano*. Por isso é que chama *Lumatano*, ique pica (morde) 5 vezes.

No dia seguinte foi morta mais uma cobra, a que chamam *nivôa*, e é muitíssimo venenosa, estava na árvore (n’culuve) junto da qual montara a minha barraca e à sombra de cuja copa melhor me defendia do sol ardente. Desta cobra me dizia um dos nossos pretos: – “Se picar num preto há-de mesmo morrer”. A *nivôa*, é conhecida em Tete pelo nome de Nhacungo.

Informou o meu colaborador e ajudante da Missão desde 1936, Sr. Luís dos Santos, que alguns anos viveu em Tete, ser esta cobra a pior que lá havia e a que os indígenas mais temiam. Os nossos pretos disseram: – “Quando a *nivôa* é grande, come o próprio rabo para ficar mesmo cobra de veneno”. E mais: – “Preto que é picado fica logo sem forças e não pode mais andar”.

Há no entanto um remédio cafre para curar as picadas destas cobras, mas não souberam dizer-me que remédio é nem como era feito.

Escusado será dizer que nos dias que estivemos acampados naquele sítio recomendei aos pretos para rondarem aqueles terreiros com especial cuidado, e nunca me deitava sem espiolhar cautelosamente todos os cantos da barraca, não fosse suceder-nos, o que não seria inédito, bater com o pé numa cobra ao enfiar as nossas botas altas⁴⁴. // [60]

⁴⁴ A palavra “altas” foi acrescentada a tinta permanente azul.

MOCÍMBOA DA PRAIA

Em 2 de Agosto abalámos do nosso acampamento junto à ponte do Lúrio de manhã cedo. Fomos ficar a Porto Amélia. Ali tiveram de ser afinados os carros da Missão.

No dia 4, por uma péssima estrada, seguimos para o norte. Tivemos novo acidente num dos atrelados das nossas caminhetas. Desta vez, foi a forquilha do reboque que quebrou, desligando-se o atrelado que afoinchou e também, ficando com as duas rodas para o ar. Inutilizou-se a armação de madeira que suportava a lona protectora. Felizmente a bagagem pouco sofreu.

Em Mocímboa, levantámos o nosso acampamento junto da povoação indígena de Milamba.

As concentrações de indígenas se não se podem considerar más estiveram longe de ser excelentes. É possível que para o facto tivesse concorrido o estarem no fim do *Ramadã*. No último dia da nossa estadia ali, 7 de Agosto, foi a festa a que chamam *Ide* ou fim do *Ramadã*. Fazem um cortejo com bandeiras e em grande alarido percorrem as ruas. Onde param fazem batuques com ritual próprio. Tirámos algumas fotografias e filmámos alguns aspectos desta festa islâmica⁴⁵.

Em Mocímboa o resultado dos nossos trabalhos pode resumir-se do modo que se segue:

Mediram-se 139 indígenas da tribo dos *Muanes* ou *Quimuanes* (74 homens e 65 mulheres), 23 medidas cada um.

Estudaram-se os caracteres descritivos em 56 indivíduos da mesma tribo (30 homens e 26 mulheres).

Prosseguiram os estudos de Psicotecnia a cargo do Sr. Dr. António Augusto.

A brigada dos estudos de aldeamentos continuou no estudo das habitações (palhotas) e sua distribuição em grandes agregados⁴⁶.

Colheram-se impressões dermo-papilares em mais algumas dezenas de indígenas. // [61]

Tiraram-se bastantes fotografias e filmou-se a festa do *Ide* ou fim do *Ramadã*.

⁴⁵ A colecção de fotografias da MAM (1948) integra 110 imagens relativas a Mocímboa da Praia, 12 das quais da Festa do *Ide* mas, até à data, não foi referenciado nenhum filme.

⁴⁶ Não há registo destes estudos.

Fizeram-se alguns desenhos.

Como nota etnográfica a registar referir-me-ei aos lindos penteados das pretas de Mocímboa. Muitas delas com o cabelo às trancinhas em arranjos mais ou menos artísticos. Tirei fotografias às cabeças melhor arranjadas, mais bonitas ou mais *cujingarissana* como elas dizem em seu falar. Estes penteados, no género do das mulheres *Suáilis* que vi em 1946, bem mereciam cuidado estudo com desenhos e fotografias. Limitei-me, por falta de tempo, a fazer um esboço dum dos lindos penteados que vi⁴⁷.

MUCOJO

No dia 8 de Agosto, domingo, partimos de Mocímboa pouco passava das 4 horas da madrugada.

Havia dois dias que telegrafara ao chefe de posto do Mucojo Sr. João Antunes da Silva Monteiro, anunciando a nossa passagem e pedindo uma concentração de 2 centenas de indígenas para as nove horas da manhã. A essa hora lá chegámos mas a concentração foi além da nossa expectativa. Nada menos de 445 indígenas (150 homens e 295 mulheres) ali nos aguardavam. Foi uma excelente concentração.

O inquérito tribal de toda aquela gente foi demorado, e deu o seguinte resultado:

Entre as 295 mulheres 170 eram Muanes ou Quimuanes, 100 Macuas e 25 Macondes.

Entre os 150 homens a mistura era maior. Havia 87 Macuas, 27 Macondes da praia, 13 Macondes da serra, 12 Mètos e 11 Suáilis.

A separação de todos aqueles indígenas por tribos não se pôde fazer senão inquirindo-os um a um. Depois de feitos os lotes passei-os em revista observando alguns caracteres descritivos de que fui tomando notas. // [62]

Entretanto os companheiros iam trabalhando cada um no seu sector.

Ainda se mediram 67 Muanes (60 mulheres e 7 homens) com 6 medidas cada um.

Satisfeitos com aquela esplêndida concentração que nos permitiu em poucas horas apreciar em conjunto um certo número de características daquelas tribos ali reunidas, o que mais realçava os contrastes, prosseguimos a viagem para Quissanga onde chegámos ao fim da tarde daquele domingo, 8 de Agosto.

⁴⁷ Até à data, este esboço não foi ainda referenciado.

QUISSANGA

No dia 9 de Agosto o administrador Sr. Jaime Levi Bretes Pereira acompanhou-nos à velha Quissanga que fica na praia, à distancia de cerca de 1 km. da sede da circunscrição. Ali tivemos ensejo de examinar 53 homens e 138 mulheres.

O inquérito tribal a que procedemos levou-nos a concluir que aquela região foi zona de fusão de quase todas as tribos do Niassa. Recorde-se o facto de Quissanga ter sido porto de visita costumada⁴⁸ dos negreiros do tempo da escravatura.

Na 138 mulheres inquiridas havia 114 mistas, isto é cujos pais ou avós eram de tribos diferentes e apenas 24 filhas de pais e netas de avós da mesma tribo, que costumamos, à falta de melhor termo, designar como puras sob o ponto de vista etnológico; pureza etnológica muito relativa visto que se refere apenas a duas gerações, e com todas as contingências inerentes a inquéritos desta natureza.

Estas 24 mulheres repartiram-se por nada menos de 8 tribos ou sub-tribos a saber: Ajauas 8; Lómuès 7; Maravis ou Maraves 2; Macondes 2; Macuas 2; Nhassas 1; Muanes ou Quimuanes 1; Angones 1.

Nos 53 homens havia 30 mistos e 23 puros. Estes assim repartidos: Ajauas 5; Metôs ou Medos 4; Lómuès 3; Maravis ou Maraves 2; Macondes 2; Suáilis 1; Angones 1.

Nos mistos cruzavam-se pais ou avós destas e dou // [63] tras tribos e sub-tribos moçambicanos. Um imbróglgio enorme.

Quissanga não é, indubitavelmente, zona de eleição para os estudos antropológicos que a Missão vem realizando e em que se tem procurado, além de outros objectivos, apurar os caracteres étnicos de ordem geral que possam, porventura, definir ou caracterizar as actuais tribos e sub-tribos de Moçambique.

IBO

Ao fim da tarde do dia 9 de Agosto seguimos para o Ibo, em companhia do meu colega Dr. Martinho Gonçalves Durão, director do Hospital e sub-delegado de saúde. Ali nos aguardava outra desilusão. Os tão falados mestiços daquela ilha, os chamados “brancos do Ibo”, são

⁴⁸ Palavra acrescentada manualmente.

actualmente, pouco menos do que uma escassa memória da prole que ali medrou largamente pelo cruzamento de alguns brancos e sobretudo indianos e negras moçambicanas.

As informações, dum modo geral concordes, que me foram dadas quanto aos tão falados brancos do Ibo foram as seguintes: não passavam de mulatos, por vezes bastante claros, possuídos de moleza impressionante, singularmente preguiçosos, eles muito pretensiosos e elas muitíssimo vaidosas.

Hoje poucas dessas mulatas há no Ibo. Foram para onde melhor pudessem vender o corpo numa prostituição dissoluta que não é senão a continuação da vida que levavam no Ibo, quando o Ibo foi terra importante.

Limitámo-nos a registar a cor da pele e a cor dos olhos em 61 mulheres e nas mesmas tirar as medidas do comprimento e largura do nariz para a determinação do índice nasal.

Nestas 61 mulheres, disseram-se do Ibo, 48, as restantes eram 7 Ajauas, 5 Macuas e 1 Lómuè. // [64]

II – MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE **Campanha de 1948** **RELATÓRIO⁴⁹**

ALGUMAS PALAVRAS PRELIMINARES

Data de 1936 a minha colaboração na Missão Antropológica de Moçambique, isto é, colaboro com ela desde o início. A razão deste facto é devida à circunstância de exercer naquele tempo, em Tete, a função de Chefe de Polícia Civil e, nessa qualidade ter a meu cargo a disciplina dos indígenas naquela vila.

Assim quando da chegada ali, naquele ano, do Senhor Chefe desta Missão, Professor Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, foi-me o mesmo apresentado no Comissariado de Polícia pelo falecido Intendente do Distrito, Capitão Lucílio Rebelo com a seguinte recomendação: – “Santos, o Snr. Doutor vem estudar pretos “Nhungués” mostre-lhe o que ele precisar a ajude-o no que puder”. Eu prometi aos dois cumprir a ordem e logo no dia seguinte, embora fosse um domingo, o Senhor Chefe da Missão deu início aos seus estudos começando por observar e medir os presos indígenas Nhungués que lhe apresentei; perto de uma centena.

É claro que ele podia medir, mas se tivesse também de // [1] escrever os números nas pautas, o seu serviço tornar-se-ia muito moroso. Por isso pediu-me para os escrever. Eu tinha como meus subordinados dois guardas europeus e ordenei a um deles para fazer o serviço. Mas, notando passadas algumas horas que o homem estava com cara de aborrecido, mandei-o levantar passando eu a escrevente, para nunca mais deixar de o ser, excepto nos momentos em que os meus afazeres profissionais me obrigavam a isso.

Durante 15 dias de intensivo labor e debaixo de uma temperatura que todos dias chegava à casa dos 40 a 45 graus à sobra, foi possível ao Snr. Chefe da Missão medir cerca de 100 indivíduos de ambos os sexos com 62 determinações antropológicas, registo de morosos caracteres descritivos, tirar uma enorme quantidade de fotografias e de ter feito muitos

⁴⁹ Relatório respeitante ao trabalho desenvolvido em 1948 por Luís dos Santos, chefe da Polícia Civil de Tete, e Ajudante da Missão Antropológica de Moçambique desde 1936.

desenhos, especialmente tatuagens. Trabalhávamos 9 a 10 horas por dia, mas não há dúvida que no fim deste tempo⁵⁰ estávamos completamente exaustos. Deve-se um tal rendimento de serviço à vontade férrea do Senhor Doutor Santos Júnior que nunca se deixou vencer pelo cansaço apesar das centenas de flexões musculares que diariamente era obrigado a fazer. O seu entusiasmo acabou por me contagiar ajudando-o naquilo que me era possível ser-lhe útil.

Devo aqui confessar com toda a sinceridade que quando o Senhor Doutor Santos Júnior chegou a Tete, eu não tinha quaisquer // [2] conhecimentos antropológicos estando mesmo convencido que os indígenas eram todos iguais. A mesma opinião tenho visto terem pessoas com cursos superiores que, como eu, até àquela data, nunca se deram ao trabalho de observarem minuciosamente um “preto”. Mas passados que foram 3 ou 4 dias depois de estar a trabalhar com o Senhor Chefe da Missão, comecei logo a notar diferenças no aspecto facial dos “negros”, verificando que, realmente, as características faciais nas diversas tribos e sub-tribos variam bastante.

Quando em 1937 o Senhor Chefe da Missão voltou novamente a Tete, continuámos os dois trabalhando como no ano anterior na observação dos Nhungués, fazendo também algumas centenas de determinações de “grupos sanguíneos em Tete e nas povoações do concelho.

Nesse ano, necessitava o mesmo Senhor de se deslocar às sedes das circunscrições da Chicôa, Marávia e Zumbo para fazer o estudo antropológico das tribos indígenas destas regiões. Como ele não tinha qualquer transporte para se deslocar e eu tivesse ao serviço do Comissariado uma velha camioneta Ford, com toda a delicadeza perguntou-me se eu não me importava de ir com ele naquela camioneta às circunscrições referidas – respondi-lhe que com muito prazer o acompanharia, sendo só necessário que ele obtivesse a respectiva autorização do Sr. Intendente Dr. Álvaro Miguel Beleza de Andrade.

Obtida esta, lá fomos na velha camioneta, primeiramente à // [3] Marávia. Chegámos ao nosso destino e regressámos sem qualquer percalço. Notei no entanto que aquela viatura, por muito velha, não aguentaria a viagem ao Zumbo que dista de Tete 460 quilómetros. E para esta aconselhei o Senhor Chefe da Missão a ir pedir ao Senhor Intendente a camioneta Ford da Intendência que era nova. O pedido foi satisfeito e lá fomos com ela ao Zumbo, acabando esta por se ter portado mais mal que a velha, pois no caminho partiu-se uma mola sem grande justificação para isso.

⁵⁰ Palavra inserida posteriormente a lápis vermelho.

Nas referidas Circunscrições foram pelo Senhor chefe observadas e medidas algumas dezenas de indígenas de várias tribos e sub-tribos, designadamente Tauras, Sesêros, Sengas, Atandes, Goas, Demas etc. Foi então que eu verifiquei a diferença que existia nas características faciais dos Nhungués com aquelas tribos.

Devo aqui esclarecer que tudo quanto fiz nestes anos ao Senhor Chefe da Missão Antropológica foi sem qualquer interesse pecuniário ou outro. A razão foi simplesmente a de ter notado que ele era incansável trabalhador e não tinha ao seu alcance quaisquer meios ou facilidades para vencer aquela enorme tarefa que consigo próprio se comprometera levar a cabo. E como eu, embora modestamente, lhe pudesse dar esses meios e facilidades a isso me prestei sem qualquer intuito senão o de o ajudar a vencer, o que felizmente creio ter acontecido.

Fiquei a manter relações de amizade com o Senhor Doutor // [4] Santos Júnior que hão de perdurar por toda a nossa vida. Não admira que assim seja depois de ambos termos passado por tantas canseiras e fadigas nestes sertões africanos, mas sempre com a alegria no rosto. Ele por todos estes sacrifícios eram para bem da ciência e eu por saber que a minha modesta colaboração o ajudava a vencer. Creio ter sido pela razões atrás apontadas que aquele Senhor me requisitou para fazer parte da Missão Antropológica com remuneração, nos anos de 1945, 1946 e 1948.

É-me este ano solicitado um relatório justificativo da minha função adentro desta Missão. Não contava ter de o apresentar por virtude da orgânica estabelecida pelo Decreto nº35.395, de 26 de Dezembro de 1945 e da Portaria Ministerial nº12.215, de 26 de Dezembro de 1947, só exigirem relatórios aos Senhores Chefes e Adjuntos da Missão. Faltam-me pois elementos que não deixaria de ser interessante relatar, ma essa falta será suprida no relatório do Senhor Chefe da Missão que certamente não deixará de sucintamente discriminar a actividade de todos os seus componentes.

Dividirei este meu modesto trabalho em 4 partes a saber: // [5]

1. ORGANIZAÇÃO DOS PERCURSOS

Esta 5ª campanha da Missão Antropológica como nas anteriores, torna-se necessário a organização de um plano previamente estudado sobre os percursos a fazer, fixando-se os itinerários, distâncias a percorrer, classe das estradas por onde se deve passar, tempo provável a gastar nos trajectos, etc.

Assim, o Senhor Chefe da Missão, aproveitando a minha qualidade de Chefe da Polícia de Viação e Trânsito da Colónia, encarregou-me de lhe apresentar este plano, dando-me antes nota do tempo provável da demora para os estudos Antropológicos e Etnográficos em cada uma das Circunscrições e Postos Administrativos a visitar.

Logo no dia da nossa chegada a Nampula – 20 de Junho – recebi o encargo de apresentar esse plano que cumpri passados poucos dias, sendo aprovado com pequenas alterações. Transcrevo a seguir:

Junho, dia 7 – De Nampula para o Ribáuè – distância a percorrer 135 quilómetros – Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

Junho, dia 11 – De Ribáuè para o Alto Molócue – distância a percorrer 136 quilómetros – Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas. // [6]

Julho, dia 16 – Do Alto Molócue para Nampula – distância a percorrer 271 quilómetros – Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 6 horas.

Julho, dia 21 – De Nampula para Meconta – distância a percorrer 106 quilómetros – Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 2,30 horas.

Julho, dia 26 – De Meconta para Namapa por Muecate, distância a percorrer 224 quilómetros – Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas, incluindo 3 horas de demora em Muecate.

Agosto, dia 1 – De Namapa ao Mirrote e regresso – distância a percorrer 59 quilómetros – Estrada de 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 2 horas.

Agosto, dia 2 – De Namapa a Porto Amélia – distância a percorrer 191 quilómetros – Estradas de 1ª classe 30 quilómetros e o restante por estradas não classificadas. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas.

Agosto, dia 4 – De Porto Amélia para Mocímbo da Praia – distância a percorrer 250 quilómetros – Estrada não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 12 horas.

Agosto, dia 8 – De Mocímbo da Praia para Quissanga, distância a percorrer 136 quilómetros. Estrada não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas, incluindo 4 horas de demora em Muchojo.

Agosto, dia 11 – De Quissanga para Mecúfi – distância a percorrer 140 quilómetros. Estradas não classificadas e de 1ª classe. // [7] Tempo provável a gastar no trajecto, 7 horas.

Agosto, dia 13 – De Mecúfi a Porto Amélia e regresso – distância a percorrer 120 quilómetros. Estradas não classificadas e de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

Agosto, dia 17 – De Mecúfi a Momba – distância a percorrer 322 quilómetros. Estradas não classificadas, de 1ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas.

Agosto, dia 21 – De Momba a Nacala – distância a percorrer 58 quilómetros. Estrada de 2º classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 2 horas.

Agosto, dia 24 – De Nacala a Mossuril – distância a percorrer 113 quilómetros – Estradas de 1ª e 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 3 horas.

Agosto, dia 26 – Do Mossuril a Nacaroa e volta – distância a percorrer 310 quilómetros. Estradas de 1ª, 2ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 6 horas.

Agosto, dia 27 – Do Mossuril a Namarrais e volta. Distância a percorrer 59 quilómetros. Estrada de 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 2 horas.

Agosto, dia 28 – Do Mossuril à Cabaceira e regresso. Distân // [8] cia a percorrer 46 quilómetros. Estrada não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 2 horas.

Agosto, dia 31 – Do Mossuril ao Lumbo e daqui para o Mogincual. Distância a percorrer 200 quilómetros. Estradas de 1ª, 2ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 6 horas.

Setembro, dia 2 – Do Mogincual para Nametil. Distância a percorrer 125 quilómetros. Estradas de 2ª, 3ª e não classificadas. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

Setembro, dia 4 – De Nametil para António Enes. Distância a percorrer 100 quilómetros. Estrada de 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 3 horas.

Setembro, dia 8 – De António Enes para o Larde. Distância a percorrer 93 quilómetros. Estradas de 2ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 3 horas.

Setembro, dia 12 – Do Larde para Pebane. Distância a percorrer 262 quilómetros. Estradas de 2ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 12 horas incluindo 4 horas de demora em Moma.

Setembro, dia 15 – De Pebane para Vila Maganja da Costa. Distância a percorrer 187 quilómetros. Estradas de 2ª e 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 6 horas.

Setembro, dia 19 – De Vila Maganja da Costa para Namacurra. Distância a percorrer 90 quilómetros. Estradas de 2ª e 3ª classe. // [9] Tempo provável a gastar no trajecto, 5 horas, incluindo 2 de demora na travessia das viaturas no emboque do rio Licungo.

Setembro, dia 21 – De Namacurra para Mopeia. Distância a percorrer 191 quilómetros. Estradas de 1ª, 3ª classe e não classificadas. Tempo provável a gastar no trajecto, 7 horas.

Setembro, dia 24 – De Mopeia para o Luabo. Distância a percorrer 78 quilómetros. Estrada de 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 3 horas.

Setembro, dia 30 – Do Luabo para Matiude. Distância a percorrer 47 quilómetros. Estrada de 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 3 horas, incluindo 1 hora de demora para a travessia das viaturas nos dois emboques das bocas do rio Zambêze.

Outubro, dia 1 – De Matiude para o Chinde e daqui para o Luabo. Distância a percorrer 96 quilómetros. Estrada de 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 5 horas, incluindo 2 horas de demora nos emboques atrás referidos.

Outubro, dia 2 – Do Luabo para Milange, via Morrumbala-Luciro. Distância a percorrer 413 quilómetros. Estradas de 1ª, 2ª classe e não classificadas. Tempo provável a gastar no trajecto, 10 horas.

Outubro, dia 3 – De Milange para o Molumbo. Distância a percorrer 116 quilómetros. Estrada de 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas. // [10]

Outubro, dia 4 – Do Molumbo para a Beira. Distância a percorrer 116 quilómetros. Estrada de 3ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

Outubro, dia 5 – De Milange para Quelimane. Distância a percorrer 334 quilómetros. Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 7 horas.

Outubro, dia 7 – De Quelimane para o Luabo. Distância a percorrer 268 quilómetros. Estradas de 1ª, 2ª classe e não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas.

Outubro, dia 9 – Do Luabo para a Lacerdónia. Distância a percorrer 66 quilómetros. Estrada de 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas, incluindo demora de 6 horas na travessia em lanchas das viaturas rebocadas por vapor do Luabo para Marromeu.

Outubro, dia 11 – Da Lacerdónia para a Beira. Distância a percorrer 324 quilómetros. Estradas de 1ª e 2ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas.

Outubro, dia 12 – Beira para o Búzi. Distância a percorrer 102 quilómetros. Estradas de 1ª classe e não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

Outubro, dia 14 – Do Búzi para Mambone. Distância a percorrer 142 quilómetros. Estrada não classificada. Tempo provável a gastar no trajecto, 7 horas. // [11]

Outubro, dia 15 – De Mambone para Inhambane. Distância a percorrer 450 quilómetros. Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 8 horas.

Outubro, dia 16 – De Inhambane para Vila João Belo. Distância a percorrer 313 quilómetros. Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 6 horas.

Outubro, dia 17 – De Vila João Belo para Lourenço Marques. Distância a percorrer 210 quilómetros. Estrada de 1ª classe. Tempo provável a gastar no trajecto, 4 horas.

RESUMO

Total dos quilómetros a percorrer pelas viaturas da Missão 6.992. A adicionar, para serviços imprevistos e deslocações nas Circunscrições a duas viaturas, mais 2.00 quilómetros. Tempo a gastar nos referidos percursos, 223 horas e meia.

2. ABASTECIMENTO DE CARBURANTES E ÓLEOS LUBRIFICANTES

Nas províncias do norte da Colónia de Moçambique, é um problema bastante difícil o abastecimento de viaturas automóveis. Os carburantes e óleos lubrificantes só se encontram à // [12] venda nas sedes de Província e de Distritos.

Nesta Campanha o problema era ainda mais complicado por virtude da caravana da Missão ser composta de 4 veículos que gastavam quando em marcha uma enorme quantidade de gasolina. Só com 9 estações de abastecimento se podia contar, a saber:

Nampula (2 vezes). Viagem ao Alto Molócuè e regresso, e viagem de Nampula para Porto Amélia.

Lumbo (1 vez). Viagem do Mossuril para António Enes.

António Enes (1 vez). Viagem para Namacurra.

Quelimane (2 vezes). Viagem de Namacura para o Luabo e viagem de Quelimane para o Luabo.

Luabo (2 vezes). Viagem do Luabo para Quelimane e viagem do Luabo para a Beira.

Beira (1 vez). Viagem da Beira para Mambone.

Mambone (1 vez). Viagem de Mambone para Vila de João Belo.

Vila de João Belo (1 vez). Viagem de Vila João Belo para Lourenço Marques.

Nestas 9 estações de abastecimento foram adquiridos 5.924 litros de gasolina, 99 litros de óleo “A” (para motor), 18 litros de óleo “C” (para diferenciais e caixas de velocidades), 13,3 li // [13] tros de óleo “CC” e 4 litros de massa consistente (para lubrificações).

3. RENDIMENTO DAS VIATURAS

L.M. 7050 – Wagon Station “Willys” para o transporte de 6 passageiros – quilómetros percorridos 9,980. Gasolina consumida 1.185,5 litros. Média do consumo aos 100 quilómetros 12 litros.

L.M. 6681 – Camioneta “Studebaker” com a capacidade de 1.000 quilos de carga, rebocando um atrelado “Bantan” com a capacidade de 750 quilos de carga. Quilómetros percorridos 7,284. Gasolina consumida 1.528,5 litros. Média do consumo aos 100 quilómetros 20 litros.

– L.M. 6693 – Camioneta “Studebaker” com a capacidade de 1.000 quilos de carga, rebocando um atrelado “Bantan” com a capacidade de 750 quilos de carga. Quilómetros percorridos 9.579. Gasolina consumida 1.937 litros. Média do consumo aos 100 quilómetros 20 litros. // [14]

L.M. 6661 – Caminhão “Chevrolet” com a capacidade de 4.000 quilos de carga. Quilómetros percorridos 5.261. Gasolina consumida 1.272 litros. Média do consumo aos 100 quilómetros 22 litros.

Tomando em linha de conta as espécies das estradas por onde foram feitos os trajectos, parece-me que se pode considerar de o rendimento dado por todas as viaturas.

4. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Fora das cidades das cidades de Lourenço Marques e da Beira é um problema bastante delicado o da conservação de viaturas automóveis.

Garagens – oficinas só existem nas sedes de Província e de Distrito. Mas é ainda pior a possibilidade de aquisição de peças sobresselentes que, na maioria dos casos, só naquelas duas cidades se encontram à venda.

Nesta 5ª Campanha o problema era ainda mais complicado por virtude da caravana de viaturas automóveis da Missão ser composta por 3 marcas de carros diferentes – Willys, Studebaker e Chevrolet. Da primeira só em Lourenço Marques havia peças, da segunda e ter // [15] ceira conseguiram-se algumas em Nampula.

Apesar de tão longa jornada feita na sua maioria por estradas de má qualidade pois que da arreliante trepidação, ao matope, areia solta, às linhas de água com as entradas íngremes e escalavradas, às pontes de bambu, de tudo foi encontrado pelas viaturas e seus condutores. Pois apesar disso só dois ou três pequenos acidentes se registaram. Um deles foi nos engates para s atrelados manufacturados na garagem do Almoxtarifado de Nampula, os quais por serem muito fracos, se partiram logo na primeira viagem; foram substituídos por outros mais reforçados na referida garagem na viagem de regresso de Alto Molócuè.

Outra pequena avaria foi verificada na Wagon Station – dessoldagem do tubo de ligação da água junto ao irradiador – que foi reparado nas oficinas da Sagal em Porto Amélia. Todas estas avarias foram provocadas pela trepidação das estradas. E finalmente, no caminhão o ter estalado a metade do vidro pára-brisas por virtude talvez da dilatação do metal dos caixilhos.

Conseguir fazer tão grande trajecto com 4 viaturas, às vezes por estradas que só disso tinham nome, sem outros quaisquer acidentes, é digno de especial registo. Tal facto só pode ser atribuído à disciplina mantida na marcha das viaturas que só eram aceleradas no seu andamento, quando as estradas eram conhecidas por // [16] nós. E quando as mesmas eram ignoradas, as velocidades reduziam-se. Que os carros foram sempre conduzidos com prudência prova-o o facto de todos eles se terem mantido com as molas intactas até ao fim da Campanha.

Se parte do êxito alcançado me pode ser atribuído como o orientador das marchas das três viaturas, ele é devido mais à disciplina imposta pelo Senhor Chefe da Missão, que, com o seu prestígio, ordenava a todos o máximo cuidado antes de se iniciarem as viagens.

Devo fazer aqui também uma referência especial aos condutores das restantes viaturas: Norberto Santos Júnior, Mussolini Fajardo e Sande Chico pela forma inteligente como conduziram as que lhes estavam distribuídas e respeitaram as ordens recebidas. Creio ser fácil fazer igual ao que nós fizemos neste capítulo, mas duvido que se faça melhor.

5. COLABORAÇÃO NA ANTROPOLOGIA COMO AUXILIAR DE ANTROPOMETRIA

Em 1936, 1937 e 1945 auxiliei como escrevente o serviço de antropometrista feito pelo Senhor Chefe da Missão Doutor Santos // [17] Júnior. Em 1946 e na presente Campanha fez igual serviço como antropometrista, Norberto Santos Júnior.

Não é difícil para ninguém escrever números que lhe sejam ditados. Durante algumas horas, qualquer pessoa o fará de bom agrado, mas fazê-lo 8 ou 10 horas seguidas, diariamente e durante 4 meses é que já é preciso ser dotado de uma vontade férrea e ter gana. Nunca me faltaram essas duas qualidades e eis a razão porque ainda faço parte da Missão Antropológica.

É tão fastidioso este serviço que o sistema nervoso cria um estado especial de excitação e que predispõe a uma rápida fadiga. Escrever uma ou duas centenas de números é fácil para qualquer pessoa, mas escrever mais de 2.000 diariamente, já é trabalho mais difícil. E o signatário, nos quatro meses que durou a campanha, com o antropometrista Santos Júnior teve muitos dias em que excedeu aquele número.

Depois de um dia de trabalho intensivo – 8 a 10 horas – o antropometrista está completamente exausto, pois que para tirar os dois milhares de medidas fez outras tantas flexões com os músculos dos braços e pernas. O escrevente, embora esteja sentado, está também exausto por virtude de estar aquelas horas na mesma posição e em permanente concentração das atenções auditiva e visual.

Não se julgue, porém, ser possível que tal serviço possa ser feito por quaisquer pessoas sem o devido treino e conhecimen // [18] to. Para se obter um bom rendimento estas duas pessoas têm de se ajudar mutuamente. Um engano, é sempre possível, mas se o escrevente tiver prática da normalidade das diversas medidas, tem por obrigação de observar ao antropometrista o erro dado.

É altura de dizer algumas palavras sobre outra função especial que compete ao escrevente: é a obrigação que tem de ir adquirindo conhecimentos sobre as características das várias tribos examinadas e medidas. Se é missão especial do antropologista fazer a destrinça dos indígenas das várias tribos, cuja pureza lhe interessa, compete também aos restantes membros da Missão ir adquirindo conhecimentos para melhor desempenharem da função. É pelas características faciais que melhor se diferenciam os indígenas das várias tribos e sub-tribos.

Quando pela primeira vez, em Tete, vi o Senhor Chefe da Missão fazer essas observações ele com o seu conhecido modo de ser e como distinto Professor que é, procurou arranjar na minha humilde pessoa um aluno que afinal se veio a transformar em seu assíduo colaborador. Como já atrás disse, tive ocasião de aprender e verificar que as características de um Nhunguè, Tauara ou Macua etc., são bastante diferentes.

As diferenças notam-se especialmente no rosto e, tiradas // [19] as várias medidas para o índice facial, têm elas que se harmonizar dentro da mesma tribo. É aqui que o escrevente tem por obrigação, ao receber a medida do antropometrista, verificar se a mesma está dentro do escalão das que já recebeu dos outros indígenas anteriormente medidos. Se a diferença é grande impõe-se a repetição da medida para sua confirmação ou correcção.

Os cruzamentos encontrados nas várias tribos já estudadas são enormes. É principalmente nas terras próximas do litoral que elas mais se notam. Algumas palavras teria a dizer sobre a sua razão, mas o Senhor Chefe da Missão muito melhor do que eu o fará no seu relatório. Basta que diga que houve terras no litoral onde não foi encontrado um indígena puro na linha ascendente dos dois ramos até aos avós. É a tribo Lómué uma das que me parece que mais se tem cruzado.

Nos inquéritos tribais que diariamente se têm de fazer para verificação da sua pureza é necessário ter certa perspicácia para não ser ludibriado. Há nas terras do litoral muitos indígenas que dizem ignorar tribo a que pertencem. Também houve terras onde foi preciso inquirir quase um milhar de indígenas para se conseguir menos de uma centena que se diziam puros da tribo predominante da região.

A pureza tribal era considerada para aqueles que se dizi // [20] am filhos e netos de pais e avós da mesma tribo. O facto da ignorância dos indígenas da sua tribo não é para admirar pois há autoridades administrativas que também ignoram as tribos e sub-tribos a que pertencem os indígenas das circunscrições que administram. A ignorância é tal que chegam a considerar como pertencendo a determinada tribo conforme a zona em que os indígenas residem, isto é, se vivem na Macuana são todos Macuas, se vivem na região dos Lómuès tudo é Lómuè, etc. Quando afinal há hoje Macuas misturados com Lómuès, como há Lómuès nas terras dos Macuas, etc.

Muito haveria a dizer neste capítulo, mas isso será feito com o devido desenvolvimento pelo Senhor Chefe da Missão que tomou apontamentos sobre estes e os restantes serviços da mesma.

6. APONTAMENTOS SOBRE A ETNOGRAFIA DOS INDÍGENAS “NHUNGUÈS”⁵¹

Tratam as ciências etnográficas do estudo e descrição dos usos e costumes dos povos.

Embora isto à primeira vista pareça fácil, a Etnografia é, no entanto, uma ciência difícil de abranger por virtude da com // [21] tínua variação dos usos e costumes de Nação para Nação, de povo para povo e até dentro do mesmo país de Província para Província.

Assim acontece em todo o mundo e com todas as raças que nele vivem. Só, pois aos Etnógrafos distintos deve ser possível falar desta ciência em toda a sua profundidade e vastidão⁵².

Mas porque o signatário viveu 10 anos em Tete exercendo funções que tinham afinidades com a política indígena, teve, por isso, oportunidade de ver de perto os usos e costumes dos Nhunguè, suas qualidades e defeitos, os quais ainda mantenho bem vivos na memória.

Sem outra pretensão que não seja a de dar o meu modesto contributo para o estudo da Etnografia dos indígenas de Moçambique, vou transcrever alguns apontamentos que possuo sobre o que representam os batuques dos indígenas de Tete, Nhunguè.

É com os batuques que os indígenas de toda a África exteriorizam as suas alegrias ou tristezas, com eles homenageiam as autoridades, curam os seus doentes, feiticeiros, etc.

Cada batuque tem a sua música própria e qualquer indígena ouvindo-a, sabe logo a que aquele se refere. Conheci em Tete quatro espécies de batuques a saber: // [22]

Batuque do “Malombo” ou “Marombo”

Está arreigado na mentalidade dos indígenas de África, como o está ainda em muitas camadas do povo da Metrópole que os Espíritos dos Mortos, quando os familiares descendentes se esquecem de fazer oferendas em benefício das suas almas, voltam novamente ao mundo para se encarnar nesses descendentes, escolhendo de preferência as mulheres.

⁵¹ O essencial deste capítulo foi posteriormente publicado. SANTOS, Luís dos (1949) “Apontamentos sobre a Etnografia dos Nhunguè. Cerimónias gentílicas”, *ANAIS ñ Estudos de Antropologia*, 1949 (separata) J.I.C., 16 p., Lisboa.

⁵² As palavras “em toda a sua profundidade e vastidão” foram acrescentadas a lápis azul.

Segundo as várias informações que recebi, os sintomas dos atacados pelos espíritos, manifestam-se por contínuos ataques com perda dos sentidos ficando inconscientes.

Em Tete, quando tal acontece, diz-se que têm Malombo ou Marombo⁵³ e vão as famílias logo procurar o Nhabeze – // [23] médico indígena da povoação – o qual prescreve para a cura ou saída do mesmo, a realização de um batuque Malombo que é feito com seguinte cerimonial:

A família do doente trata logo de fazer a bebida necessária para a cerimónia Pombe (bebida cafreal que eles obtêm por meio de fermentação do milho ou mapira), de preparar a farinha bastante para dar de comer aos assistentes e um cabrito que tem de ser sacrificado. Ao cabrito dão o nome de Busi. Vai também à autoridade da área solicitar a respectiva licença que é sempre concedida, convida os batuqueiros para tocarem os tambores N’Goma e algumas mulheres para assistirem, dançarem e cantarem.

Se as pessoas da família do doente têm meios, convidam o Nhabeze a vir a casa dela fazer a cerimónia pagando-lhe o incómodo, mas se o não têm, esta é feita na palhota ou cercado do mesmo Nhabeze.

O ritual da cerimónia é o seguinte: No meio de uma palhota ou dentro do cercado – quinteiro – é estendida no chão uma esteira onde a doente se deita envolta num pano e completamente coberta com outro. À sua volta formando círculo, colocam-se os batuqueiros com os respectivos tambores N’Goma e as mulheres convidadas. O cabrito Busi é também colocado próximo, amarrado a qualquer coisa.

Quando o Inhabeze dá as suas ordens começa o batuque que tem a sua música própria. As mulheres assistentes batem as palmas e cantam em música bastante monótona. Uma ou outra com a língua que enrolam entre os lábios dão uns gritinhos estridentes a que chamam M’Tongulo. Alternadamente e uma de cada vez, as mulheres dançam em volta da doente, saracoteando-se e batendo as palmas.

O tempo de duração destes batuques regula por 48 horas, // [24] devendo o espírito a que chamam Matumonho sair neste lapso de tempo.

⁵³ Nota do autor: “Por vezes é difícil distinguir em certas palavras indígenas o *L* ou o *R*. Em alguns casos a pronúncia parece ser um misto destas duas letras e daí uns tomarem-na por um *L* outros por um *R*. Noutros casos averigua-se com segurança que uns indígenas pronunciam *L* e outros *R*. Nas muitas discussões que tivemos sobre este e outros assuntos de linguística ouvimos repetidas vezes ao Senhor Chefe da Missão realçar a necessidade da criação de uma brigada de estudos linguísticos com os indispensáveis aparelhos de registo fonético”.

Se durante estes dois dias ele não saiu, o batuque termina e a família vai procurar outro Inhabeze de maior categoria, que manda fazer igual cerimónia. Se o mesmo ainda continua a negar-se a sair vão sempre mudando de Inhabeze acabando o Matumonho” por desaparecer.

Quando se dá o milagre da saída do espírito Matumonho, a doente apresenta como primeiro sintoma grandes convulsões e passadas estas levanta-se anunciando aos gritos a saída daquele e, dirigindo-se à palhota próxima tira todos os panos que tinha enrolados ao corpo que, por estarem contagiados do Matumonho não podem mais ser vestidos, recebendo outros novos que lhe são entregues pela mãe ou qualquer outro familiar.

O Inhabeze, que está presente coloca-lhe nos artelhos pulseiras com cascavéis a que chamam M’Suau entregando-lhe ao mesmo tempo uma Guangua, espécie de machado que só os Inhabezes podem usar, e ela vem com ele na mão dançar o batuque, ao mesmo tempo que todos os assistentes exteriorizam o seu contentamento fazendo um enorme alarido.

Nesta altura, um dos batuqueiros vai buscar o cabrito e mata-o aparando o sangue para dentro dum prato de pau o qual entrega à doente que dele bebe em primeiro lugar, dando em seguida a beber também a todos os assistentes. // [25]

Segundo me disse o informador, a razão de eles beberem o sangue cru, é para que o Matumonho fique contente, visto que ele no mato, por onde anda, não comer nada cozido.

A doente depois de lhe sair o Matumonho recupera a noção das coisas que até ali tinha perdido e faz perguntas às pessoas de família como se acabasse de regressar de uma longa viagem.

Nos anos seguintes mas só com pombe e farinha, as pessoas de família daquela que tinha o Matumonho repetem a cerimónia, espargindo pequenas quantidades daquelas duas coisas no chão da palhota e fazem comida e bebida que dão ao espírito.

O signatário teve ocasião de apreciar alguns batuques de Malombo, sem contudo, chegar a ver o fim da cerimónia.

Batuque de “Nhangá”

É costume entre os Nhunguês de Tete, quando lhes morre qualquer pessoa de família, depois de terem enterrado o morto, e durante o tempo que dura o luto – dois a três meses – uma noite em cada semana, homenagearem a sua alma com um batuque a que dão o nome de Nhangá.

Este batuque é composto de cinco batuqueiros que tocam tambores N’Goma e alguns indígenas tocando com a boca umas gai // [26] tas a que chamam M’Tete – dão-lhe este nome por serem feitas de caniços ao

qual a língua chinhungue se chama mitete ou m'tete – estes têm mais nos artelhos umas espécies de pulseiras com cascavéis ou pequenas latas a que chamam m'suau.

A cerimónia tem o seguinte ritual: Os familiares do falecido colocam-se dentro da palhota onde este faleceu, fazendo de carpideiras, chorando ao mesmo tempo e alternadamente a que chamam “estar a sentir”, enquanto que os batuqueiros tocam nos tambores N'Goma, a música própria e os indígenas das gaitas m'tete e cascavéis m'suau, vão dando voltas ao terreiro do batuque tocando as gaitas e, com certo ritmo no passo, acompanham o toque dos tambores, fazendo as pulseiras dos artelhos uma música que se torna interessante.

Batuque de “Cheoere”

Este batuque que serve também para homenagear os mortos diferindo do Nhangá por dele não fazerem parte os indígenas que tocam os M'Tete e M'Suau e só podem estar no mesmo três batuqueiros de N'Goma.

Os familiares dão simplesmente como paga aos batuqueiros e tocadores destes dois batuques alguns púcaros de pombe. // [27]

Batuque de “Macangando” ou “M'Vula”

Quando o homem “leão” (M'Pandoro) chega a uma povoação toca-se este batuque que tem a sua música própria e os indígenas ao ouvirem-no reúnem-se todos na mesma povoação acompanhados dos respectivos Inhacúua (régulo) e fumos (indunas)⁵⁴.

Depois de estarem todos reunidos, o homem leão M'Pandoro aparece sempre acompanhado de garotas começando a dizer-lhes o que se passa nas outras terras que os presentes não conhecem, informando-os se nas mesmas há fome ou fartura e do procedimento dos brancos e indígenas de lá.

⁵⁴ Nota do autor: *Induna*: designação de autoridade indígena, em regra chefe de povoação, usado sobretudo na província do Sul do Save. Sobre a origem desta palavra, Baumann e Westermann a pag. 126 do seu livro *Les peuples et les civilisations de l'Afrique suivie des langues et de l'éducation*, tradução francesa por L. Homburger, Paris 1948, dizem: Tchaka, o célebre chefe militar zulo conhecido pelo nome de “Napoleão Africano”, nascido em 1787, lançou em 1808 as bases da sua organização guerreira militarizando o seu povo para o que “il transforma les clans en régiments avec des chefs de guerre, les *induna*. Este mesmo Tchaka organizou um serviço militar para as mulheres e não permitiu que os homens se casassem senão depois dos 30 anos e antes dos 40”.

Seguidamente denuncia as pessoas da povoação que têm praticado furtos nas propriedades vizinhas, obrigando os gatunos a pagarem aos donos. Causa admiração aos presentes ele saber de tudo o que se passou e o Inhacuáua concorda sempre com o que ele diz chamando-o “Mambo”⁵⁵.

Anuncia também a fartura ou fome do ano agrícola seguinte, pedindo-lhe ao mesmo tempo para darem oferendas e ele mandará vir chuva para terem um ano farto.

As oferendas constam de dinheiro, cabritos, porcos, galinhas, farinha ou qualquer coisa de comer. // [28]

Depois de todos terem ido buscar as suas oferendas, vão acompanhados do homem leão M’Pandoro, e dirigem-se ao Muzimo da povoação (lugar sagrado), indo os batuqueiros à frente tocando os tambores N’Goma.

Chegados ali, colocam as oferendas no chão e regressam todos à povoação com o mesmo cerimonial. O leão M’Pandoro vai depois ao Muzimo buscar as oferendas com a certeza absoluta de que elas ainda ali se encontram, pois sabe muito bem que nenhum indígena é capaz de se aproximar do local sem a sua companhia. Comentário a esta espécie de Inhabezis ou feiticeiros, de facto passados directamente com o signatário, quando da sua estadia em Tete.

Está de tal forma arreigado entre os Nhunguês de Tete o poder sobre humano dos Inhabezis ou feiticeiros conhecidos por M’Pandoro (homem leão) ou Macangando ou M’Vula (homem que faz vir a chuva) ou ainda Mambo (homem que manda em todos) que, quando eles aparecem nas povoações dão-lhes tudo quanto lhes apetecer, incluindo até as filhas para desflorar. Na sua mentalidade atrasada nada se lhes pode negar para que fiquem satisfeitos, pois eles tudo podem, por falarem com Molungo – Deus.

⁵⁵ Nota do autor: “Homem grande, superior a todos. Para que possa fazer-se uma ideia da extraordinária influência exercida por estes feiticeiros ou adivinhos no espírito crédulo dos pretos, transcrevo uma passagem do trabalho “Etnografia sobre os Macuas”, apresentado em concurso pelo distinto administrador Abel dos Santos Baptista no qual, a pág. 34 (original dactilografado) do capítulo sobre feitiçaria se lê: “Cabe aqui contar em breves linhas que de certa ocasião em que eu era encarregado da Administração do Concelho de Nampula, descobri o estranho caso de uma mulher que confessava ter roubado a si mesma um cabrito porque o “muave” assim falava. Perguntada se se lembrava de ter comido o cabrito, respondia que não mas que devia tê-lo feito a dormir, porque o adivinho dissera que o autor do roubo, de que ela se queixava, era ela própria.” Bem singular é esta crença na infalibilidade das adivinhações de toda uma série de curandeiros, feiticeiros ou adivinhos tais como *nhabézis* ou *inhabézis*, *nigangas*, *m’pandoros*, *mifeza*, *macangandos* ou *mívilas*, etc., intrujões que influenciando profundamente a alma infantil dos negros os leva, tantas vezes, à prática de crimes realizados com estranha sensibilidade ou impressionantes requintes de barbárie”.

O seu aparecimento nas povoações costuma ser entre os meses de Setembro a Novembro, ocasião propícia para exercerem a sua nefasta profissão, por ser altura em que os indígenas andam na labuta das “colinas” (cavar a terra das 2 machambas” para as sementeiras do ano agrícola seguinte) e mais desejarem a chuva.

Têm um poder de tal ordem que ninguém é capaz de os acusar às autoridades, e o signatário, tendo em Tete sob seu comando 25 guardas auxiliares indígenas, destes só dois o informavam da chegada dos intrusos; os restantes não eram capazes de o fazer. As próprias autoridades indígenas Inhacúuas (régulos) e fumos (indunas), têm por eles o máximo respeito, e nunca os denunciam às autoridades administrativas.

Não admira que tal aconteça naquelas mentalidades tão atrasadas pois que, aquele homem indica a data certa da chuva, sabe indicar os que furtoaram durante o ano, se quiser transforma-se em M’Pandoro ou seja homem leão, e assim transformado mata as pessoas e os seus gados, se se quiser vingar ou afugentar para longe da povoação os verdadeiros leões da selva.

De todas estas crendices o signatário teve conhecimento em Tete, e por isso lhe moveu uma guerra sem tréguas, prendendo-os e castigando-os quanto fosse humanamente possível.

Devo aqui descrever um dos episódios passados comigo em Tete com estes feiticeiros: Um dos cabos auxiliares indígenas meu subordinado, o Caeta // [30] no de Abreu, informou-me de que estavam quatro M’Pandoros nos bairros indígenas de Tete fazendo as suas colheitas. Acompanhado do referido cabo, fui imediatamente à povoação prendê-lo. Antes da prisão perguntei-lhe se eles eram de facto leões e todos me responderam resolutamente que sim.

Conduzidos ao Comissariado, quando ali chegámos estava nesse momento a descarregar um caminhão com sacos de mapira que tinham o peso de 100 quilos cada um. Mandei parar a descarga que estava sendo feita pelos reclusos e perguntei novamente aos intrusos se confirmavam ser leões. Responderam afirmativamente e com ar de certa superioridade. Disse-lhes então que, se o eram, deviam ter muita força. Responderam que sim, que tinham a força dos leões.

Em face desta resposta, ordenei-lhes que descarregassem os sacos do caminhão. Os homens eram já de certa idade e verifiquei que eles não tinham força para isso. Os quatro agarraram-se a um saco para o conduzir mas eu, intervindo, disse-lhes que não era isso que queria, cada um deles teria de levar seu saco.

Eles tentaram cumprir a ordem mas todos cáiram no chão com o saco por não poderem com ele. Ordenei-lhes peremptoriamente que o tinham que transportar mas eles coitados apesar de várias tentativas feitas mal conseguiram mover o saco do chão. Disse-lhes: – “Afinal vocês não têm força e por isso não são leões como // [31] dizem”. Responderam-me então, na presença de uns vinte reclusos “que de facto não eram nada leões e diziam sê-lo para explorar os outros indígenas”. Esta confissão deu lugar a grande troça por parte dos indígenas assistentes.

Naquele ano, as chuvas vieram muito atrasadas pois já estávamos quase no fim de Novembro sem ter chovido. Comecei a notar nos presos indígenas e nos meus próprios criados um certo ar de tristeza.

Intrigado com isso, um dia, ao jantar perguntei ao criado que estava a servir-me a razão porque ele e os presos andavam tristes. Respondeu-me com estas palavras: – “Sim patrão, os presos não andam contentes por causa do patrão ter os leões aqui presos no Macantondo (Comissariado) porque vamos passar este ano muita fome. Os leões dizem que não choverá enquanto eles aqui estiverem presos”.

Ainda naquela noite mandei chamar o cabo Caetano e pedi-lhe para ir averiguar discretamente se era verdade os presos leões terem metido aquela patranha na cabeça dos outros indígenas. Passado pouco tempo veio o referido cabo confirmar o facto. Porque o caso em si era grave e podia trazer-me alguns dissabores, tive uma intervenção rápida e enérgica no assunto e, munindo-me da palmatória fui ao calabouço onde estavam os quatro leões // [32] aplicando a cada um algumas palmatoadas. Não deixa de ser interessante referir que eles ao sentirem nas mãos o efeito da palmatória, urravam como verdadeiros leões da selva.

Depois de ter mandado aplicar os castigos notei na fisionomia dos outros presos e mesmo na dos guardas auxiliares indígenas, sinais evidentes de medo, concluindo logo que não tinham ficado satisfeitos com o meu procedimento. Este facto não me admirou, pois mesmo já contava com ele. Tive, por isso, de fazer uma prelecção a todos, procurando fazer-lhes ver que estavam enganados e que os homens leões não passavam de intrujões e seus exploradores.

Acontece que no dia seguinte, por sorte, começou a chover copiosamente em Tete. Aproveitei a circunstância para troçar dos homens leões e dizer aos indígenas que afinal a chuva tinha vindo por eu ter aplicado o castigos aos M’Pandoros e que se ela faltasse no futuro já sabia o que tinha a fazer para ela vir. É claro que isto não passava de um gracejo. A propósito, recordo-me bem que aquele ano agrícola foi um dos melhores que vi em Tete devido à regularidade das chuvas.

Devo aqui também relatar qual a pena que as nossas autoridades administrativas aplicam a estes feiticeiros. Organizam contra eles um processo administrativo findo o qual os condenam em um a três anos de desterro para qualquer outra parte da Província. Tal leve pena dá em resultado que eles nunca sejam exterminados // [33] ou abandonem tão nefasta profissão, antes pelo contrário propagam-se.

Quando nesta 5ª campanha (1948) encontramos presos em Pebane e Marromeu, duas quadrilhas de indígenas acusados de antropofagia, pertencentes a uma seita de “homens-leões” e a segunda a “homens-leopardos” os quais nos processos eram acusados de assassinato de algumas dezenas de indígenas, comendo-os em seguida, surgiram no meu espírito dúvidas sobre se os feiticeiros M’Pandoros que eu tinha prendido em Tete, não exerceriam também antropofagia sem que o tivesse averiguado.

Como tinha na minha Repartição um servente indígena Nhungué de Tete, procurei por seu intermédio obter informes a esse respeito. Mas eles confirmando tudo o que escrevi sobre estes feiticeiros, afirmou-me no entanto que os de Tete não matam gente nem são antropófagos. Será assim?⁵⁶

Este mesmo informador que se chama Juga Tanasse ou José disse-me que na alta Zambézia existe uma outra espécie de feiticeiros a que eles chama M’feze que matam gente para lhes levarem a cabeça e as vezes alguns ossos que trazem consigo mas que não comem a carne das suas vítimas.

Esta espécie de feiticeiros, segundo o mesmo informador, tem um enorme poder na vista e que os seus olhos têm uma intensidade de luz enorme muito parecida com a das lanternas eléctricas e que // [34] fixando qualquer pessoa e fazendo gestos com as mãos a deixam absolutamente inanimada (nós chamar-lhe-íamos hipnotizadores).

Estes mesmos feiticeiros não trabalham. Vivem do roubo e todos os indígenas quando os encontram fogem deles com medo de serem agarrados e mortos.

Palavras finais

Como disse na abertura deste relatório, por não contar de o fazer, poucos elementos guardei dos colhidos nesta 5ª campanha da Missão Antropológica e, por essa razão, tinha de ser resumido.

É pois um trabalho modesto.

⁵⁶ As palavras “será assim?” foram inseridas a lápis azul.

Oxalá, no entanto, que o Senhor Chefe da Missão possa encontrar nele alguns elementos. Se isso acontecer, considerar-me-ei suficientemente compensado das horas que perdi em o escrever.

É muito ingrata a função da Missão Antropológica em relação às outras Missões científicas que presentemente trabalham em Moçambique. Enquanto a matéria-prima dos estudos desta é relativamente fácil de conseguir e manejar, salvo talvez o que respeita à Missão Zoológica, a Missão Antropológica tem que lidar com seres humanos – os negros – os quais lhe têm de ser fornecidos pelas autoridades administrativas. E se algumas destas autoridades apresentam com facilidade a matéria-prima abundante, outras houve // [35] que tiveram grandes dificuldades em o fazer alegando motivos fúteis.

A alguns meses do terminus desta árdua 5ª campanha, já portanto, refeitos dos trabalhos e canseiras porque passámos naquelas ricas províncias do Niassa e da Zambézia, passam pela nossa mente as imagens daqueles milhares de indígenas que nos foram presentes para observar, uns com as suas indumentárias garridas demonstrando aproximação com a civilização, outros só com o mísero pedaço de pano algumas vezes de casca de árvore enrolado no tronco, denunciando miséria e atrasado estado de civilização.

Recordam-me igualmente aquela boa disposição que todos apresentávamos depois de um dia de intensivo labor com grande rendimento de serviço, assim como o ar contristado daqueles dias em que por falta de matéria-prima – os negros – isso não acontecia.

Esquecidos da mosca “tsé-tsé”, dos mosquitos e das águas infestadas dos terríveis parasitas provocadores da bilharziose, tudo isso se esquece por sabermos que com eles a ciência aproveitou para BEM DA NAÇÃO.

Lourenço Marques, 19 de Maio de 1949
O Auxiliar Graduado Diplomado de 1ª Classe
Luís dos Santos // [36]

III – RELATÓRIO DA ACTIVIDADE MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE EM 1950

Prosseguiram os trabalhos de gabinete na metrópole, e em Moçambique que o Sr. António Augusto, que foi adjunto da 5ª campanha (1948) e chefe da brigada de Psicotecnia continuou, em regime de tarefa, o estudo dos materiais colhidos nas últimas campanhas tendo mandado alguns trabalhos, um dos quais foi presente ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado em Lisboa no mês de Outubro p.p.

ANTROPOLOGIA FÍSICA OU SOMATOLOGIA

Prosseguiu-se na determinação de índices que, praticamente, está completa a uma média de 10 índices por indivíduo. Esses índices são: cefálico, facial de Garson, facial fisionómico, facial morfológico, jugo-frontal, jugo-mandibular, nasal, da saliência do nariz, auricular, célico ou esquelico, de corpulência e regime de Pignet.

Como o número de pretos medidos nas últimas campanhas foi de 8.030, os índices determinados, e organizados em tabelas por tribos e por sexos, devem andar pela ordem de 70.000 a 80.000, o que é um excelente lote de material de estudo.

Como disse, e repito, praticamente as determinações de índices estão feitas. É possível que ulteriormente haja necessidade de determinar mais um ou outro índice num ou noutro lote de indivíduos. Isso porém nada será comparado com o que está feito e representa muitos meses de trabalho de ajudante e auxiliares accidentais.

Fizeram-se tabelas de cálculo estatístico da maior par // [1] te dos índices e foram organizadas as seriações que permitiram a determinação das respectivas médias, máxima e mínima, mediana, desvio padrão e erros prováveis das médias e dos desvios padrões. Neste capítulo foi elaborado pelo chefe da Missão um trabalho intitulado *Carta Etnológica de Moçambique* que foi presente ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado em Lisboa no mês de Outubro p.p.

PSICOTECNIA

Este importante capítulo da Antropologia, a partir da 4^a campanha (1946) ficou a cargo do Sr. Dr. António Augusto, antigo inspector escolar e residente em Lourenço Marques. O Sr. Dr. António Augusto tem sido um excelente colaborador da Missão, à qual tem prestado com singular dedicação muito bons serviços como Adjunto e Chefe da Brigada de Psicotecnia.

Este ano, dele foram publicados os seguintes trabalhos:

Dr. António Augusto (Adjunto e Chefe da Brigada de Psicotecnia), *Medições de inteligência de algumas tribos indígenas da Zambézia e do Nassa – Moçambique*, ANAIS, vol. III, tomo V, 41p.

Dr. António Augusto (Adjunto e Chefe da Brigada de Psicotecnia), *Nível intelectual de algumas tribos de Moçambique, Memórias, série Antropológica e Etnográfica, III Estudos Psicotécnicos, 78p., XLII est., 24 figs.*

Na revista “A Criança Portuguesa” da direcção do ilustre colega Doutor Victor Fontes, director do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, está em publicação o seguinte trabalho: // [2] Dr. António Augusto, *A evolução intelectual em crianças pretas de Moçambique*.

Ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências foi presente o trabalho: Dr. António Augusto, *Inteligência global dos Macuas*.

ETNOGRAFIA

Cuidou-se da colecção dos objectos gentílicos que têm sido colhidos nas várias campanhas da Missão. Alguns estão expostos na sala colonial do Museu Antropológico da Universidade do Porto mas outros, dada a pequenez da sala, conservam-se em depósito.

Sobre os materiais etnográficos recolhidos pela Missão real⁵⁷ realizaram-se este ano os seguintes trabalhos:

J.R. dos Santos Júnior (chefe da Missão), *A alma do indígena através da Etnografia de Moçambique*. Conferência lida na sessão solene de encerramento da Semana do Ultramar Português realizada em 29 de Abril p.p. na Sociedade de Geografia de Lisboa sob a presidência de Sua Exce-lência o Sub-Secretário de Estado das Colónias. Esta conferência está em publicação no Boletim da Sociedade de Geografia.

Luís dos Santos (Ajudante da Missão), *Apontamentos sobre a etnografia dos Nhungués – cerimónias gentílicas*, 16 p., publicado nos ANAIS da // [3] Junta de Investigações Coloniais.

⁵⁷ Assim no texto.

J.R. dos Santos Júnior (chefe da Missão), e Norberto dos Santos (Ajudante da Missão), O Mapico, batuque dos Macongés. Este trabalho foi apresentado ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, em Outubro p.p.

J.R. dos Santos Júnior (chefe da Missão), e Dr. Fernando Barros (médico da Sena Sugar Estates), Notas etnográficas moçambicanas. Trabalho de colaboração com o distinto médico Dr. Fernando Barros que trabalhou no Luabo (Zambézia) onde o encontramos em 1948 e que à Missão prestou auxílios valiosos.

Este trabalho foi apresentado ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, em Outubro p.p.

Norberto dos Santos (Ajudante da Missão) e Luís dos Santos (Ajudante da Missão), O Muzimo do abrigo com pinturas da Mavita. Este trabalho foi também apresentado ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, em Outubro p.p. // [4]

DERMOPAPILOSCOPIA

O ajudante contratado na Missão, Joaquim Norberto dos Santos, cujo contrato findou em Julho p.p. e ainda não foi renovado, continuou com os estudos de dermopapiloscopia do abundante material em arquivo.

Nas campanhas de 1945 e 1948 colheram-se impressões dermopapilares (das polpas dos dedos das mãos, digitais, palmares e plantares, ao todo 16 em cada preto) em cerca de 1.800 indígenas. Algumas tiveram de ser postas de parte quer devido a mutilações de dedos quer a cicatrizes largas das polpas, de modo que a série para estudo ficou reduzida a 1698 casos (399 da campanha de 1945 e 1.299 da campanha de 1948) o que perfaz um total de 27.169 impressões.

O ajudante referido ultimou o estudo de 16.980 impressões roldas dos dedos e elaborou um trabalho que foi enviado à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. Este trabalho intitula-se: Impressões dermopapilares de indígenas de Moçambique, II. Novos elementos para o estudo dos desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos.. Este trabalho está em via de publicação nos ANAIS da Junta.

Ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, em Outubro p.p foi apresentado o seguinte trabalho: Joaquim Norberto dos Santos (Ajudante da Missão), Impressões digitais em negros de Moçambique.

O mesmo Ajudante iniciou o estudo das impressões palmares no qual espera poder prosseguir. // [5]

PRÉ-HISTÓRIA

Nas várias campanhas de trabalhos de campo em Moçambique têm sido feitas colheitas de instrumentos de pedra em estações paleolíticas e do Middle Stone Age complex sul africano. Este material está em depósito no Museu Antropológico da Universidade do Porto e vai sendo estudado na medida do tempo que me ficou livre das ocupações docentes universitárias e das possibilidades materiais para pagamento dos muitos desenhos que há a fazer.

Também estudámos algumas pinturas rupestres moçambicanas de que trouxemos os respectivos elementos de estudo. Este ano pudemos, com a colaboração do hábil desenhador Francisco de Sousa, fazer o conjunto pictórico das pinturas rupestres de Riane e alguns aspectos das pinturas rupestres da Mavita. Juntam-se provas das respectivas reproduções litográficas.

Planeio uma obra de conjunto de todas as pinturas rupestres de Moçambique de que a Missão descobriu algumas estações e estudou outras descobertas por funcionários coloniais. Uma monografia de arte rupestre moçambicana seria um trabalho de maior interesse científico mas para a elaboração do mesmo seria necessário tempo e continuidade de estudo.

Um trabalho de tal natureza, implica grande responsabilidade, dados dos já importantes estudos feitos e publicados na África do Sul. Tentei a aquisição da bibliografia desta matéria mas não me foi possível adquirir senão um livro e não dos mais importantes.

As dificuldades para a realização dum trabalho de tal envergadura são muitas mas com tempo e com boa vontade tais dificuldades seriam vencidas, estou certo disso. // [6]

No capítulo da pré-história foi elaborado o seguinte trabalho:

J.R. dos Santos Júnior (chefe da Missão) Carta da Pré-História de Moçambique. Este trabalho foi apresentado ao congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado em Lisboa p.p. // [7]

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DA MISSÃO EM 1950

Trabalhos publicados:

J.R. dos Santos Júnior (chefe da Missão), Lista dos trabalhos da Missão antropológica de Moçambique.

Dr. António Augusto (Adjunto da Missão e chefe da Brigada de Psicotecnia), Medições de inteligência de algumas tribos indígenas da Zambézia e do Niassa-Moçambique, ANAIS, vol. III, tomo V, 41p.

Dr. António Augusto, Nível intelectual de algumas tribos de Moçambique, Memórias, Série Antropológica e Etnográfica, III, Estudos Psicotécnicos, 78p., XLII est., 24 figs.

Luís dos Santos (Ajudante da Missão), Apontamentos sobre a Etnografia dos Nhungués – cerimónias gentílicas, ANAIS, 16p.

Trabalhos em publicação:

J.R. dos Santos Júnior, A alma do indígena através da Etnografia de Moçambique, em publicação no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Dr. António Augusto, A evolução intelectual em crianças pretas de Moçambique, em publicação na revista “a Criança Portuguesa”.

J. Norberto dos Santos (Ajudante da Missão), Impressões dermopapilares de indígenas de Moçambique, II. Novos elementos para o estudo dos desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos.. Este trabalho está em via de publicação nos ANAIS da Junta. // [8]

Trabalhos apresentados no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa, em Outubro p.p.:

J.R. dos Santos Júnior, Carta Etnológica de Moçambique.

J.R. dos Santos Júnior, Carta da pré-história de Moçambique.

J.R. dos Santos Júnior e Pe. Francisco Castro (Antigo missionário e autor de vários trabalhos sobre a língua Macua), Notas de vocabulário indígena do Niassa e da Zambézia.

Dr. António Augusto, Inteligência global dos Macuas.

J. Norberto dos Santos, Impressões digitais em indígenas de Moçambique.

J.R. dos Santos Júnior e Dr. Fernando Barros (médico de Sena sugar no Luabo, Zambézia), Notas de Etnografia Moçambicana.

J.R. dos Santos Júnior e J. Norberto dos Santos. O “Mapico, batuques dos Macondes.

J. Norberto dos Santos e Luís dos Santos (Ajudantes da Missão), O “Muzimo” do abrigo com pinturas rupestres da Mavita. // [9]

Trabalhos em preparação:

Microcéfala da tribo Gorongosa, por Santos Júnior

Índice cefálico nos negros de Moçambique e tentativa de elaboração duma carta de isaritnas, por Santos Júnior

Bantos orientais e bantos meridionais, por Santos Júnior

Pinturas rupestres de Moçambique, por Santos Júnior

Inteligência global dos Lómués, por António Augusto

Inteligência global dos Senas, por António Augusto

Notas sobre o índice esquelético nalguns negros de Moçambique, por J. Norberto dos Santos

Impressões palmares em pretos de Moçambique, por J. Norberto dos Santos

Notas etnográficas de negros de Manica e Sofala, por Adelino Joaquim Pereira Soares de Castro, ajudante da 3ª campanha da Missão (1945)

Contribuição para o estudo da tatuagem dos negros de Manica e Sofala, por Cândida Pessanha Soares de Castro, Auxiliar voluntária da 3ª campanha da Missão (1945). // [10]

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Num relatório, como o próprio nome indica, há que expor aquilo que se fez. São as páginas que atrás ficam. Seja-me permitido porém fazer algumas considerações sobre o modo como têm decorrido os trabalhos da Missão.

Duração – a Missão Antropológica foi criada em 1936 pelo então Ministro das colónias Dr. Francisco Vieira Machado. Vive portanto há 14 anos. Tempo mais que suficiente para se fazer o reconhecimento antropológico da colónia de Moçambique embora ele tenha 771.125 km² de superfície e a linha da costa se desenvolva numa extensão de cerca de 2.600 km.

O que é certo é que ainda não está feito o reconhecimento total da colónia. Razão da irregularidade da organização das campanhas de trabalhos em África.

1ª campanha	1936
2ª campanha	1937
3ª campanha	1945
4ª campanha	1946
5ª campanha	1948

Se a 6ª campanha se tivesse feito em 1949, como aventei, nesta altura estaríamos a ultimar os trabalhos de conjunto que, necessariamente, hão-de fazer-se após o reconhecimento total da colónia. Não houve sequência nas campanhas.

Entre a 2ª e a 3ª campanhas passaram-se 8 anos sem que prosseguissem os trabalhos de campo, como era natural que tivessem prosseguido e várias vezes alvitrei. // [11]

Pessoal – Dum modo geral, o pessoal tem sido sempre pouco, mesmo muito pouco, para a extensão da tarefa a realizar e, o que tem sido pior, não tem havido continuidade no mesmo. Com os materiais já colhidos, se se tivessem condicionado as coisas no sentido de preparar pessoal conveniente, muito mais se poderia ter feito do que aquilo que se fez.

1ª campanha (1936) – Fui sozinho da metrópole. Na colónia prestou-me auxílio, e valioso, o Sr. Luís dos Santos que então conheci em Tete, onde desempenhava as funções de chefe da Polícia. O auxílio prestado pelo Sr. Luís dos Santos foi, por assim dizer, espontâneo e sem qualquer remuneração. Nesta 1ª campanha nem sequer foi fornecido material de acampamento. Pode ver-se o que escrevi no Relatório da Missão Antropológica à África do sul e a Moçambique publicado no fasc. III-IV do vol. VII da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1938, p.297.

Na 2ª campanha (1937) – De novo fui sozinho e em Moçambique não tive outro colaborador a não ser o Sr. Luís dos Santos que continuou a prestar à Missão muito bons serviços e sem qualquer remuneração.

Na 3ª campanha (1945) – Fui de Portugal com o Ajudante Norberto dos Santos, então contratado por 5 anos. Em Moçambique pude agregar 5 companheiros: Dr. António Barros (médico e professor do Liceu de Lourenço Marques), Tenente Simões Alberto, Luís dos Santos (chefe da Polícia de Viação e Trânsito), Adelino Joaquim Pereira (Chefe de Posto) e Sérgio Alves (Secretário do Quadro Administrativo). // [12]

Na 4ª campanha (1946) – Fui de Portugal com o Ajudante Norberto dos Santos e Tenente Simões Alberto que viera à metrópole para se adestrar como antropometrista no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, da direcção do meu Mestre e eminente antropologista, o Prof. Mendes Correia.

Infelizmente, o tenente Simões Alberto não correspondeu e, finda a 4ª campanha, deixou de prestar serviços à Missão.

Em Moçambique, pude agregar apenas 3 companheiros: Dr. António Augusto (antigo Inspector Escolar), Luís dos Santos e Mussolini Perfume Fajardo (Ajudante de taxidermista do Museu Álvaro de Castro, em Lourenço Marques).

Na 5ª campanha (1948) – Fui da metrópole com o Ajudante contratado Norberto dos Santos e o capitão Simões Martinho que, por sugestão do então ministro das Colónias, Capitão Teófilo Duarte, seguiu com o encargo especial dos estudos de deslocamento das povoações indígenas e seu aldeamento. Em Moçambique pude agregar apenas os 3 companheiros, Dr. António Augusto, Luís dos Santos e Mussolini Perfume Fajardo, que tinham colaborado na 4ª campanha.

Para que se possa ajuizar da insuficiência do pessoal exemplificaremos com a 5ª campanha (1948) em face das brigadas nela existentes e que eram as seguintes:

Antropologia Física, Somatologia e Raciologia

Chefe – o chefe da Missão

Ajudante – Norberto dos Santos
Psicotecnia
Chefe – Dr. António Augusto
Ajudante – // [13]
Etnografia
Chefe –
Ajudante – Luís dos Santos
Aldeamentos e Deslocamentos de Populações
Chefe – Capitão Simões Martinho
Ajudante –
Pré-história
Chefe –
Ajudante –
Antropobiologia (constitucionalística e grupos sanguíneos)
Chefe –
Ajudante –
Linguística
Chefe –
Ajudante –

A esta lista de 7 brigadas podíamos acrescentar a dermopapiloscopia que tem estado a cargo do Ajudante Norberto dos Santos. Quer dizer: o quadro do pessoal da Missão devia ter no mínimo 14 pessoas, 7 chefes de Brigada e 7 ajudantes. Em várias oportunidades tenho realçado as vantagens de preparar pessoal da colónia para o prosseguimento dos estudos antropológicos poder ser feito em maior continuidade do que a que se observa no regime das Missões de 4 ou 5 meses de duração.

Há que preparar funcionários coloniais para levarem a cabo os estudos que competem a uma Missão Antropológica. Se não quiserem mandá-los à metrópole, em Joanesburgo ou Cape Town podem facilmente ser adestrados. Para a Linguística cheguei a trocar impressões com o Prof. Lestrade da Universidade de Cape Town, que se // [14] prontificou a receber no seu Instituto de Línguas Africanas um ou mais funcionários da colónia, que ali quisessem ir preparar-se para o importantíssimo estudos das línguas moçambicanas e sua dialectologia. Este estudo tem que ser feito mais tarde ou mais cedo, e cada ano que passa é uma não só perda de tempo mas o que é pior, uma perda de oportunidades. As línguas, como tudo o que é vivo, evoluem, e quanto mais tardarmos neste estudo mais evoluídas, mais influenciadas, menos puras serão as línguas.

Em duas campanhas de trabalhos de campo e num estágio de alguns meses num Instituto especializado podia preparar-se convenientemente pessoal para prosseguir nos estudos de Etnografia, Linguística, Antropologia, Hematologia e Pré-história e realizar o seu estudo integral.

Foi por isso que, aquando da organização da última campanha (1948), indiquei os nomes de 13 funcionários da colónia a quem podiam ser cometida várias tarefas dentro da Missão Antropológica. Pretendi agregar 6 ou 7 funcionários e foram-me negados sob justificação de que “faziam falta ao serviço”.

Foi com grande dificuldade que consegui agregar dois, o Sr. Luís dos Santos e Mussolini Perfume Fazardo.

Não se prepara pessoal na metrópole porque há vantagens, que é desnecessário pormenorizar ou encarecer, em que um grande número de serviços seja feito por funcionários ou residentes coloniais, mas não se dispensam esses funcionários porque fazem falta ao serviço. Parece que não existe suficientemente apurado o sentido exacto da cooperação.

Enquanto este sentido não existir flagrante a dominar a organização geral dos serviços o rendimento dos mesmos nunca será o que podia e devia ser. Tem faltado também o sentido da continuidade.

Na 4ª e na 5ª campanhas quis agregar dois ajudantes que haviam prestado serviço na 3ª campanha e não me foram dispensados. Sempre a razão de que faziam falta ao serviço. Como se eu, abandonando as minhas funções docentes na Universidade do // [15] Porto, não fizesse falta ao serviço. Fui dispensado, porque há serviços de serviços.

O ajudante contratado terminou o seu contrato em 27 de Julho p.p. e não lhe foi renovado, embora em devido tempo tivesse proposto, e justificado a renovação do contrato.

O pessoal da Missão ficou desde essa data reduzido ao Chefe. A trabalhar como assalariados, o Dr. António Augusto e o ajudante cujo contrato terminou em Julho.

A continuidade é uma condição necessária ao bom rendimento dos serviços. A estabilidade e garantia da situação é indispensável àquele que trabalha.

Como etnógrafo seja-me permitido, a propósito, recordar um dizer popular muitas vezes ouvido ao povo de Trás-os-Montes: “Devagar e sempre”.

Ainda a propósito do pessoal, não quero deixar de transcrever algumas passagens do relatório da 3ª campanha da Missão (1945)⁵⁸ enviado à Junta das Missões onde a pág. 9 escrevi: “Se é certo que ninguém deve pensar, no

⁵⁸ Data introduzida manualmente no texto.

nosso país, em enriquecer trabalhando no campo da investigação científica, não é menos certo que o Estado não deve negar àqueles que o servem as condições que lhe permitam viver, e à família, com certo desafogo. Pelo que respeita aos que trabalham nas Missões Científicas nas nossas colónias, expostos a todas as consequências resultantes duma estadia nas regiões tropicais onde, “são bravios os seus matos e rudes as suas gentes” como disse o ilustre Ministro das Colónias, Prof. Doutor Marcelo Caetano, parece que não devem ser-lhes negadas aquelas condições materiais que lhes permitam não só viver durante a campanha de trabalhos de campo sem desmedidas preocupações de economia, mas também dar-lhes a possibilidade de no fim duma campanha, de sempre perigosas e afadigadas viagens pelo mato, poderem registar alguma compensação material. // [16]

Dado o facto de as Missões Científicas serem de carácter transitório e de se poderem deslocar às nossas colónias por um período curto em média 4 ou 5 meses, parece que aos adjuntos deviam ser atribuídos abonos ou ajudas de custo que totalizassem pelo menos 10.000\$00 mensais.

Para que se não ajuíze mal das considerações que acabamos de fazer, seja-me permitido tocar, ao de leve, no aspecto delicado da remuneração do trabalho daqueles que se dedicam exclusivamente ou predominantemente, à investigação.

O investigador, que o fôr por paixão, não deve ter, e seguramente não tem, a preocupação do interesse material, o apetite desmedido de ajuntar fazenda, a dominar-lhe o espírito, a absorvê-lo, distraíndo-o da inteira concentração indispensável à plena realização dos seus trabalhos.

Se é certo que o investigador deve encontrar no labor intensivo da resolução de problemas complexos ou de árduas tarefas, encantos de poesia e delicado prazer espiritual, não é menos certo que, para se poder aplicar de alma e coração ao trabalho que lhe ocupa o espírito, necessita viver com zero desafôgo.

Nem preocupações excessivas de ganhuça⁵⁹ que possam fazer dele um vulgar e grosseiro homem de negócio, nem desinteresse de poeta nefelibata vivendo em precárias circunstâncias, que lhe possam criar, e à família, dificuldades materiais sempre desagradáveis, que azedam o espírito, criam desassossego e desmandam o raciocínio”.

Se é indispensável preparar convenientemente o pessoal que há-de realizar determinada tarefa e remunerá-lo convenientemente não é menos importante que o mesmo possa dispor de tempo suficiente.

⁵⁹ Assim no texto.

Essa a razão pela qual em várias oportunidades (ofícios ou conversas) expuz superiormente as vantagens que havia em que eu ficasse a trabalhar em regime de full-time.

A regência teórica de duas cadeiras e de uma turma de trabalhos práticos na Universidade do Porto, – tal tem sido o meu serviço docente nos últimos, – obriga a um dispendio de // [17] energia que gostosamente teria aproveitado para estudos da Antropologia de Moçambique.

Assim mesmo, como pode ver-se na lista anexa, desde 1936 tive ensejo de fazer confers ou tese em concursos ou a Congressos. Ao todo 47 trabalhos, a maioria dos quais estão publicados.

TRABALHOS

Na medida das possibilidades de tempo e de pessoal auxiliar tem-se prosseguido no aproveitamento dos materiais colhidos nas 5 campanhas.

A necessidade da publicação de trabalhos de conjunto é manifesta.

Estimaria publicar um grosso volume de “Nova Contribuição para o Estudo da Antropologia de Moçambique”; um trabalho de conjunto sobre “A Idade da Pedra em Moçambique”; um corpus das “Pinturas Rupestres de Moçambique”.

Os meus companheiros Dr. António Augusto, Norberto dos Santos e Luís dos Santos, colaboradores dedicados, trabalhariam também, com o interesse de que já deram provas manifestas, na Psicotecnia, na Etnografia e na Dermopapiloscopia.

Suponho que nada mais seria preciso do que dar-nos tempo, e garantia de continuidade de trabalho, convencido como estou de que para levar a cabo uma tarefa, e depressa, há que nos metermos dentro do aforismo popular atrás referido: “Devagar e sempre”.

Vai anexa uma lista de trabalhos publicados pela Missão Antropológica de Moçambique⁶⁰.

Instituto de Antropologia da Universidade do Porto
25 de Novembro de 1950
(Chefe da Missão) // [18]

⁶⁰ A lista anexa de trabalhos publicados pela Missão Antropológica de Moçambique de que fala o autor não foi encontrada mas poderá eventualmente corresponder à que é publicada em 1950. SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1950) *Lista de Trabalhos da Missão Antropológica*.

1.

Tôco. Habitação tradicional.
Marrere (Nampula).
IICT EspMam SJFT103/48



2.

Estrada de Nampula para Ribaué.
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft1744/48



3.

Celeiro. Quissanga.
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft1901/48



4.

Habitação tradicional. Quissanga.
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft1906/48





5.
Habitação tradicional. Mucojo
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft1941/48



6.
Aspectos do Quotidiano.
Província de Nampula.
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft2153/48



7.
Aspectos do Quotidiano.
Província de Nampula.
Foto de José Simões Martinho.
IICT MAM Ft2179/48



8.
Mercado. Mocímboa da Praia.
Foto de J.R. dos Santos Júnior.
IICT MAM Ft1430/48

9.

Grupo de mulheres. Muchojo.
Foto de J.R. dos Santos Júnior.
IICT MAM Ft1708/48



10.

Tambores do Batuque *Mucavato*. Larde.
Foto de J.R. dos Santos Júnior.
IICT MAM Ft787/48



11.

Cemitério *Marravoni*.
Estrada de Maganja da Costa para Malei.
Foto de J.R. dos Santos Júnior.
IICT MAM Ft1078/48



12.

Desembarque no Ibo. Ilha do Ibo.
Foto de J.R. dos Santos Júnior.
IICT MAM Ft417/48

